



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

MARIA ESTELA LAGE SANTOS

**SALVADOR CIDADE PATRIMONIAL: UM ESTUDO MUSEOLOGICO
BAIRRO DO COMÉRCIO
Salvador-Bahia**

Salvador
2016

MARIA ESTELA LAGE SANTOS

**SALVADOR CIDADE PATRIMONIAL: UM ESTUDO MUSEOLOGICO
DO
BAIRRO DO COMÉRCIO
Salvador-Bahia**

Dissertação de Mestrado como requisito de creditação para obtenção de grau em Mestre do Programa de Pós Graduação em Museologia da UFBA.

Orientação da Prof.^a Dr.^a Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa

Co-orientação do Prof. Dr. Eugênio D'Ávila Lins.

Salvador
2016

Santos, Maria Estela Lage
S237 Salvador cidade patrimonial: um estudo museológico do bairro do Comércio / Salvador-
Bahia ,147 / Maria Estela Lage Santos. – 2016.

147 f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

1. Memória. 2. Museologia – Educação. 3. Monumentos – Salvador (BA).
4. Monumentos - Conservação e restauração. I. Costa, Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da .
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

CDD: 069.53

MARIA ESTELA LAGE SANTOS

**SALVADOR CIDADE PATRIMONIAL: UM ESTUDO MUSEOLOGICO
DO BAIRRO DO COMÉRCIO
Salvador-Bahia**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Museologia,
Programa de Pós Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 13/06/16
Banca Examinadora

Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa – Orientadora
Doutora em Sociologia pela Université du Québec à Montréal (2000), Titular em
Museologia na Universidade Federal da Bahia

Adalberto Silva Santos
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, Brasil (2007). Universidade Federal
da Bahia

Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha
Doutor em História Social. PUC /SP. Universidade Federal da Bahia.

Milton Júlio Carvalho Filho
Doutor em Ciências Sociais (Antropologia) pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em
Ciências Sociais, PUC-SP. Universidade Federal da Bahia.

Aos que me amam e me apoiaram,
aos meus ancestrais e todos meus que não estão mais neste plano,
aos que contribuíram e que deixaram que eu pudesse contribuir com nosso crescimento.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, meu alicerce e a meu pai, minha força e bem maior.

À minha família, em especial à minha mãe, à minhas irmãs, Elisa e Ângela Lage, e ao meu companheiro Luis Gustavo Carvalho, que sempre me estimularam e acreditaram em minha capacidade, apoiando-me decisivamente ao longo desta jornada. Aos meus sogros, Juberto e Eulália, que sempre me ajudaram e ainda continuam a me ajudar.

Aos professores doutores Eugenio D'Ávila Lins e Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa. Especialmente à esta, cuja relação excedeu-se às formalidades e tornou-se não somente uma orientadora (nestes últimos anos foi amiga, irmã e parceira com grande sensibilidade), pelos sábios conselhos, paciência, dedicação e incentivo, os quais foram essenciais para o cumprimento desta importante tarefa.

Aos participantes e responsáveis pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia PPGMUSEU, os quais me receberam de forma afetuosa e disponibilizaram a sua atenção e apoio quando necessário ao longo do Curso, uma vez que eu não tinha como base a graduação em Museologia, fui recebida de forma muito carinhosa e prestativa. Agradeço, especialmente, aos Professores Joseania Freitas e Marcelo Cunha, coordenadores do Programa de Pós-graduação no tempo de meu ingresso.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, FAPESB que custeou meus estudos e assim pude realizar essa tarefa.

Ao sempre prestativo e proativo Patrick Nascimento, secretário do programa de Pós-Graduação, companheiro de eventos e o “homem das soluções”.

À companheira, fotógrafa e museóloga de mão cheia, Cátia Braga Pinho, parceira de caminhadas fotográficas e discussões filosóficas, sem ela esse trabalho seria muito menor.

Aos meus companheiros de viagem das turmas de: 2014 com Clóvis Britto, Renilda do Vale, Talita Gomes, Zamana Brisa; 2013 com Joana Flores, Anna Paula Santos, Daniela Moreira, Cid José da Cruz, Genivalda Cândido, Renato Carvalho, Dora Gallas, Leane Gonçalves, Thaís Gualberto, Maria de Fátima dos Santos e 2015 com Danielly Sandy, Tatiana Almeida, Joaquim Araújo Filho, Neila Andrade, Cidália Neta, Ana Paula Fiúza e Paula Coutinho. A convivência com vocês me fez crescer muito, tanto como pessoa quanto como acadêmica.

Aos meus exemplos acadêmicos, motivos e bússolas do amadurecimento do meu conhecimento, os professores Renato da Silveira, Fernando Ferraz, Joaquim Vianna, Milton Júlio Carvalho, Francisco Zorzo, Márcia Sant'anna, Clélia Cortes, Adalberto Santos, José Roberto Severino, Laura Bezerra e Arany Santana, entre outros, cujas as aulas e incentivos à

pesquisa abriram meus olhos e meus caminhos. Amo todos vocês!

Aos mestres Flávio Mazadro, Rubens Antônio da Silva Filho, Lucas Figueiredo Baisch e Eliene Bina, esta representando o Museu Eugênio Teixeira Leal. Aos funcionários do Centro de Memória e Giuseppe Rocca, por cederem as imagens e por terem praticamente abraçado meu amado projeto de pesquisa quando demonstraram grande desprendimento e generosidade no repasse das informações. Todos foram e são exemplos de solidariedade e de verdadeiros mestres, aqueles que não retêm para si o conhecimento. Quando eu crescer quero ser igual a vocês!

Aos meus queridos irmãos museológicos, Chiara Bianchi, Edson Aguiar, Jhan Herbert, Priscila Póvoas, Edmara Mauricio, Eldon Luís, os quais já estavam na torcida e me apoiando sempre, antes mesmo de eu entrar no PPGMuseu. Aos inestimáveis Evany Rodrigues e Charles Leahy que buscaram contribuir com minha pesquisa. Por fim, agradeço à turma de História e Patrimônio da Bahia 2014.2, com quem fiz meu tirocínio docente, meus anjinhos, o meu amado grupo de pesquisa, o GREMM, e à minha cidade.

Aos entrevistados que compartilharam conosco sua opinião e sua posição em relação a este bairro que é tão querido, mas que inspira muitos cuidados.

Enfim à todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para concretização deste trabalho.

Muito obrigada!

“São Salvador, Bahia de São Salvador
A terra de Nosso Senhor
Pedaço de terra que é meu
São Salvador, Bahia de São Salvador
A terra do branco mulato
A terra do preto doutor
São Salvador, Bahia de São Salvador
A terra do Nosso Senhor
Do Nosso Senhor do Bonfim
Oh Bahia, Bahia cidade de São Salvador
Bahia oh, Bahia, Bahia cidade de São Salvador”.
(Dorival Caymmi)

ABREVIATURAS

EPUCS - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FFCH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FGM – Fundação Gregório de Mattos

GREMM – Grupo de Estudos em Museologia, Museus e Monumentos.

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PPGMUSEU – Programa de Pós Graduação em Museologia

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Maria Estela Lage. Salvador Cidade Patrimonial: um estudo museológico do bairro do Comércio / Salvador-Bahia, f.147, 2016. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

Apresenta-se nesta dissertação de Mestrado o estudo e análise das relações de pertencimento entre a comunidade soteropolitana, em específico, àquela dos moradores/frequentedores do bairro do Comércio, e os espaços públicos e monumentos da cidade de Salvador, admitindo o bairro enquanto lugar de memória. Foi intuito dessa pesquisa, através de um levantamento documental, bibliográfico e iconográfico, entender os motivos pelos quais um grande contingente de pessoas parece não se interessar pela história narrada nos espaços históricos formais. Considerando os dados obtidos em análise preliminar, a hipótese desse desinteresse pareceu ser uma verdade quase incontestável e essa pesquisa se tornou o *locus* adequado para averiguar tal hipótese. Também considerando que, para a Museologia, tudo aquilo que diz respeito ao universo simbólico e significativo e que possa trazer resultados práticos para a divulgação do conhecimento, como é o caso dos monumentos e lugares de memória existentes no bairro do Comércio, pode e deve ser analisado como documento. Nas ações realizadas no âmbito da pesquisa formal outras questões se apresentaram conduzindo essa dissertação para os estudos de memória oficial e memória social, da relação imprescindível entre patrimônio material e imaterial, da necessidade de que sejam formuladas políticas públicas que entrelacem educação e cultura, sobretudo através da educação patrimonial.

Palavras-chave: Memória, Museologia, Patrimônio Urbano.

SANTOS, Maria Estela Lage. Salvador ville patrimonial un étude museologique du quartier qui est appelé Comércio/ Salvador-Bahia, p.147, 2016. Mémoire (Maîtrise) - Département de Muséologie, Faculté de Philosophie et des Sciences Humaines, Université Fédérale de Bahia Salvador 2016.

RÉSUMÉ

Il est présenté dans cette dissertation de Master, l'étude et l'analyse des relations entre l'appartenance communauté soteropolitana, en particulier, celle des résidents/visiteurs du quartier Comércio et des espaces publics et monuments de la ville de Salvador, admettant le quartier comme un lieu de mémoire. Il a été objectif de cette recherche, par le biais d'une enquête documentaire, bibliographique et iconographique, comprendre les raisons pour lesquelles un grand nombre de personnes semble de ne pas être intéressé par l'histoire racontée dans les espaces historiques formels. Compte tenu des données obtenues dans l'analyse préliminaire, l'hypothèse de ce désintérêt semblait une presque incontestable vérité, cette recherche est devenue le lieu approprié pour vérifier cette hypothèse. Considérant également que pour la muséologie, tout ce qui concerne l'univers symbolique et significative et qui peut apporter des résultats concrets pour la diffusion des connaissances, comme les monuments et les lieux de mémoire existants dans le quartier du Comércio peuvent et doivent être analysés comme un document. Les actions menées dans le cadre de recherche formelle d'autres questions présentées menant cette thèse aux études de la mémoire officielle et la mémoire sociale, la relation essentielle entre le patrimoine matériel et immatériel, dont la nécessité est des politiques publiques formulés qui entrelacent l'éducation et la culture, notamment par le biais de l'éducation au patrimoine.

Mots-clés : mémoire, la muséologie, patrimoine urbain.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa	01	Cidade do Salvador de 1899	p. 16
Mapa	02	Cidade de Salvador	p. 17
Mapa	03	Baía de Todos os Santos, Salvador e Recôncavo baiano	p.18
Mapa	04	Vista de satélite da região do Centro Antigo	p.19
Mapa	05	Roteiro dos bairros do Comércio e da Calçada	p.23
Quadro	01	Estatística da pesquisa resultados do questionário feito com Moradores/frequentadores do bairro Comércio	p.58
Quadro	02	Estatística da pesquisa resultados do questionário feito com Moradores/frequentadores do bairro Comércio	p.58
Quadro	03	Estatística da pesquisa resultados do questionário feito com Moradores/frequentadores do bairro Comércio	p.59
Quadro	04	Estatística da pesquisa resultados do questionário feito com habitantes de Salvador em geral	p.61
Quadro	05	Estatística da pesquisa resultados do questionário feito com habitantes de Salvador em geral	p.62
Foto	01	Foto panorâmica da cidade do Salvador Bahia 1900-2006.	p.11
Foto	02	Reconstituição da encosta onde se localizava o bairro da Praia	p.24
Foto	03	Visão do local nos anos 1970	p.24
Foto	04	Visão atual do local	p.24
Foto	05	Cartão postal com imagem das Docas do Porto de Salvador, Bahia.	p.25
Foto	06	Prédio do novo porto de Salvador	p.26
Foto	07	Foto da Igreja da Conceição da Praia nos anos 70	p.27
Foto	08	Visão atual da Igreja da Conceição da Praia	p.27
Foto	09	Festa de Santa Barbara no bairro do Comércio década de 30	p.28
Foto	10	Mercado de Santa Bárbara	p.29
Foto	11	Igreja da Conceição da Praia visão atual	p.30
Foto	12	Visão do interior da Igreja da Conceição da Praia	p.30
Foto	13	Convite para a solenidade de proclamação de N.S da Conceição da Praia como padroeira do Estado da Bahia	p.31
Foto	14	Igreja do Corpo Santo Igreja do Corpo Santo	p.32
Foto	15	Forte São Marcelo	p.33
Foto	16	Vista da cidade a partir da Baía de Todos os Santos	p.33
Foto	17	Associação Comercial em 1811	p.34
Foto	18	Associação Comercial na década de 1950	p.34
Foto	19	Praça Riachuelo em 1930	p.34
Foto	20	Praça Riachuelo década de 1970	p.35
Foto	21	Estátua ao Conde dos Arcos	p.35
Foto	22	Estátua ao Conde dos Arcos (detalhe)	p.36
Foto	23	Cartão Postal com imagem da Praça Marechal Deodoro e Cais dourado	p.36
Foto	24	Foto da Segunda Alfândega ao fundo Elevador Parafuso (Lacerda)	p.37
Foto	25	Foto da Lateral do prédio da Terceira Alfândega	p.38
Foto	26	Imagem da Praça Cairu nos anos 50	p.39
Foto	27	Imagem do Monumento ao Visconde de Cayrú	p.39
Foto	28	Foto dos prédios junto ao cais	p.41
Foto	29	Cartão postal colorizado Cais das Amarras, Monumento Riachuelo e Associação Comercial (atrás das árvores)	p.41
Foto	30	Cartão postal colorizado Rua das Princezas (sic) ao fundo cais dourado e seus saveiros.	p.42
Foto	31	Plano Inclinado Gonçalves	p.43
Foto	32	Cartão postal Elevador Lacerda	p.43
Foto	33	Imagem do Elevador Lacerda no período de reformulação do seu prédio.	p.44
Foto	34	Elevador Lacerda visão atual	p.44
Foto	35	Rua das Princezas (sic) no século XIX	p.45
Foto	36	Panfleto mostrando o Edifício Caramurú	p.47
Foto	37	Imagem do Prédio do Instituto do Cacau nos anos 50	p.48
Foto	38	Instituto do Cacau em foto recente	p.48
Foto	39	Reportagem da época da criação do Instituto do Cacau	p.49
Foto	40	Observando o mar	p.51
Foto	41	Jorge Amado em frente à rampa do Mercado Modelo	p.52
Foto	42	Casarão abandonado da Praça Cairú	p.53
Foto	43	Bonde com tração animal.	p.53

Foto	44	Filhos de Gandhi	p.54
Foto	45	Grafite nas ruínas do casaril da Conceição da Praia	p.56
Foto	46	Cuidados	p.70
Foto	47	Devoção	p.80
Foto	48	Fé	p. 82
Foto	49	Patrimônio	p. 91

LISTA DE TABELAS

Tabela	01	Passos da pesquisa passos da pesquisa	p.05
Tabela	02	Respostas do questionário aplicado a moradores/frequentadores do bairro	p.59
Tabela	03	Respostas do questionário aplicado a moradores de Salvador	p.61
Tabela	04	Respostas do questionário aplicado a moradores de Salvador	p.63
Tabela	05	Síntese do mapeamento de obras de arte públicas no bairro do Comércio em Salvador da Bahia entre maio e junho de 2013	p. 65
Tabela	05	Levantamento dos estudos elaborados para o Comércio entre as décadas de 1970 e 2010	p.107

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	01
1	A CIDADE, O BAIRRO: APRESENTAÇÃO HISTÓRICA	11
1 1	A CIDADE DE SALVADOR E SEU PATRIMÔNIO	15
1 2	O BAIRRO DO COMÉRCIO	20
1 3	BAIRRO DO COMÉRCIO: UM LUGAR DE MEMÓRIA? DE QUAL MEMÓRIA?	50
1 4	AS HISTÓRIAS QUE NÃO SÃO CONTADAS	69
2	O OLHAR MUSEOLÓGICO E OS LUGARES DE MEMÓRIA	77
2 1	A MUSEOLOGIA, O PATRIMÔNIO E A CIDADANIA	77
2 2	CULTURA URBANA: A IMATERIALIDADE DO PATRIMÔNIO MATERIAL ENQUANTO PORTADOR DO ESPÍRITO DO LUGAR E A QUESTÃO URBANA ATUAL	80
2 3	A FORMA AFETIVA DOS ESPAÇOS	82
2 4	A IMPORTÂNCIA DA REMEMORAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NAS CIDADES	84
2 5	ESPAÇOS PÚBLICOS E DIREITO À MEMÓRIA	87
3	O CIDADÃO SOTEROPOLITANO E AS QUESTÕES DE IDENTIFICAÇÃO COM O PATRIMÔNIO	91
3 1	O CIDADÃO SOTEROPOLITANO E SEU PATRIMÔNIO. COLETIVIDADE E DINÂMICA DA CIDADE	91
3 2	POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO	99
3 3	PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA NAS POLÍTICAS CULTURAIS	106
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
5	REFERÊNCIAS	113
	GLOSSÁRIO	122
	APÊNDICE A – Modelo questionário	123
	ANEXO A – Transcrições e explicações	124
	ANEXO B – Reportagens sobre o bairro do Comércio	125
	ANEXO C – Monumentos listados pela FGM e Instituições detectadas no bairro do Comércio	131

INTRODUÇÃO

Entende-se que é de suma importância a análise sobre a salvaguarda da memória e do patrimônio local, bem como do sentimento de pertença ou não, dos soteropolitanos para com os monumentos locais, sua relação com o patrimônio, cultura e preservação. Acredita-se também que tudo isso deverá está aliado à compreensão da Cidade como patrimônio e laboratório onde se processa a relação do homem com o bem cultural e a produzir leituras e interpretações sobre os grupos sociais. Tal crença deve-se aos estudos que indicam ser a memória um fator preponderante para a saúde cultural dos cidadãos e, em consequência para a saúde integral que envolve estados físico, psíquico, emocional e mental (COSTA, 2012).

A pesquisa¹, cujos dados serviram de norte para esta dissertação, foi realizada com o objetivo de compreender a relação de identificação e pertencimento dos moradores do Comércio com o seu bairro, seus monumentos, prédios históricos e praças, para, a partir desse conhecimento, aproximar-se da compreensão da dinâmica da cidade enquanto lugar de memória², e do bairro enquanto território de identidade.³ O olhar museológico para a cidade, ou seja, aquele que enxerga de modo criterioso e desvela informações através do conhecimento das simbologias e significados concentrados nos espaços de memória, buscou conhecer a relação existente entre os moradores/frequentadores e o referido território, com a finalidade de compreender o desenvolvimento social na perspectiva de formação dos sujeitos envolvidos na ação museológica, tendo o patrimônio cultural como instrumento de inclusão social e cidadania. Ao entender que nem todos têm acesso aos conhecimentos e simbologias de forma igualitária, muitas vezes, fez-se necessária a mediação cultural para que ocorresse a tradução destes códigos simbólicos. Sabe-se que é necessário conhecer, para até mesmo questionar quais as homenagens e memórias devem ser preservadas de modo a criar vínculo e pertencimento.

¹ Cabe a explicação de que primeiramente, teve por título essa pesquisa IDENTIDADE E PRESERVAÇÃO DE ESPAÇOS HISTÓRICOS E PATRIMONIAIS: Um estudo do bairro do Comércio, e, com o aprofundamento da pesquisa se fez necessário à troca desta titulação.

² Entendemos como “lugar de memória” espaços concretos onde as memórias se cristalizam. De acordo com Pierre Nora seriam monumentos, instituições, rituais etc., criados com o intuito de preservar uma memória oficial, diferente do que acontecia em sociedades nas quais a memória era algo vivido no cotidiano e a sua preservação, realizada pelos próprios grupos sociais (NORA, 1993).

³ Território de identidade de acordo com Milton Santos “é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influiu. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está falando em território usado, utilizado por uma população”. (SANTOS, 2003, p.174)

De acordo com Ferrari (2004, p.49), bairro é “uma unidade constitutiva da cidade de origem espontânea e integrada por indivíduos e grupos primários que podem manter entre si contatos simpáticos, desinteressados, além da consciência de pertencerem à mesma comunidade”, ou seja, o bairro é o lugar da identificação do indivíduo.

O pertencimento aqui colocado é na verdade o sentimento em que o objeto/memória faz parte da composição do indivíduo e, como tal, há um investimento emocional embutido na memória, seja ela histórica, pessoal, oficial, coletiva ou afetiva. A análise feita nesta dissertação direcionou suas observações ao bairro do Comércio, enquanto lugar de memória. Sendo esta, segundo Le Goff, a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas. Deste modo, a Memória está diretamente ligada ao estado emocional no momento da aquisição, ressaltando o afeto como a emoção de maior força. De acordo com o Dicionário de Conceitos Históricos de Silva e Silva (2006, p.275) Sigmund Freud, no século XIX, iniciou amplos debates em torno da memória humana; o fato de que nos lembramos das coisas de forma parcial, a partir de estímulos externos, e escolhemos lembranças, ou seja, revelou o seu caráter seletivo. Freud distinguiu a memória de um simples repositório de lembranças, para ele, nossa mente não é um depósito de memórias. Freud nos remete a Platão, que já na Antiguidade apresentava a memória como um bloco de cera, onde nossas lembranças são impressas.

O Dicionário de Conceitos Históricos ainda nos fala que, para Maurice Halbwachs, existe uma nítida distinção entre memória coletiva e memória histórica, pois enquanto existir uma História, existirão muitas memórias armazenadas de acordo com a experiência do autor. Silva e Silva nos esclarecem que “A memória está nos próprios alicerces da História, confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade. Mas só muito recentemente se tornou objeto de reflexão da historiografia”. Enquanto a História representa fatos distantes, a memória age no que foi vivenciado.

Assim sendo, a memória pode colaborar com o processo de identificação do sujeito com lugares, monumentos ou com pessoa. Esta identificação é a forma com que os cidadãos refletem e sentem-se, ou não, ligados à história local, cuja memória é descrita em seus espaços. Para que o morador/frequentador do bairro do Comércio possa decidir conscientemente, ou seja, com senso crítico e responsabilidade social acerca de seu

patrimônio, ele precisa adquirir conhecimento histórico e cultural que lhe dê ferramentas para tal e o estimule a se sentir parte integrante.

Será que é possível uma conscientização sobre os temas acima relacionados, de modo que eles possam tornar-se acessíveis a uma parcela da população cujo desconhecimento faz parte de sua realidade? Essa inquietude nos acompanha porque foi percebido no cotidiano do bairro, seja através de visitas *in loco*, seja por meio de notícias em jornais, o estado de degradação dos monumentos e dos equipamentos urbanos, além do mais, é notório que há uma clara demonstração de pouco caso dos gestores municipais e igualmente dos cidadãos, os quais parecem não se interessar pela conservação do local. Esse desleixo, aliado à manifestação de desconhecimento do valor desses bens por grande parte do censo populacional consultado, ficou evidente nas respostas aos questionamentos sobre o assunto.

Há de se destacar que uma das motivações deste trabalho, foi o fato de sua autora ser parte integrante da camada que, devido às dificuldades sociais, teve acesso tardio à educação e ao (re) conhecimento da cidade como objeto de estudo, conhecimento este que, ao adquirir, aguçou sua percepção de identidade e pertencimento em relação sua cidade e patrimônio.

Em virtude disso, um dos objetivos dessa pesquisa é a divulgação acerca do conhecimento histórico cultural, destinado a incentivar à formação de agentes comunitários, tornando-os cientes da importância da preservação, ensino e aprendizagem acerca dos tesouros museológicos e históricos presentes em seus bairros, permitindo também a transformação em memoriais de identidade e perpetuação da história dos antepassados através de sua reconstituição e fazendo com que os moradores/frequentes sintam-se também integrados nessa história.

Assim, através de análises minuciosas, cujo estudo envolveu as áreas de iconografia, cartografia, além de análises de pesquisas bibliográficas e de registros de depoimentos de alguns frequentadores, pretendeu-se extrair uma reflexão científica acerca da história e da memória do bairro do Comércio, o qual considera-se aqui, um território de identidade, tal como já foi definido por Milton Santos. Almeja-se também, a possibilidade de estimular gestores culturais para a formulação de políticas de incentivo à educação patrimonial e à conservação de patrimônio em espaços públicos.

A comunidade/sujeito da pesquisa é a sociedade soteropolitana representada no recorte do bairro do Comércio. O fenômeno investigado é a composição das relações de

pertencimento e identificação dos moradores/frequentadores do bairro do Comércio, suas principais praças e monumentos, além de prédios históricos e/ou outros tipos de patrimônio escolhidos por eles.

A ideia basal dessa pesquisa foi perscrutar, munidos imparcialidade, compreensão e valorizando as diversas realidades socioculturais, refletidas no bairro do Comércio, reconhecendo-o como lugar de memória e, portanto, documento vivo, como as pessoas idealizavam, na atualidade, o conceito de patrimônio, como esse conceito se relacionaria com aquele consagrado pelos órgãos de patrimônio no Brasil e na UNESCO e como ocorre a interação esses sujeitos com o patrimônio. Busca-se entender a dinâmica da cidade com os seus espaços de memória, bem como as ideias de identificação que perpassam pelas questões de pertencimento na contemporaneidade. Escolheu-se por estudar o bairro do Comércio em razão dele ser um recorte singular no centro histórico soteropolitano.

Estudamos essa localidade a partir do ponto de vista da memória local e do olhar do soteropolitano, observando qual forma de conservação patrimonial, ou a falta dela, impactou naquele lugar,

Uma das razões apontada por diversos autores, é a de que o que leva à degradação do patrimônio cultural é a falta de conhecimento da relevância daquele bem. A hipótese é que a maioria dos frequentadores não conhece o patrimônio oficialmente consagrado no bairro. Há uma reutilização dos espaços em que muitas vezes os monumentos não são vistos em sua função original, que é de transmitir a informação de relevância sobre algo ou alguém. Os espaços públicos de convivência, onde muitos destes monumentos foram instalados, transformaram-se em corredores, apenas locais de passagem onde não há a permanência suficiente para uma reflexão acerca do propósito daquela obra. A falta de intimidade com o espaço permite não estabelecer uma ligação forte com o local. A maioria dos monumentos, para que possam ser interpretados, necessita ser vistos, lidos e decodificados. No entanto, com o fenômeno da transformação desses espaços em locais de passagem, os monumentos se tornam quase invisíveis. O lugar de frequência, os locais de pertencimento passam a ser corredores de passagem, como dito por Augé (2005), torna-se

um não-lugar⁴.

Se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como histórico, definirá um não-lugar. A hipótese aqui defendida é que a sobremodernidade é produtora de não-lugares, quer dizer de espaços que não são eles próprios lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: memória, ocupam nela uma área circunscrita e específica. (AUGÉ, 2007, p.67)

Ao observar a atual situação do patrimônio soteropolitano e o desinteresse da maioria da população, a qual mostrou-se desmotivada em participar de sua preservação e conservação, foi questionado sobre como se configurou o surgimento da invisibilidade dos espaços de memória nas cidades históricas, nesse caso a do bairro em questão, e como participa a população local na ocorrência desse fenômeno nestes espaços.

Nesse sentido, necessitou-se estudar para compreender como a falta de conservação patrimonial tem impactado esse local, bem como a análise do modo que a manutenção de objetos patrimoniais na capital baiana é realizada.

A presente dissertação de Mestrado é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia - PPGMuseu - da UFBA e foi elaborada durante o período de vigência do mestrado a partir de uma visão multidisciplinar. Esquemáticamente, a pesquisa correu da seguinte forma:

Tabela 01: Passos da pesquisa

<i>Passos da Pesquisa (Objetivos específicos)</i>	<i>Materiais de pesquisa</i>	<i>Instrumentos de pesquisa</i>
Estudar o bairro do Comércio, buscando compreender a relação de identificação e de pertencimento dos frequentadores com o bairro.	Discurso dos historiadores, arqueólogos, museólogos, urbanistas, geógrafos e demais intelectuais que pensam a cidade e o bairro.	Análise bibliográfica
Percorrer o bairro, percebendo símbolos e significados.	O bairro do Comércio, em Salvador.	Observação etnográfica no local de pesquisa. Levantamento fotográfico.
Perceber como a comunidade de usuários e moradores interagem com os espaços públicos no bairro e com seus principais monumentos, prédios históricos e praças.	Obtenção de depoimentos com a opinião dos moradores, frequentadores e usuários, soteropolitanos ou não.	Entrevista estruturada. (Questionário web)
Perceber como a comunidade de usuários e	Obtenção de depoimentos com a opinião dos moradores, trabalhadores	Entrevista presencial, registrada em formulário.

⁴ Não-lugar é um lugar que pertence a todos e ao mesmo tempo não pode ser marcado como identitário, histórico e relacional. Em seu livro “Não lugares” o antropólogo e presidente da *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS) da França, Marc Augé, que coordena estudos na área de lógica simbólica e ideologia, descreve o que ele chama de antropologia da “supermodernidade”, com isso transmitindo uma ideia de continuidade do novo tipo de organização social; que estamos vivendo. Ou seja, os não lugares são os lugares de passagem, tão comuns à sociedade atual.

moradores interagem com os espaços públicos no bairro e com seus principais monumentos, prédios históricos e praças.	e frequentadores do bairro do Comércio.	
---	--	--

Fonte: elaboração da autora

O método de abordagem escolhido para esta pesquisa foi o fenomenológico. Este método, empregado em pesquisa qualitativa, foi preconizado por Husserl como nos declaram Silva e Menezes (2005) e preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como: o compreendido, o interpretado, o comunicado. Então, a realidade não é única, existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. O sujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento (GIL, 1999; TRIVIÑOS, 1992 apud. SILVA; MENEZES, 2005).

Ao citar Dartigues, Sadala especifica este método declarando que:

A Fenomenologia propõe descrever o fenômeno, e não explicá-lo ou buscar relações causais, volta-se para as coisas mesmas como elas se manifestam. Voltar às coisas mesmas significa voltar ao mundo da experiência considerando que, antes da realidade objetiva, há um sujeito que a vivencia; antes da objetividade há um mundo pré-dado, e, antes de todo conhecimento, há uma vida que o fundamentou. Significa que todo conhecimento está na origem da experiência, que é o pré-reflexivo (SADALA, 2004, p.02).

Como métodos de procedimento, nós utilizamos, primeiramente, a análise bibliográfica de registros históricos em documentos primários. A primeira etapa da pesquisa teve o intuito de reunir material literário, documentos e fotos históricas que retratassem alguns locais do bairro e adjacências, com isso, fez-se a análise histórica. Em seguida, montou-se o trabalho de entrevista estruturada e aplicada no campo questionário, foram entrevistados moradores/frequentadores do Comércio no intuito de perceber como eles se identificam com os espaços deste bairro. Nesse estudo, o campo significa o local onde se situam os principais monumentos e prédios tombados do bairro, os espaços públicos em geral e as praças antigas, mesmo quando reurbanizadas.

Por meio de uma análise histórica “*Ex post facto*”⁵, pela qual o pesquisador identifica as situações que se desenvolveram de modo natural, trabalhando sobre elas como se estivessem submetidas a controles, foi possível comparar os documentos iconográficos que retratam a evolução do bairro às imagens atuais e com isso, destacar as alterações ocorridas

⁵ Análise *ex post facto*, ou seja, pesquisa onde realizamos a ocorrência de variações na variável dependente no curso natural dos acontecimentos. De forma que o pesquisador formula a comparação com o fator pré-existente. Neste caso, o pesquisador não possui controle sobre a variável independente, que constitui o fator suposto do fenômeno, pois trata-se de fatos ocorridos.

neste local para então, fazer o levantamento dos monumentos históricos analisados na sua linha do tempo, observado a evolução e o estado de conservação, ou seja, o registro fotográfico atualizado dos monumentos e praças, para que fizesse o comparativo entre a situação de conservação atual e do passado. O objetivo do levantamento iconográfico, fotos antigas, foi realizado para comparar com as atuais e entender como se deu a evolução do bairro no tocante a seus monumentos e praças. Esta pesquisa foi feita nos arquivos do Museu Eugênio Teixeira Leal, do Centro de Memória da Bahia (Fundação Pedro Calmon), no livro ‘Bahia velhas fotografias 1858/1900’ de Gilberto Ferrez, no ensaio fotográfico “Genti di Bahia” do fotógrafo italiano Giuseppe Rocca e em arquivos pessoais (da autora, dos voluntários Charles Leahy e Evany Rodrigues, da museóloga e fotógrafa Cátia Braga Pinho e do geógrafo e historiador Rubens Antônio da Silva Filho).

Debruçou-se, também, sob pesquisa etnográfica, cuja ideia era, além de coletar dados, possibilitar uma maior interação junto àquela comunidade, uma vez que os fundamentos desse trabalho foram norteados principalmente pelos conceitos formados por Magnani, que explicita que a pesquisa etnográfica nos estudos da cidade é:

Uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte não para permanecer lá ou mesmo para explicar ou para interpretar a lógica de sua visão de mundo, mas para uma verdadeira relação de debate e troca, contrastar suas próprias teorias com as deles e assim tenta as com um modelo novo de entendimento ou ao menos uma pista nova não prevista anteriormente. (MAGNANI, 2012, p.264)

Magnani esclarece ainda mais sobre a pesquisa etnográfica aplicada à cidade quando diz que:

Permite reorganizar dados percebidos como fragmentados informações ainda dispersa e indícios soltos num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo mas que parte dele, levam em conta, foi suscitados por ele nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. (MAGNANI, 2012, p.266)

O que é reforçado por Rolkin em seu livro ‘O que é a cidade’:

De Babel à Brasília, como surgiu e se transformou a cidade? O próprio espaço urbano se encarrega de contar parte da sua história. A arquitetura, nesta natureza fabricada, na perenidade de seus materiais tem este dom de durar, permanecer, legar ao tempo os vestígios de sua existência. Por isso para além do continente das experiências humanas, a cidade é também um registro, uma escrita, e a materialização de sua própria história. (ROLKIN, 1988, p.09)

Nesse sentido, a pesquisa foi feita a partir da **observação direta** dos comportamentos sociais dos frequentadores do bairro. Depois, partiu-se para a **aproximação e diálogo**, através de conversas informais com possíveis alvos. Logo após, introduziu-se a **técnica da entrevista presencial** e da **entrevista via web**.

Os resultados obtidos nas entrevistas, oriundos de depoimentos e relatos de vivência no local, foram analisados e descritos em gráficos - apresentados a seguir, no Capítulo 2. Por fim, demonstrou-se numericamente os monumentos mais importantes, os menos prestigiados e os motivos do seu esquecimento/pertencimento.

Perscrutando correlações com a palavra ‘preservação’ sondou-se acerca de seus significados, dos quais pode significar manutenção, imobilismo, inércia, tradicionalismo monotonia. A preservação pode ser associada a todas essas palavras ao mesmo tempo em que pode assumir o sentido de irrevogável, indestrutível, incorruptível, estacionário, estagnado e mesmice. É possível fazer associações a estes significados de preservação com o que acontece no bairro do Comércio e em outros bairros da cidade. Destarte, entendeu-se que para preservar, é necessário promover o uso adequado do patrimônio, em igualdade de condição, a todo e qualquer cidadão para que haja aproximação e interação entre eles. Há grandes probabilidades de encontrar indivíduos que não enxergam os monumentos por eles serem imutáveis e estarem estagnados, porém, para a museologia, a preservação do patrimônio deve passar pela dinâmica do diálogo e da relação profunda que o ser humano – ente criador e criativo – estabelece com os bens culturais criados. Esse é o princípio conceitual que organiza o pensamento enunciador das grandes teóricas da museologia Anna Gregórova e Mathilde Bellaigne, nos debates sobre o real e a realidade⁶

Outra noção que vale apenas pontuar é a de que o patrimônio é uma âncora e não apenas uma raiz, como bem dizia a professora Heloisa Helena Costa nas aulas de História e Patrimônio da Bahia. Essa ideia permitiu ao entendimento de que se precisa das raízes, que são os valores, porque elas ajudam a crescer de forma mais centrada até obter a firmeza para seguir em frente. Não obstante, para continuar a seguir, é necessário movimentar-se, pois a cultura é mutável. Desse modo, o patrimônio tem que passar pela mutabilidade de significados e de compreensões, pois essa é a condição da âncora ser içada para permitir novas incursões que poderão acrescentar, modificar e arejar o sentido das coisas. Existe a necessidade de ‘animar’ o patrimônio, dar alma e sentido ao mesmo. Nisto, concorda-se com professor Leonardo Boccia, quando ele diz que: “A vitalidade das culturas depende tanto da preservação de seus valores como da criação de novos modelos”. (BOCCIA, 2010), portanto, precisa-se conservar as tradições sem esquecer a sua vivacidade.

⁶ Anna Gregoróva- filósofa da República Checa que participou ativamente dos primeiros debates sobre teoria museológica...

Mathilde Bellaigne, companheira conceitual de Georges Henry-Rivière nas postulações teóricas da Museologia, na França.

No que se refere ao conceito de patrimônio histórico cultural, este recebeu várias interpretações ao longo dos tempos e, para responder à pergunta sobre o que seria isso, primeiramente escolheu-se seguir as observações do arquiteto e historiador Carlos A.C. Lemos (1981) que ressalta que o patrimônio histórico e cultural de uma sociedade **não é apenas o que foi feito de “pedra e cal”**, mas há uma concepção mais ampla na qual estão elencadas outras duas categorias que devem ser consideradas: **os elementos relacionados à natureza, ao meio ambiente e o conhecimento que gera a capacidade de sobrevivência**. O que o autor aponta como mais importante, tema central de seu livro, é a reunião de bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer, o que ele denomina de artefato.

O artefato deve estar relacionado com o meio ambiente e o elemento humano, uma vez que, quando um objeto isolado está fora de seu contexto, ele não é compreendido como parte integrante de uma realidade social. Cada artefato conta a história da época e o local de onde é proveniente, compondo assim a memória local.

Seguindo o roteiro de perguntas relacionadas à anterior, surgiram outras indagações como: por que preservar, o que preservar e como preservar, as quais foram respondidas pelo mesmo autor. A primeira ele diz que preservar seria salvaguardar não só os artefatos, mas também toda a memória a que estão relacionados. Com isso, percebeu-se que preservar, para manter viva a memória e a história dos locais a que esses objetos são ligados, é garantir a compreensão da memória social. A segunda pergunta Lemos propõe a ordenação dos elementos que compõem o patrimônio cultural. Diz ainda que embora essa pergunta não possa ser respondida de forma genérica, é necessário observar regras de como e onde preservá-los em sua totalidade ou usando elementos representativos. Para a última pergunta, ele responde, citando as Cartas de Veneza (1964) e de Brasília (1995), que apontam regras para a restauração e manutenção de monumentos arquitetônicos históricos, visto que esta é a sua especialidade.

Outro ponto de vista que valeu apenas ressaltar é o demonstrado por Desvallées e Mairesse, cuja declaração é a de que “A preservação se constitui em um eixo da ação museal, sendo o outro eixo o da difusão aos públicos”. (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2014, p.79), o que permite entender que o conceito de patrimônio deriva da ideia de herança e repasse de bens culturais de pais para filhos, como o próprio nome sugere e, posteriormente, durante o período da Revolução Francesa, estendeu-se do privado para o público, para o conjunto dos cidadãos, quando se desenvolve o entendimento de **bem comum**. No momento

em que estava definido que alguns bens formavam a riqueza material e moral do conjunto da nação, as heranças dos nobres iam sendo apropriadas como heranças do povo, como cita Sant'Anna falando especificamente do caso europeu:

Criado com a função econômica e estratégica de evitar pilhagens generalizadas e proteger a propriedade pública, o dispositivo nascente conheceria grande desenvolvimento e aplicabilidade estratégica no futuro. Fórmula encontrada pelos burgueses para induzir à turba um comportamento menos destrutivo e justificar a invenção do Estado, a noção de patrimônio operou como qualidade enobrecedora de objetos das mais variadas origens e cronologias. (SANT'ANNA, 2015, p.32)

Por outro lado, novas percepções começam a surgir por meio da prática de preservação oriunda de países asiáticos e do Terceiro Mundo, cujo patrimônio é constituído de criações populares anônimas, tornando-se importantes pelo fato de serem expressões de conhecimento, práticas e processos culturais, modo específico de relacionamento com o meio. Mostrou-se que a cultura congregada nos bens materiais e imateriais e a ideia de povo são indiscriminadas. É quando o sujeito da nação dá lugar à concepção de povo segmentado formado por uma multiplicidade de culturas, ou seja, a diversidade. Processos e práticas culturais começaram a ser vistos como bens patrimoniais em situações de mediação de objetos sem que a esses objetos fosse dada a legitimação de representação simbólica do patrimônio cultural daquelas dadas culturas.

No Brasil consolidou-se oficialmente a preocupação em proteger as tradições de sua cultura popular através da Constituição de 1988, art. 216, onde diz que o patrimônio cultural brasileiro é formado por “bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da identidade brasileira”.

A Carta Maior traz o avanço de não classificar o patrimônio cultural apenas em erudito, portanto, fora do alcance da população, e popular, como somente delimitado ao público de baixa renda.

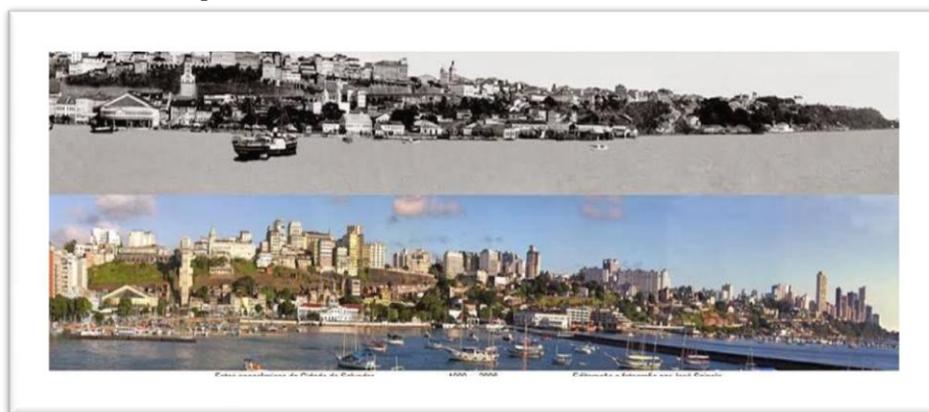
Para analisar todas as questões que motivaram a autora dessa pesquisa através do mundo complexo do patrimônio cultural, esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, a saber: Introdução, onde é apresentado o problema da pesquisa, seus objetivos e a estrutura da dissertação. O primeiro capítulo denominado ‘A cidade, o bairro: apresentação histórica,’ onde firam desenvolvidos os conceitos de cidade, bairro e a narrativa histórica, além da elaboração da linha do tempo, contando a evolução da cidade e do bairro do Comércio, e dos diálogos acerca das histórias narradas nos lugares de memória deste local. No segundo capítulo intitulado ‘O olhar museológico e os lugares de memória’, trata-se da questão do patrimônio cultural, sob à luz da teoria museológica, e da cultura urbana através do olhar museológico. O capítulo terceiro, denominado como ‘A identificação com o patrimônio,’ fala

das questões identitárias, pertencimento, formas de atuação cidadã e de direito ao conhecimento do seu patrimônio. Por último, o quarto capítulo, que traz as considerações finais, com a síntese de tudo que foi observado, analisado, apreendido e interpretado, revelando o que foi descoberto, o que pode ser melhorado.

1. A CIDADE E O BAIRRO: APRESENTAÇÃO HISTÓRICA

Felizmente de todas as obras, a cidade é a principal obra de arte. Felizmente é uma obra de arte aberta e inconclusa. Então a difícil arte de construção do espaço público, que é coletivo, passa pelo reconhecimento por essa crítica de que nós precisamos nos reinventar cotidianamente. (Alexandre Delijaicov - Depto. de Projeto da FAU-USP)

Foto 01- Foto panorâmica da cidade do Salvador Bahia 1900-2006.



Fonte: Blog Salvador em dia, José Spínola.

Devido à degradação patrimonial, é indispensável o estudo dessa obra de arte, chamada cidade, bem como as formas com que a cultura urbana se desenvolve, os lugares onde a memória e o patrimônio nela são espelhados, para então, encontrar soluções que ajudem a preservá-los. Sabe-se que existem diversas realidades socioculturais, as quais estão refletidas na cidade. Neste estudo tomou-se como recorte o bairro do Comércio, sendo ele também, considerado o lugar de memória e o documento vivo.

O conceito de cidade usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pela maioria dos geógrafos, é o de que cidade é o núcleo administrativo e/ou econômico de um município. Um mesmo município pode ter mais de uma cidade. Nos dicionários, o significado de cidade é vinculado a uma área onde se agrupam zonas residenciais, comerciais, industriais e densamente povoadas. Tem-se ainda, o significado de cidade - zona urbana, ambiente urbano - como antônimo do campo - zona rural. Risério destaca um fator importante: a cidade europeia é diferente da cidade americana. De acordo com ele, a primeira surgiu do campo como excedente econômico e expansão demográfica em que a revolução

agrícola provocou a revolução urbana; a segunda antecedeu o seu campo, pois, na maioria dos casos, foi planejada pelos colonizadores. Assim sendo, “a cidade europeia foi centrípeta; a americana, centrífuga. Aqui, a cidade antecedeu o campo”. (RISÉRIO, 2013)

Ao falar em cidades não está apenas a se referir aos agrupamentos humanos. É muito mais do que isso, refere-se aos convívios, às formas de pensamentos, de poder e de muita história. Cada uma destas cidades tem em sua história, até mesmo na forma arquitetônica, a sua narrativa enquanto experiência única. Desse modo, é possível compreender a cidade como reflexo de sua vivência, suas decisões e suas formas de poder. Carvalho e Pereira ao citar Preteceille afirmam:

[...] a conformação de cada cidade é, inevitavelmente, uma herança histórica dos movimentos da economia e da sociedade no longo prazo, cristalizada tanto nas estruturas materiais do espaço construído como nas formas sociais de sua valorização simbólica e sua apropriação. (PEREIRA, CARVALHO, 2004 p.12)

De modo mais enfático, Ulpiano Bezerra de Menezes incita a pensar a cidade como forma e manufatura humana, sendo construída e modificada pelo homem cuja sua inserção no corpo social modifica-se socialmente:

Para começar, poder-se-ia partir do mais concreto: a cidade como forma. O espaço e as estruturas que mobilizam têm uma realidade física que é preciso considerar. A cidade é um artefato, coisa feita, fabricada pelo homem, segmento do universo material socialmente apropriado.

Todo artefato é, ao mesmo tempo, produto e vetor de relações sociais. Assim, a cidade é também lugar onde agem forças múltiplas: produtivas, territoriais, de formação e pressões sociais, etc. (MENEZES, 1985, p.199)

Para Milton Santos, a civilização contemporânea é caracterizada por cidade. Este perfil foi enfatizado a partir da revolução industrial, pelo qual foi alterado o modo de vida cidadina, intensificando fortemente sua urbanização. Ele destaca as mudanças que até então a cidade era uma criação harmônica, resultante de fatores físicos e sociais, espontânea embora vinculada em geral às necessidades econômicas de uma sociedade a pressões suaves (SANTOS, 2012, p.9 e10). Esta forma de ver e viver a cidade perdura até o auge da evolução industrial transformando-a em insumo: ‘A cidade que era, até então, uma exteriorização de formas sociais integradas, subordina-se a mecanismo da usina, para qual a mão de obra desumaniza-se assumindo o papel de mero fator físico de “insumo” (SANTOS, 2012, p.9 e10). O conceito de cidade é também detalhado pelo antropólogo Michael Agier:

O conceito de cidade formou-se por uma espécie de decalque do modelo de cidade europeia e mais geralmente ocidental. A hegemonia do modelo confundiu-se com a substância do conceito. [...] as cidades clássicas, medievais, industriais da história europeia forneceram as referências e as ordens de grandeza que se tornaram a medida das aglomerações humanas do resto do planeta, ainda hoje. Mas, no

momento em que o fantasma da não cidade toma conta do primeiro mundo, as questões e as consequências de outro pensamento sobre a cidade devem ser globalizadas, pensadas em escala planetária. (AGIER, 2011, p.43)

Para entender a cidade, do ponto de vista do cidadão, foi necessário investigar as suas vivências cotidianas - tema abordado no capítulo 03 - como proposto por Agier. Ele diz que “é preciso esquecer a cidade e conhecer as cidades a partir dos cidadãos e de sua experiência cotidiana de seus lugares de vida e situações concretas” (AGIER, 2011), pois entende-se que assim, as cidades são povoadas de lugares onde o cotidiano e os sentimentos neles vividos se materializam em lugares de memória.

Para que esses lugares de memória e até mesmo estruturas arquitetônicas peculiares existam, é preciso entender que a convivência cidadina de uma determinada cidade vai imprimir, no traçado urbano, as características temporais, isto é, os conceitos das épocas passadas mescladas com os contemporâneos como uma forma de registro. Ortegosa fala que:

Um dos aspectos fundamentais na vida de uma cidade, portanto, é o conjunto de recordações que dela emergem: a memória urbana é a realidade que marca nossa própria fugacidade na história, ao mesmo tempo em que anuncia a possibilidade de transcendermos nossa temporalidade individual. (ORTEGOSA, 2009).

A convivência urbana é traduzida em memória, ressalta Le Goff (1990). A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento; das classes dominantes e das classes dominadas, das lutas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção, ou seja, o campo da memória é um campo de conflito político.

Mas memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objetivo de poder. São as sociedades cuja a memória coletiva, sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, que melhor permitem compreender essa luta pela dominação da recordação e da tradição. (LE GOFF, 1990, p.46).

É nestes locais que, segundo Pierre Nora (1993), a memória se cristaliza, pois, nelas são trazidas as marcas culturais locais, tornando-os locais de memória. Vale ressaltar que não existe somente as formas coletivas, mas também as individuais. Ao considerar as colocações de Halbwachs ao dizer que “nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros”, leva à compreensão de que essas memórias são construções dos grupos sociais, pois são eles que selecionam os símbolos, locais, paisagens e manifestações que serão passíveis de se tornarem memoráveis, preserváveis

(HALBWACHS, 2004, p. 137). Além das narrativas estarem contidas nos monumentos históricos e na arquitetura, estão também impregnadas na cidade, tornando-a nosso patrimônio. Giovannoni, ao se referir dos conjuntos arquitetônicos de cidades históricas, afirma que:

A arquitetura menor torna-se parte integrante de um novo monumento, o conjunto urbano antigo “Uma cidade histórica constitui em si um monumento, tanto por sua estrutura topográfica como por seu aspecto paisagístico, pelo caráter de suas vias, assim como pelo conjunto de seus edifícios menores; por isso, assim como no caso de um monumento particular, é preciso aplicar-lhe as mesmas leis de proteção e os mesmos critérios de restauração, desobstrução e inovação” (GIOVANNONI, apud CHOAY, 1931, p. 143)

Nesse sentido, a história de uma cidade somada ao sentimento de pertença a determinado local faz com que as cidades históricas se tornem parte do repertório patrimonial de seus moradores/utilizadores. No caso de Salvador, por exemplo, são 467 anos de acontecimentos marcantes, que - parafraseando Antônio Risério (2004) - é impossível serem descritos em apenas um livro. Porém, para entender o valor histórico que embasa a cultura e a memória, é necessário conhecer a cidade da qual falamos, tal como alerta Amilcar Martins Filho ao reproduzir o que dissera Allan Lichetmam:

[...] as pessoas precisam encontrar suas raízes pessoais em uma sociedade cada vez mais marcada por mudanças e transformações, o que nos leva a estudar a história da sua cidade e sua família. A história local e a história da família podem trazer as pessoas à sua herança pessoal e aos grupos sociais e instituições que dão sentido e direção a vida (MARTINS FILHO, 2006, p 64)

Por isso, verificou-se essa necessidade de intercâmbio de conhecimentos, pois tanto o vendedor do mercado, quanto o pesquisador têm um conhecimento sobre o local que deve ser compartilhado e, assim, as novas gerações podem usufruir o acesso às heranças culturais de seus grupos sociais. É preciso então demonstrar à população a importância histórica da cidade patrimonial, neste caso Salvador e, sobretudo, apontar que é possível haver relações de pertencimento entre a comunidade soteropolitana, em específico dos moradores/frequentes do bairro do Comércio com essa história, observando as diversas narrativas nelas acondicionadas.

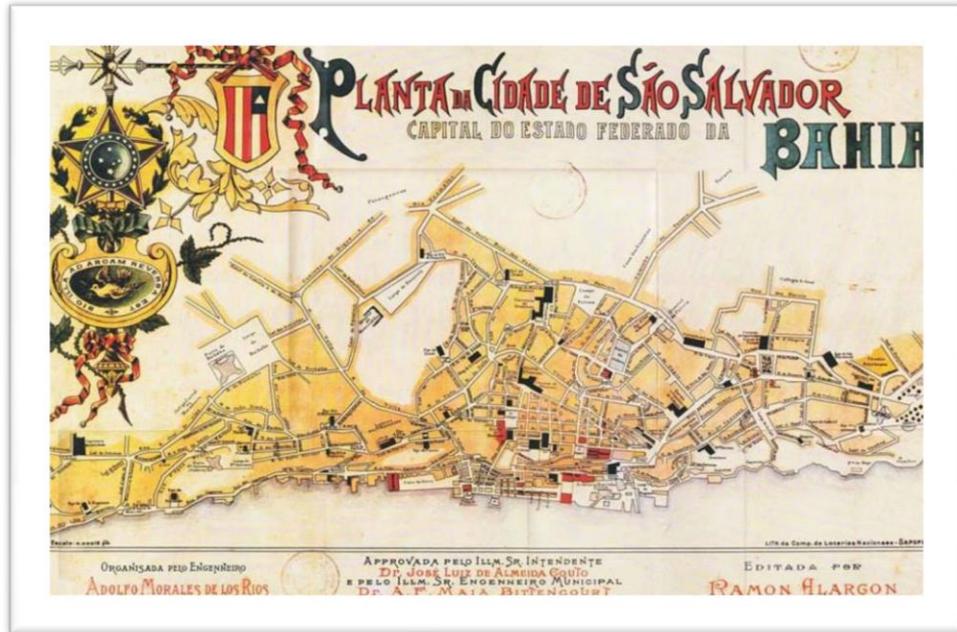
1.1 A CIDADE DE SALVADOR E SEU PATRIMÔNIO

[...] nas sacadas e nos sobrados da velha São Salvador, há lembrança de donzelas do tempo do imperador, tudo na Bahia lhe faz um querer bem a Bahia tem um jeito “[...] (Dorival Caymmi)

Denominada a primeira capital do Brasil, Salvador, já foi considerada pioneira em economia no cenário político, tendo até aos dias atuais, certa importância na indústria do turismo nacional. Além de ser, como a maioria das metrópoles, uma região onde pode-se

enxergar uma grande multiplicidade cultural em todos os sentidos.

Mapa 01: Cidade do Salvador de 1899.



Fonte: Roteiro Histórico da cidade do Salvador, 1952.

Este mapa de 1899 mostra a cidade ainda com a mesma configuração espacial que a cidade de Tomé de Souza. A expansão da cidade em direção aos seus redores acontece nos séculos seguintes junto com a explosão demográfica.

A Cidade foi planejada para ser a primeira capital da expansão lusitana nas Américas “Salvador foi inteiramente definida e desenhada em prancheta lisboeta, em ‘traços e amostras’ cuja execução foi confiada a Luís Dias” (RISÉRIO, 2013, p.67), ou seja, construída com um traçado idealizado. No entanto, esse projeto simétrico - uma ideia renascentista de urbe que ficou apenas no seu núcleo base, o chamado Centro Antigo – com determinações municipais explícitas vindas da coroa portuguesa, pareceu tender pela irregularidade, já que antes da simetria almejada no plano renascentista enviado pelo governo português, as pessoas buscavam comodidade (RISÉRIO, 2013). Em consequência, Salvador se tornou uma cidade portuária de grande importância, figurando-se como capital brasileira durante 214 anos. Foi acumulado em seu repertório patrimonial diversos tipos de riquezas, entre elas, as arquitetônicas dos casarões do tempo imperial e a de vanguarda modernista, fato que a deixa com ares cada vez mais cosmopolitas. Milton Santos ressalta a importância histórica da cidade de Salvador e da sua situação, em 1959, quando seu livro foi publicado:

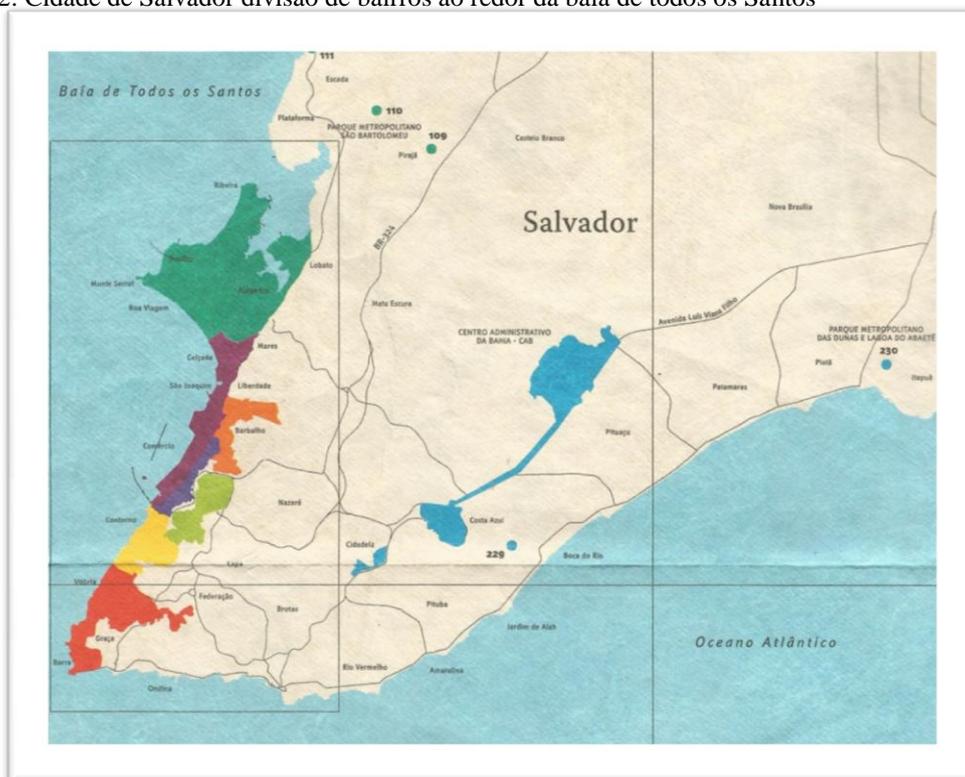
Foi, durante três séculos, a aglomeração urbana mais importante e populosa do Brasil; o seu porto era o principal do país. Hoje, entretanto, em consequência do deslocamento para o sul do eixo da economia brasileira, perdeu o posto que tinha antigamente: é apenas a quarta cidade do país, quanto a população, se bem que o período atual revele certo dinamismo. (SANTOS, 1959, p.35)

Salvador foi a princípio, por conta do comércio do fumo e algodão do Recôncavo,

da riqueza açucareira dos séculos XVII e XVIII e de sua exportação, o principal porto do país, destacando-se no cenário internacional. Katia Mattoso ressalta que a cidade de Salvador passou do apogeu ao declínio de seu prestígio econômico por conta do declínio da indústria açucareira, pois, possuía um dos portos principais de embarque e desembarque de mercadorias:

O açúcar foi o produto rei, a verdadeira riqueza de Salvador durante todo este período. Fixou o negociante à beira-mar, perto de seus armazéns e fez com que estabelecesse ali seu domicílio. Tanto assim que a estreita faixa de terra que acompanha o litoral e morre ao pé da encosta em que ia sendo construída a Cidade Alta tornou-se paróquia em 1623, sob a proteção de Nossa Senhora da Conceição da Praia. As três paróquias originais - a Sé, a Vitória e a Conceição da Praia – testemunharam, cada uma a sua maneira, o enraizamento de uma colonização vitoriosa e dinâmica (MATTOSO, 1992, p.72)

Mapa 02: Cidade de Salvador divisão de bairros ao redor da baía de todos os Santos



Fonte: Plano Guia de Arquitetura e Paisagem Salvador e Baía de Todos os Santos, 2014.

O mapa acima divide a cidade de Salvador em setores feitos de bairros com cores diferentes. Destaque para a área chamada de cidade baixa onde se encontram os bairros do Comércio, São Joaquim, Calçada e Mares na cor lilás. ■

- O centro Antigo de Salvador (bairros Sé, Santo Antônio Além do Carmo) ■
- Península de Itapagipe e Subúrbio Ferroviário ■
- O caminho da Liberdade ■
- Baixa dos Sapateiros, Nazaré, Gravatá, Largo dos Aflitos ■
- Cidade alta (São Bento, Dois de Julho, Piedade, Largo do Campo Grande) ■
- Campo Grande, Barra, Rio Vermelho ■

Mapa 03: Baía de Todos os Santos, Salvador e Recôncavo baiano.



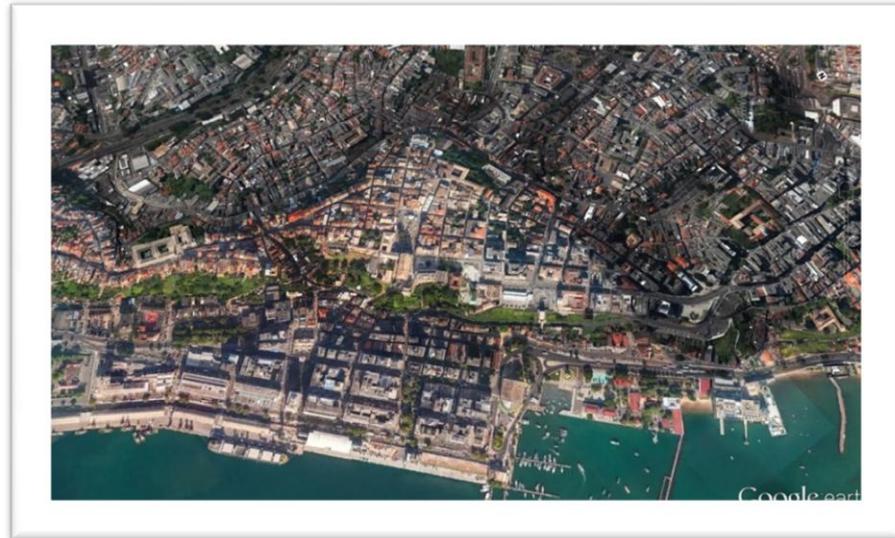
Fonte: Plano Guia de Arquitetura e Paisagem Salvador e Baía de Todos os Santos, 2014.

Este mapa detalha a posição privilegiada de Salvador na baía de Todos os Santos e sendo seu porto principal e ligação com o Recôncavo, importante polo produtor, e demais áreas do interior do país.

A cidade era o ponto de acesso para as relações entre o Brasil e a Europa. Navegadores de várias partes do mundo aportaram em partes do território brasileiro, permanecendo nele por curto, médio ou longo período, tendo Salvador como porto incluso no seu roteiro. Fato esse tão significativo para Stefan Zweig (1941) que diz que:

Com essa cidade teve início o Brasil e, com direito podemos dizê-lo, a América do Sul. Nessa cidade levantou-se o primeiro pilar da grande ponte lançada sobre o Atlântico, nela originou-se de matéria europeia, africana e americana, a mistura nova que ainda fermenta eficazmente. Veneremos, pois, as prerrogativas de ancianidade entre todas as da América do Sul. Com seus quatrocentos anos, com suas igrejas, sua catedral e seus castelos, a Bahia é para o Novo Mundo, o que para nós europeus são as metrópoles milenárias, o que para nós são Atenas, Alexandria e Jerusalém: um santuário de civilização. (ZWEIG, 1941)

Mapa 04: Vista de satélite da região do Centro Antigo



Fonte: Google eart, 2014.

A visão aérea demonstra o quanto avançou ao mar através de aterros a cidade de Salvador. Outro detalhe importante são as linhas retas formadas pelas ruas criadas no período de J. J. Seabra uma forte comparação com o estilo urbanístico francês, que também foi influência nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo.

A historiadora Katia Mattoso concorda com Zweig e demonstra como era importante o poderio econômico desta metrópole ao relatar que:

Era, pois essencial o papel de Salvador na distribuição de produtos manufaturados, no reabastecimento de gêneros alimentícios e no fornecimento de mão de obra escrava, sem a qual nenhum empreendimento se tornaria viável. Por todas essas práticas, Salvador dominava os outros centros econômicos da Colônia (MATTOSO, p.78, 1998)

Mesmo depois da crise açucareira, quando a produção de açúcar concorrente teve maior êxito, Salvador manteve-se como entreposto e centro de comercialização da cultura cacaueteira. Porém, essa atividade não acumulou tanto capital financeiro na cidade quanto a anterior. Por volta do fim do século XIX, durante mais de cinquenta anos, Salvador ainda vivia das glórias e do brilho do passado, privilégio herdado por ser uma antiga metrópole comercial, centro religioso e administrativo. MATTOSO (1992) afirma que a cidade começou seu processo gradativo de declínio ao relatar que:

A influência de Salvador como metrópole regional diminuiu progressivamente a partir do final do século XIX e, sobretudo, da terceira década do século XX, quando a cidade entrou numa nova fase de refluxo econômico que restringiu consideravelmente sua área de influência, que antes atingia o comércio de toda a Província e grandes regiões vizinhas. (MATTOSO, 1992, p.80)

Entretanto, a cidade de Salvador, também chamada de 'cidade da Bahia', por conta de sua ligação com as províncias do interior, não perdeu seus valores históricos e com isso diferenciou-se das demais metrópoles. Mesmo com seus problemas econômicos e diferenças sociais, a 'cidade da Bahia' tem uma postura única como ressalta por Zweig:

A atitude da Bahia é a de uma rainha viúva, de uma rainha viúva grandiosa como as das peças de Shakespeare. A Bahia está presa ao passado. Há muito tempo que entregou o régio poder a uma geração mais nova e sôfrega. Todavia não abdicou, conservou sua posição e, com esta, uma incomparável dignidade. Altiva e ereta olha do alto para o mar, no qual, séculos atrás, todos os navios se dirigiam para ela; ainda traz os antigos adereços, constituídos por suas igrejas e sua catedral, e essa dignidade de atitude continua a existir na sua população. Podem as cidades mais novas, podem o Rio, Montevidéu, Santiago, Buenos Aires ser hoje mais ricas, mais poderosas, mais modernas, mas a Bahia tem sua história, sua civilização própria, seu modo de vida próprio. De todas as cidades do Brasil foi ela a que mais fielmente respeitou a tradição. Só pelas suas pedras e ruas se compreende a História do Brasil, só essa cidade nos permite compreender como de Portugal nasceu o Brasil. (ZWEIG, 1941)

Pois sabe-se que seus lugares de memória foram cenários relevantes para a constituição da História brasileira, por isso estão diretamente ligados ao seu contexto evolutivo. Eles estão refletidos não somente na cultura baiana, mas também no restante do país, por conta dos atos de pessoas que tiveram relevante influência na vida social brasileira, cujos nomes de ruas e monumentos os fazem lembrá-los. O recorte geo-espacial ora escolhido para ser analisado demonstra claramente a importância histórica de Salvador e as evoluções por ela sofridas.

1.2 O BAIRRO DO COMÉRCIO

“Quem chega na praça Cayru e olha para cima o que é que vê? Vê o elevador Lacerda a subir e a descer. É o retrato fiel da Bahia, baiana vendendo alegria coisinha gostosa de comer, acarajé” [...] (Riachão)

O bairro do Comércio está situado em Salvador-Bahia, faz parte do chamado Centro Antigo. Este pequeno território tornou-se um lugar de memória, principalmente por causa de sua arquitetura. Isso não se dá somente pelo fato do local está situado em uma cidade histórica, mas porque, ligada à região, há a cristalização da memória do lugar de convívio. Há uma relação entre ela e as identidades dos habitantes daquele lugar, cuja rememoração se dá através dos desenhos em praças, monumentos e prédios. Ele se torna único por ter impresso em sua topografia: cultura e memória, características imagéticas fortes (*símbolo x significante*)⁷ que ciclicamente remetem à um aspecto predominantemente memorial, cujo perfil é, ao mesmo tempo, individual e coletivo.

Ressalta-se aqui, a importância do conhecimento histórico pela população. Tal ciência servirá de lastro para as manifestações culturais imateriais dando sentido às canções populares como as danças típicas, literatura e outras manifestações. Sabe-se que os

⁷ A relação entre as imagens, interpretação e seus significados (semiótica) onde os objetos são retratados através das imagens (que podem ser fotografias, monumentos, estátuas e hermas) que são decodificados, interpretados repassando uma mensagem. (Ver referências)

fatos históricos antes eram cantados em cantigas, literatura de cordel e em outras manifestações, costume que vem se perdendo gradativamente, seja pelo desconhecimento da riqueza cultural, seja pela falta de senso crítico. A importância do aprendizado e do conhecimento dos processos de memória são alertados pela museóloga Maria de Lourdes Horta:

O aprendizado e o conhecimento desses processos de memória são fundamentais para a capacitação dos indivíduos na elaboração e compreensão de sua própria história, de sua habilidade de ‘fazer história’ através dos fragmentos e relatos encontrados nos diferentes ‘baús’, pessoais, familiares, coletivos e institucionais. O ensino da História só pode ser o ensino de como ‘fazer história’, de como desconstruir os mitos e as verdades estabelecidas, e de identificar o modo como estes mitos e verdades foram construídos ao longo do tempo, de conhecer os diversos tipos de ‘fontes’ para esse fazer histórico, de como dominar seus códigos e como estabelecer comparações e análises críticas entre os diferentes materiais. Esses ‘saberes’ são parte indispensável do processo educacional, quando se busca, como propõe Paulo Freire, uma “pedagogia da autonomia” (HORTA, 2008, p.2)

Geralmente, em qualquer lugar habitado com o objetivo de formar uma comunidade existirá monumentos que foram erigidos pela memória oficial como patrimônios desejados institucionalmente. A população daquele local pode até escolher outros objetos como patrimônios que lhes imprimam emoções mais profundas, entretanto, entende-se que aquele cidadão tem o direito a conhecer historicamente os patrimônios oficializados para então ter condições mais amplas de compreensão para decidir quais memórias monumentais, oficiais ou não, melhor lhes representam. Isso é o que podemos exemplificar como “pedagogia da autonomia”. Diante disso, surgiu o questionamento acerca de onde se situam esses monumentos e lugares de memória no bairro do Comércio, para isso responder à esta indagação foi importante demarcar o bairro.

Nesse trabalho, utilizou-se a seguinte demarcação: tendo atualmente seus limites geográficos oficiais a Oeste com a baía de Todos os Santos ao Norte com o bairro de Água de Meninos, leste a Sé, o Pelourinho e Pilar e ao Sul com Santa Tereza, ou seja, da Igreja da Conceição da Praia, a Av. Lafaiete Coutinho e a Fonte da Rampa, vistos a partir do Edifício Augusto Borges⁸. Ressalta-se que o Comércio é também um importante bairro de passagem e ligação entre a cidade alta e os bairros do Miolo⁹ de Salvador, da Península

⁸ O Edifício Augusto Borges fica na Rua Visconde do Rosário, no bairro do Comércio, Salvador Bahia.

⁹ De acordo com Carvalho e Pereira, os bairros do miolo da cidade de Salvador são aqueles que nasceram fruto da expansão da cidade em direção a BR-324; são eles: Liberdade, São Caetano, Boa vista de São Caetano, Capelinha de São Caetano, Fazenda Grande do Retiro, Bom Juá, São Gonçalo entre outros. O Miolo de Salvador recebeu este nome desde os estudos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a Cidade de Salvador (PLANDURB), da década de 1970. Este nome se deve ao fato da região situar-se, geograficamente na parte central do município de Salvador, ou seja, no miolo da cidade. Possuindo cerca de 115 km, ele está entre a BR 324 e a Avenida Luiz Viana Filho, mais conhecida como Avenida Paralela,

Itapagipana e Suburbana. Paralelas ao Porto, três avenidas cortam o bairro: Avenida da França, onde está o Terminal da França, para ônibus urbanos; a Avenida Estados Unidos e a Avenida Miguel Calmon. As três são confluentes ao sul com a Avenida Lafaiete Coutinho que, assim como a Ladeira da Montanha, ligam o bairro à Cidade Alta¹⁰.

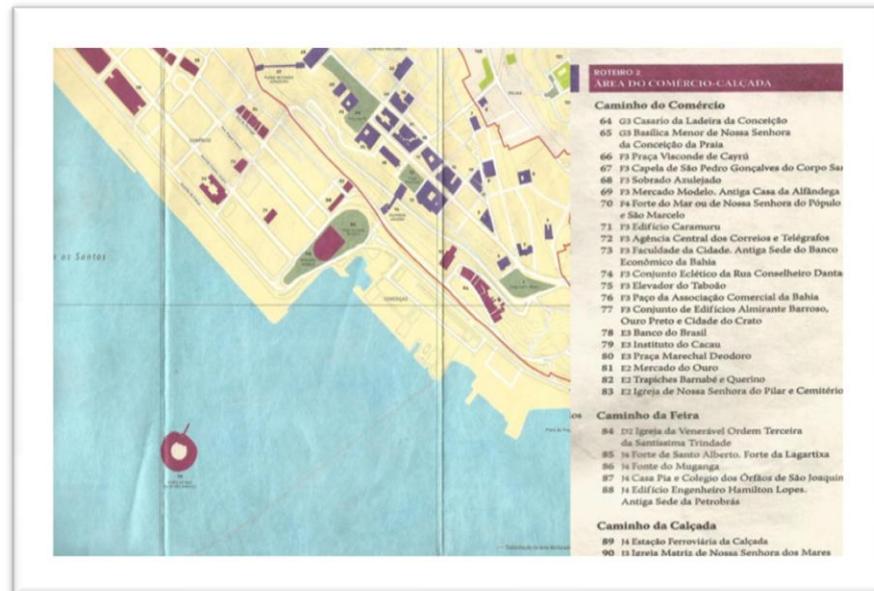
Primeiramente, é interessante pontuar algumas informações históricas como a que toda essa região foi primaz na realização de negócios organizados no país, além de abrigar um dos principais centros financeiros de Salvador. Sabe-se que antigamente, o bairro do Comércio se chamava de “Bairro da Praia”, e não passava de uma faixa de terra fronteiriça com o mar, logo abaixo da acrópole escolhida para construir a cidade - capital do planejamento lusitano. Foi construída nessa localidade a Ribeira das Naus (ou Ribeira de Góis) e a ermida dedicada à Nossa Senhora da Conceição. (NUNES, 2013). Essa faixa de terra teria uma importância destacada por conta dela se tornar o porto principal da cidade de Salvador. Como nos explana Américo Simas Filho:

Confinado a uma estreita faixa de terra próxima a montanha, que por suas condições geográficas possibilitava a fixação do homem, este aí se estabeleceu desde o início da construção da cidade, tornando o importante por desempenhar a primordial função de porto, indispensável seja nas comunicações com a metrópole e seu Império na África e na Ásia, explorador dos produtos locais e importador do produzido no exterior, seja nas suas relações com as margens da Baía de Todos os Santos e toda a região do Recôncavo, a partir do século XVI, quando quase todas as ligações eram feitas por via aquática, e por todo tempo posterior, donde lhe vinha grande parte dos produtos de sua subsistência e de exportação e para onde iam os importados, sendo Salvador o porto onde se centralizavam essas importantíssimas funções (SIMAS FILHO, 1998, p.88)

estendendo-se desde a Invasão Saramandaia até o limite Norte do Município. (FERNANDES, 2004)

¹⁰ Dados retirados da Wikipédia.

Mapa 05: Roteiro dos bairros do Comércio e da Calçada.



Fonte: Plano Guia de Arquitetura e Paisagem Salvador e Baía de Todos os Santos, 2014.

Neste mapa destaca-se o roteiro dos monumentos nas áreas traçadas pelo guia. No Caminho do Comércio são os seguintes: Casario da ladeira da Conceição; Basílica menor da Nossa Senhora da Conceição da Praia; Praça Visconde de Cairú; Capela de São Pedro Gonçalves do Corpo Santo; Sobrado azulejado; Mercado Modelo – Antiga Casa da Alfândega; Forte do Mar ou de Nossa Senhora do Pópulo e São Marcelo; Edifício Caramuru; Agência Central dos Correios e Telégrafos; Faculdade da Cidade antiga sede do Banco Econômico da Bahia; Conjunto eclético da Rua Conselheiro Dantas; Elevador do Taboão; Conjunto de Edifícios Almirante Barroso, Ouro Preto e Cidade do Crato; Banco do Brasil; Instituto do Cacau; Praça Marechal Deodoro; Mercado do Ouro; Trapiches Barnabé e Querino; Igreja da Nossa Senhora do Pilar e Cemitério.

Incluso no rol dos primeiros bairros urbanos de Salvador, dividido em duas freguesias, a do Pilar e a da Conceição da Praia, sendo esta última, a mais movimentada da cidade neste período, por conta do comércio ali estabelecido. As grandes mudanças geográficas da cidade, por conta de seus aterros, começam exatamente ali como nos conta Consuelo Sampaio no seu livro 'Cinquenta anos de urbanização':

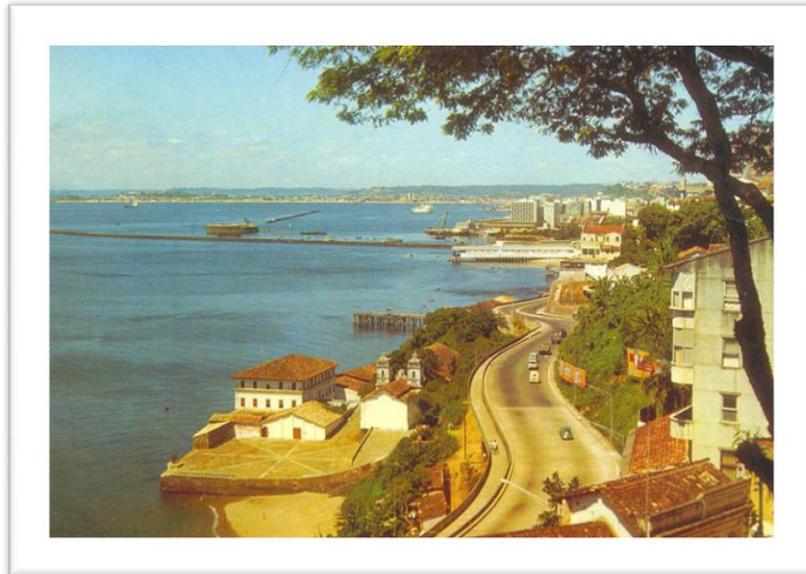
Sem dúvida a Conceição da Praia era uma das freguesias mais movimentadas da cidade. Não se há de estranhar que tenha sido o ponto inicial do alargamento e da expansão da cidade baixa, de modo a satisfazer a necessidade dos grandes comerciantes, nacionais e estrangeiros, facilitando o processo de penetração capitalista na Província. (SAMPAIO, 2005, p.30)

Foto 02: Reconstituição da encosta onde se localizava o bairro da Praia



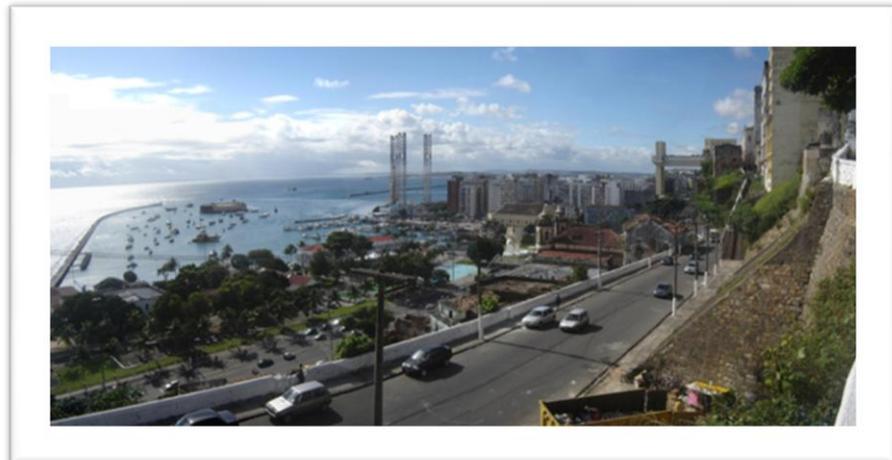
Fonte: SILVA FILHO, Rubens Antônio, 2015.

Foto 03: Visão do local nos anos 1970.



Fonte: LEAHY, Charles, coletânea pessoal.

Foto 04: Visão atual do local



Fonte: SILVA FILHO, Rubens Antônio, 2015.

As fotografias 01, 02,03 e 04 retratam a evolução geofísica da área da cidade baixa tendo como ponto de

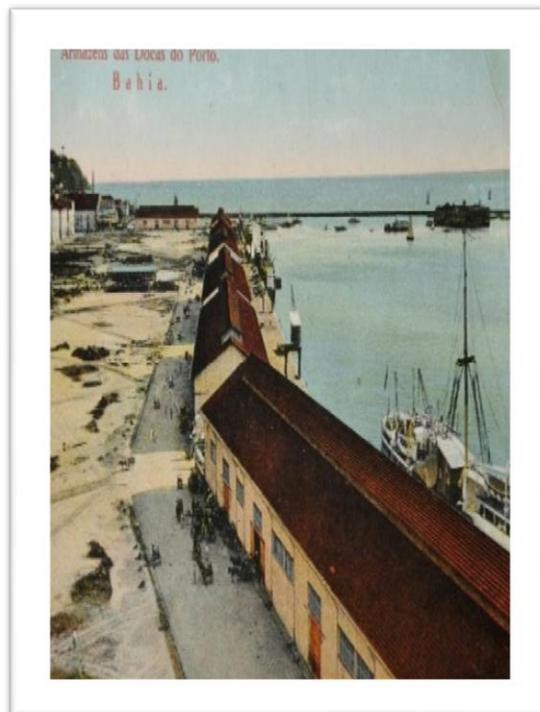
visão o ponto onde foi construída a Avenida Contorno. Destacamos que essas mudanças modificaram não apenas a geografia urbana, mas também o modo como os moradores veem a cidade e interagem com ela. As memórias que são acondicionadas a estes locais também se modificam.

Por sua disponibilidade e por conta das precárias ligações terrestres com os outros pontos de expansão, tanto as paróquias urbanas quanto as rurais, fazia do transporte, via Baía de todos os Santos, o mais utilizado por conta de sua maior agilidade, do que o caminho via terrestre. Luís Vilhena (1969) descreve o bairro como [...] “opulento pela assistência que nele fazem os comerciantes da praça; fica este ao Poente da cidade, ao correr da marinha, com não menores templos, fortalezas e melhores edifícios”. O porto do Comércio é o principal porto de Salvador, dando a ele destaque por isso, numa cidade que dependia muito mais do mar por diversas maneiras, como destaca Dórea:

Salvador é, portanto, uma cidade que dependia basicamente do mar, inclusive para o transporte de passageiros, mas, e principalmente, para a sua economia. No entanto, ainda no final do Século XIX, seu porto principal – onde ainda hoje se localiza, ao longo de toda Avenida da França – apesar da grande extensão, não funciona como unidade atracadora para as inúmeras embarcações, pois está dividida em pequenos cais independentes, a maioria de uso privado dos comerciantes a quem pertencem.

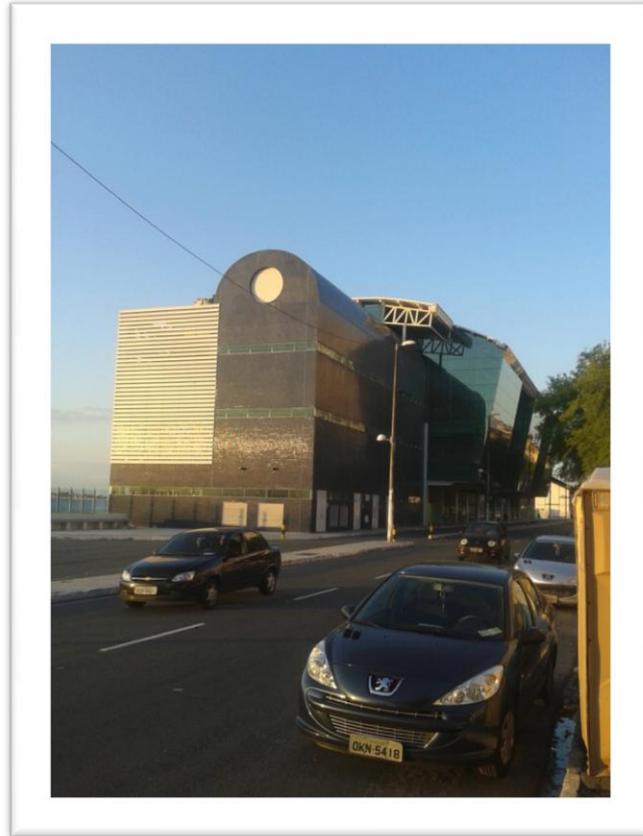
Sabendo-se disso, fica fácil compreender a grande quantidade de topônimos – alguns ainda em uso, outros (a maioria) desaparecidos – referidos como porto ou cais, ao longo de todo o contorno marítimo da cidade, cada um deles contando a sua própria história, e, juntamente com ela, uma parte significativa da história de Salvador (DOREA, 2006, p.125)

Foto 05: Cartão postal com imagem das Docas do Porto de Salvador, Bahia.



Fonte: RODRIGUES, Evany, coleção pessoal.

Foto 06: Prédio do novo porto de Salvador



Fonte: SANTOS, Maria Estela Lage

A foto 05 mostra a área das docas logo após sua modificação no governo de J.J. Seabra em comparação com a foto 06 que mostra o novo prédio do porto de Salvador, que, de acordo com a divulgação feita pela prefeitura pretende abrigar um shopping Center voltado para o atendimento das centenas de turistas que aportam em Salvador por via marítima.

O bairro também tem em sua listagem de patrimônio, a ermida de N. Sr.^a da Conceição, erguida por Tomé de Souza em 1549, foi elevada a matriz da freguesia em 1623. Faziam parte desta freguesia duas capelas filiais: a Capela do Corpo Santo e a de Santa Barbara, que ficava no cais de St. ^a Bárbara, atual Rua Miguel Calmon e foi demolida em 1900 após incêndio em prédio vizinho, o Hotel das Naçoens (sic) que lhe causou sérios danos. Ao lado desta capela ficava o mercado com mesmo nome.

Foto 07: Foto da Igreja da Conceição da Praia nos anos 70



Fonte: RODRIGUES, Evany, coletânea pessoal.

Foto 08: Visão atual da Igreja da Conceição da Praia.



Fonte: PINHO, Cátia Braga, 2016.

Fotos 07 e 08 um breve comparativo da entre a área na década de 70 e a atualidade onde percebe se pela quantidade de carros estacionados próximo a igreja a movimentação do local.

Outro patrimônio relevante é a tradicional festa¹¹ do Mercado de Santa Bárbara que

11 Festa de caráter religioso que homenageia Santa Bárbara desde o séc. XVII em Salvador. A santa recebe homenagens no dia 4 de dezembro, quando a população sai em procissão pelas ruas do Centro Histórico. Um forte sincretismo religioso toma conta das festividades quando o segmento do candomblé também homenageia a divindade Iansã. O mercado de Santa Barbara atual data do período de J.J. Seabra e fica na Baixa de Sapateiros e a procissão ocorre no largo do Pelourinho até a Igreja do Rosário dos Pretos, onde atualmente se encontra a imagem de Sta. Barbara. (Fonte: IPAC)

surgiu na cidade baixa. Quem chegou a registrar a festa foi o antropólogo e fotógrafo Pierre Verger, que também relata que:

A festa de Santa Bárbara que cai no meio da novena de Nossa Senhora da Conceição é celebrada, sobretudo, pelos africanos e pelas pessoas que trabalham no mercado de Santa Bárbara na cidade baixa [...] a festa católica consiste em uma missa e uma procissão em torno do mercado dos Arcos de Santa Bárbara. Os devotos dessa santa organizam regozijos no interior do mercado, onde sambam e bebem cachaça em abundância (VERGER, 1998, p.73)

Foto 09: Festa de Santa Barbara no bairro do Comércio década de 30



Fonte: VERGER, Pierre, in LEAHY, Charles acervo pessoal.

Foto 10: Mercado de Santa Bárbara



Fonte: FERREZ, Gilberto. Velhas fotografias da Bahia.

Fotos 09 e 10 mostram o antigo mercado de Santa Bárbara, que, tinha um fluxo de pessoas significativo de pessoas contribuindo assim para a construção de memórias sobre este lugar. A localização atual do Mercado de Sta. Bárbara é na Baixa dos Sapateiros. (Av. J. J. Seabra)

Outrossim, vale ressaltar que a matriz da Conceição da Praia, onde saem em procissão os devotos para as festas tradicionais da cidade: lavagem do Bonfim¹² e a festa de N. Sr. ^a da Conceição da Praia,¹³ é resultante da fusão das irmandades do S.S. Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição, as quais, juntas, construíram a nova igreja em 1736, estendendo-se para 1739 e 1765, até que em 1946 o templo foi elevado à categoria de basílica menor (NUNES, 2013).

¹² O cortejo para lavagem das escadarias da Igreja do Senhor do Bonfim acontece na segunda quinta-feira após o dia de Reis (06 de janeiro), a novena encerra-se no domingo após a lavagem. Fogos de artifício anunciam o início da procissão. O cortejo tem a presença de fiéis de religiões diversas que caminham desde a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até o adro do Bonfim. No percurso, baianas carregam água de cheiro, jarro de flores e vassouras. Carroças enfeitadas conduzem os devotos pelo percurso de aproximadamente 08 quilômetros. Vestidas de branco. Milhares de pessoas acompanham todos os anos o cortejo em busca de proteção ou por gratidão ao Santo e vão banhar-se nas águas perfumadas. Ao chegar à Igreja do Bonfim, as baianas lavam as escadarias e o adro da Igreja e derramam água perfumada sobre a cabeça dos devotos que buscam neste banho purificação. No sincretismo religioso Senhor do Bonfim é Oxalá. (Fonte Fundação Gregório de Matos < <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/festa-modelo.php?festa=7>>)

¹³ A festa em louvor a Nossa Senhora da Conceição da Praia é a mais antiga festa religiosa do Brasil, sendo comemorada desde o ano de 1550. A primeira capela de taipa foi erguida a mando de Tomé de Souza que, segundo alguns relatos, teria ajudado na construção. Alguns anos mais tarde essa capela foi demolida e uma nova, feita de tijolos foi mandada erigir pela família Albuquerque Cavalcanti. A imponente Igreja atual teve a sua construção em 1739. O ponto alto da festa religiosa, que se inicia dias antes com a novena em louvor à santa, é a procissão que no dia 08 de dezembro percorre as ruas do Comércio levando a imagem de Nossa Senhora da Conceição da Praia e do Deus menino. Durante o trajeto, uma parada obrigatória na Igreja do Corpo Santo, onde se junta à imagem de São José. A Festa da Conceição, como todas as festas populares religiosas de Salvador, não escapa as manifestações profanas. Dezenas de barracas e vendedores ambulantes vendem bebidas e iguarias durante a festa. (Fonte Fundação Gregório de Matos disponível em < <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/festa-modelo.php?festa=4>>)

Foto 11: Igreja da Conceição da Praia visão atual



Fonte: PINHO, Cátia Braga, 2016.

Foto 12: visão do interior da Igreja da Conceição da Praia



Fonte: SANTOS, Maria Estela Lage, 2016.

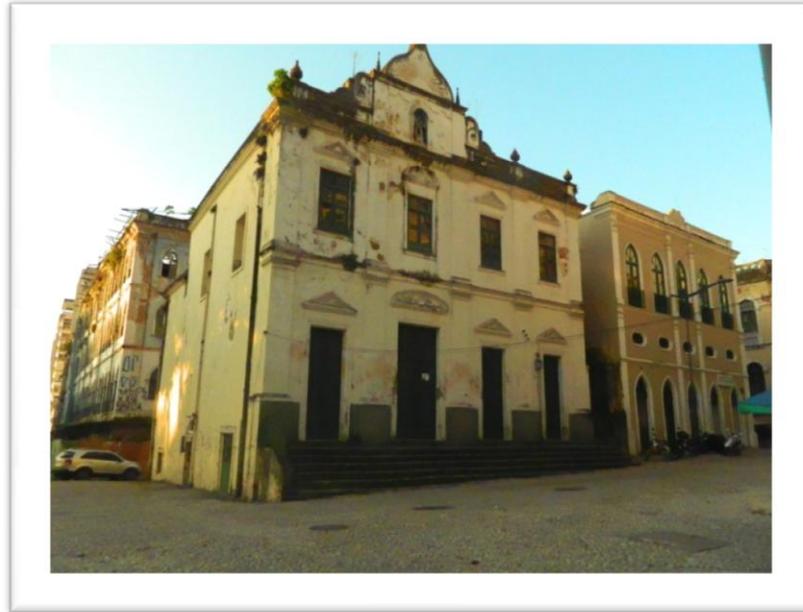
Foto 13: Convite para a solenidade de proclamação de N.S da Conceição da Praia como padroeira do Estado da Bahia



Fonte: Fundo Pedro Calmon, Fundação Pedro Calmon Centro de Memória da Bahia.

Fotos 11 e 12. A igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia dando destaque aos seu revestimento em pedra Ilhós . A foto 13 mostra que, apesar da devoção à santa ser antiga, foi canonicamente coroada somente em 1946, e, proclamada padroeira oficial e única do Estado da Bahia em novembro de 1971.

Foto 14: Igreja do Corpo Santo

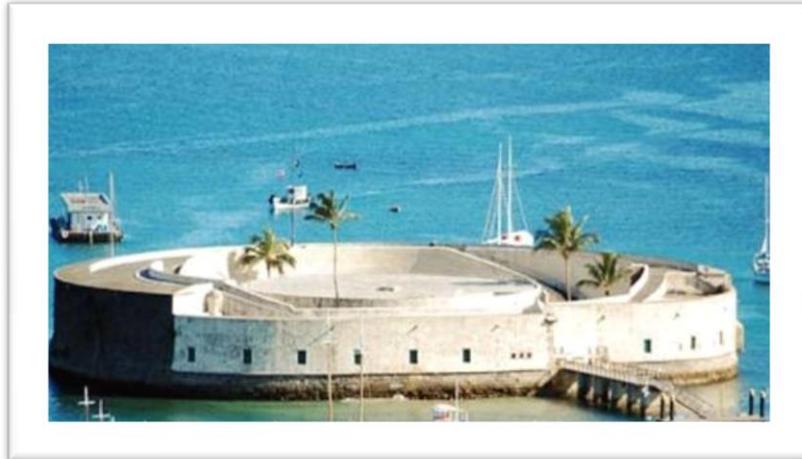


Fonte: SANTOS, Maria Estela Lage, 2016.

Foto 14 A igreja do Corpo Santo parte do conjunto que forma a paróquia da Conceição da Praia, foi quase absorvida pelo crescimento urbano ao seu redor, apesar de ser importante no contexto das festas. Os transeuntes quase não a percebem enquanto templo, comparando à grandeza de sua vizinha, a Conceição da Praia.

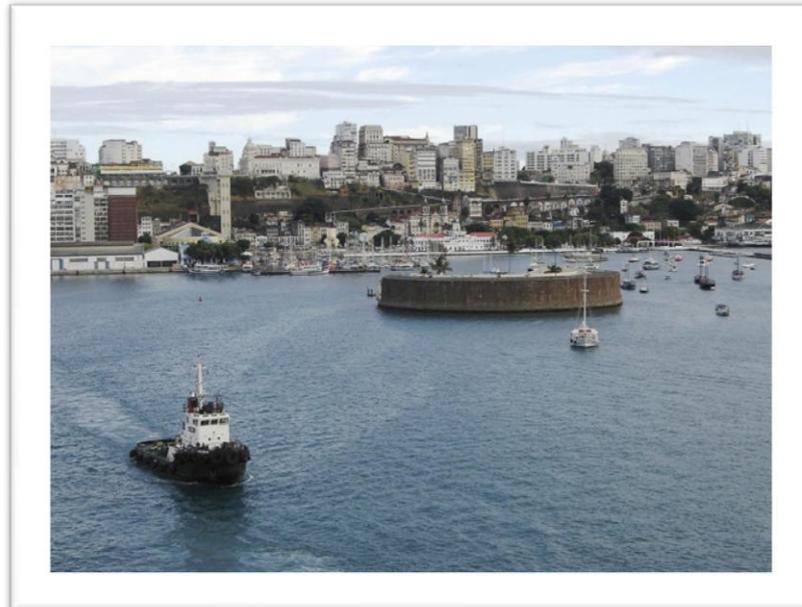
Para a defesa da cidade, visto que o bairro é defronte à Baía de Todos os Santos e não poderia se tornar um ponto vulnerável às invasões estrangeiras, foram construídos no século XVI, os fortins de S. Alberto - onde se encontra a Igreja do Corpo Santo, e o nome deste transferido depois para o forte de Santiago ou Lagartixa em Água de Meninos, obra do governo de D. Francisco de Sousa - e o de São Felipe (Montserrat) fora do bairro da Praia, ambos que a princípio protegiam o porto principal. No século seguinte foi construído o Forte de São Marcelo, em 1650 e reformado em 1728. Conhecido como “Castelo do Mar” é o único no Brasil com formato circular e que, com auxílio de navios batedores interceptava os que adentrassem na Baía de Todos os Santos em direção a capital (VILHENA, 1969; NUNES 2013, SAMPAIO, 2005; VER HUELL, 2009).

Foto 15: Forte São Marcelo



Fonte: RODRIGUES, Evany, arquivo pessoal.

Foto 16: Vista da cidade a partir da Baía de Todos os Santos



Fonte: GABA, Eric. wikimedia, disponível em <

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Salvador_downtown_port_from_sea.jpg?uselang=pt-br>

As fotos 15 e 16 retratam a Baía de Todos os Santos e o Forte de São Marcelo. Este forte, o único forte em formato circular do país, tombado como patrimônio histórico nacional desde maio de 1938, só pôde ser visitado pelo público durante cinco anos. Em 2011, o local foi fechado e a Associação dos Amigos das Fortificações Militares e Sítios Históricos (Abraf), que administrava o lugar foi despejada. Com a volta da gestão estatal acreditava-se que o lugar seria reaberto ao público no verão de 2013, porém este fato não se consolidou. Infelizmente o forte continua fechado a visitação.

Outro fortim que reforçava a segurança era o de S. Fernando, construído no século XVIII, situado no bairro da Praia. Este foi demolido e em seu lugar ergueu-se a Associação Comercial da Bahia em 1817. O 'Guia de Arquitetura e Urbanismo–Salvador e Baía de Todos os Santos', organizado por Lins e Santana (2004) detalha bem este acontecimento:

No local onde existia a bateria de São Fernando, foi edificada a Bolsa do Comércio, atual Associação Comercial, edifício com dupla fachada. Na do nascente, estátua de corpo inteiro lembra seu fundador, D. Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos, enquanto, na do poente, um monumento homenageia os

heróis da guerra do Paraguai. O mar batia ali, na atual Praça do Riachuelo. Do Taboão, passando por seus altos sobrados, pelo Cais Dourado, pelo Mercado do Ouro, pelos trapiches Julião, Xixi, Quirino e Barnabé, chegava-se ao Pilar. A vida comercial era também animada pelos “cantos”, organizados pelos negros ganhadores, libertos ou escravos, nas esquinas e proximidades do cais. (LINS e SANTANA, 2012, p.250).

Foto 17: Associação Comercial em 1811



Fonte: FERREZ, Gilberto. Velhas fotografias da Bahia 1858-1900, 1989.

Foto 18: Associação Comercial na década de 1950.



Fonte: Roteiro turístico da cidade do Salvador, 1953.

Foto 19: Praça Riachuelo em 1930

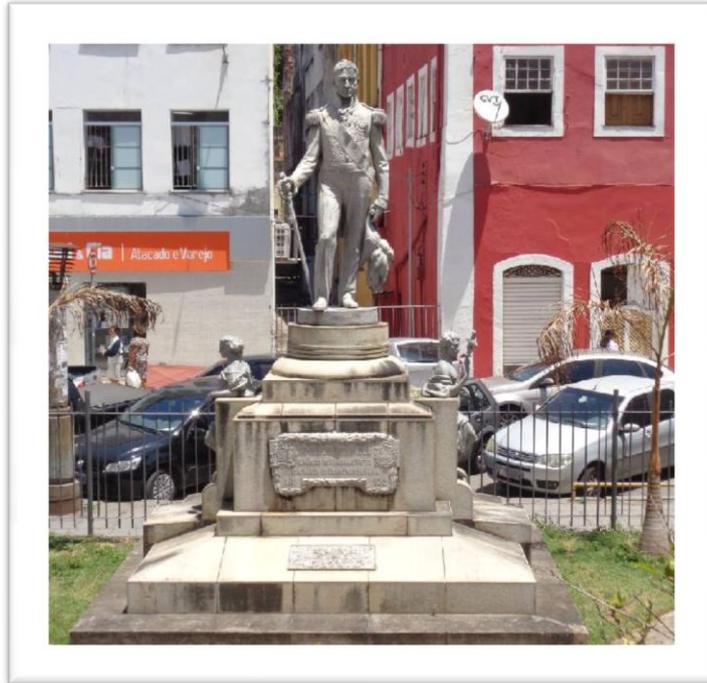


Fonte: Roteiro turístico da cidade do Salvador, 1953.
Foto 20: Praça Riachuelo década de 1970

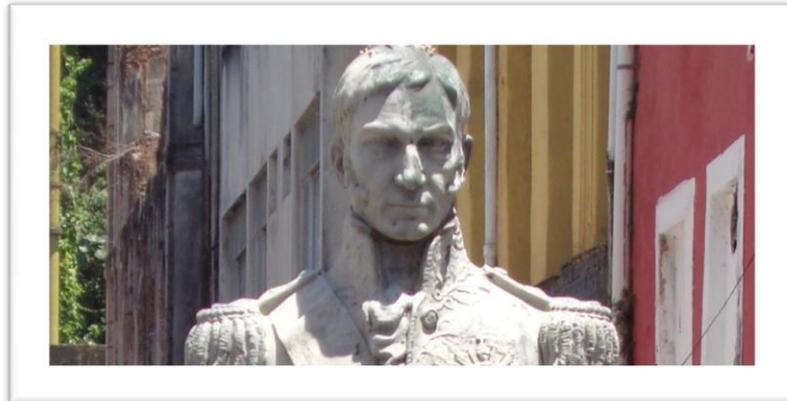


Fonte: Jornal Atarde.

Foto 21: Estátua ao Conde dos Arcos



Fonte: SILVA FILHO, Rubens Antônio, 2015.
Foto 22: Estátua ao conde dos Arcos (detalhe)

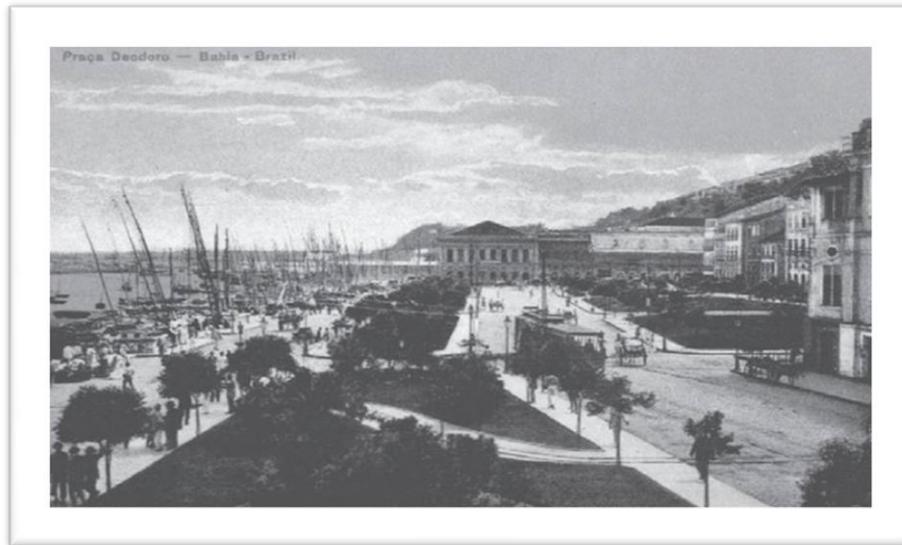


Fonte: SILVA FILHO, Rubens Antônio, 2015.

As fotos 17 a 22 retratam a evolução física de um dos espaços mais importantes da área do Comércio, a Associação Comercial. A primeira imagem mostra o período da sua inauguração. Como a Associação tem dupla entrada, a fachada principal contém a estátua do Conde dos Arcos, a mais conhecida pelo fato de que atualmente estar numa área de grande movimentação, está defronte do monumento aos heróis da batalha de Riachuelo.

Por outro lado, as atividades portuárias em Salvador se organizaram em torno das dezenas de trapiches amontoados à beira-mar para cumprir a função de armazenamento de mercadorias para a exportação e importação. No apogeu desta forma de mercantilismo, a cidade chegou a contar com 429 trapiches. Exemplos que restaram deste período são os Trapiches Barnabé e Quirino, na atual Rua Jequitaia (LINS e SANTANA, 2012).

Foto 23: Cartão Postal com imagem da Praça Marechal Deodoro e Cais dourado.



Fonte: Vicente Deocleciano, Bahia... Terra do "já-teve" Disponível em <
<https://www.facebook.com/groups/bahiaterradojateve/>>

No final do 'primeiro quartel dos setecentos' (Simas Filho), o eixo básico de composição do Bairro da Praia já havia crescido bastante por conta de sucessivos aterros, porém, conservou-se a sua vocação de Porto-Armazém, concentrando as atividades de importação e exportação. A faixa de terra foi estendida até a Ribeira, que ganha uma suntuosa casa e um importante estaleiro de construção naval, indústria na qual Salvador se destacava, sendo apontada como a mais qualificada do Brasil (SIMAS FILHO, 1998). Simas pontua essas informações citando a Planta de Massé:

[...] '4. Arsenal, Ribeira das Naos, pequena Caldeira e Bateria da Ribeira' esta ultima no lugar ocupado nos primórdios da cidade, pela fortificação da Laje. Outra construção importante, como vimos, era o edifício da Alfândega, na atual Praça Cairu, em posição diversa e defronte da de nosso tempo, obra posterior em que se aloja o Mercado Modelo. (SIMAS FILHO, 1998, p.119)

Há também no bairro, o primeiro prédio da Alfândega que foi construído na cidade alta entre 1549 a 1553. Contudo, com a necessidade de implantar uma fiscalização mais eficiente, foi autorizada em 1664, a construção do prédio da segunda Alfândega, cuja edificação só foi iniciada em 1746. Este, não dando mais conta da crescente demanda portuária da cidade, foi substituído pelo prédio da 3ª Alfândega, construído em meados do século XIX (LINS e SANTANA, 2012). O prédio da segunda Alfândega foi demolido em 1946 para dar lugar a Praça Cayrú - localizada em frente à entrada do elevador Lacerda, na cidade baixa, lá existe um monumento de mesmo nome - em homenagem ao Visconde de Cairu, político articulador da Carta Régia que abriu os portos as nações amigas em 1808. Quem explica a importância desta Carta é Wanderley Pinho:

Na síntese vulgar, três proposições se cristalizaram: - antes da Abertura dos Portos, eram estes de fato, inteira e absolutamente fechados: - o conselho de Cairu gerou a Carta Régia; com esta carta alforriou-se o Brasil da servidão econômica, robustecendo-se para quebrar as cadeias da submissão política. (PINHO, 2008, p.15)

Foto 24: Foto da Segunda Alfândega ao fundo Elevador Parafuso (Lacerda)



Fonte: FERREZ, Gilberto velhas fotografias da Bahia.

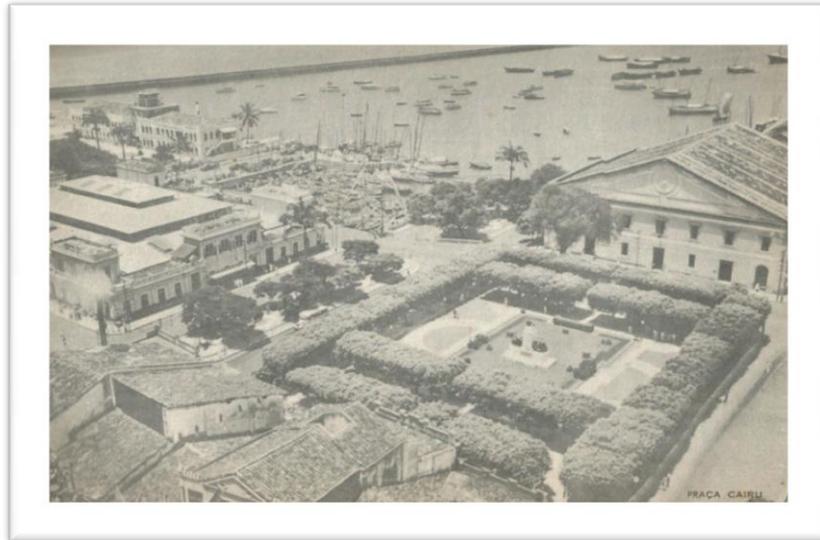
Foto 25: Foto da Lateral do prédio da Terceira Alfândega



Fonte: FERREZ, Gilberto. Velhas fotografias da Bahia

O prédio da terceira alfândega atual Mercado Modelo é alvo de uma lenda urbana, a de que os escravos eram guardados em grilhões no subsolo do prédio. As fotos de época levam a dúvida desta afirmação, pois o mar batia no sopé da construção inviabilizando os proprietários de colocarem tão valiosa mercadoria a mercê das marés.

Foto 26: Imagem da Praça Cairu nos anos 50



Fonte: Roteiro turístico da cidade do Salvador, 1952

Foto 27: Imagem do Monumento ao Visconde de Cayrú



Fonte: Jornal Atarde

Sobre os conjuntos urbanos¹⁴ situados neste bairro, Risério (2004) descreve que eram edifícios de particulares, relativamente simples. Contudo, tomaram caráter monumental, o que até então era característica de edificações aristocráticas ligadas ao governo, à igreja ou aos nobres, por conta de tratar-se de um conjunto de quadras formadas por edifícios que tinham o mesmo número de andares, quatro, e o mesmo acabamento externo. Permitindo ao observador ter a impressão de estar vendo um único prédio em cada quadra. Goulart Reis revela um detalhe importante:

14 Um grupo de prédios comerciais/residenciais que seguem um projeto arquitetônico comum, reunidos com desenho de conjunto.

Tudo nos leva a supor que o conjunto do cais da farinha e do cais das amarras [outro belo conjunto urbano do bairro da Praia] fosse uma cópia ou influência direta dos planos pombalino da cidade baixa de Lisboa. Tudo, menos um fato paradoxal: os quarteirões mais antigos do cais da farinha são mais antigos que o projeto de Lisboa já existiam em 1756 quando apenas se cogitava da reconstrução de Lisboa destruída do terremoto do ano anterior. Uma parte do conjunto urbanístico da colônia antecedeu o da Metrópole. (GOULART REIS, apud RISÉRIO, p. 213 e 214, 2004).

Foto 28: Foto dos prédios junto ao cais



Fonte: FERREZ, Gilberto. Velhas fotografias da Bahia

Foto 29: Cartão postal colorizado Cais das Amarras, Monumento Riachuelo e Associação Comercial (atrás das árvores)



Fonte: LEAHY, Charles, coletânea pessoal.

Outra curiosidade é que em 1757, 1800 e 1829 foram feitos, a pedido do governo português, descrições das paróquias urbanas que serviram para informar à Coroa portuguesa sobre os habitantes de cada uma delas, pois necessitavam deste controle. Todavia, a mais antiga dessas descrições (1757) não era exata. A descrição da paróquia de N. Sr.^a da Conceição da Praia foi bem sucinta: 'Nesta paróquia há quatro mil almas de comunhão' uma das mais populosas (MATTOSO,1998). Então, paulatinamente, essa área

passa a se tornar o centro comercial da cidade, como detalha Sampaio:

[...] a área compreendida entre a Alfândega e a Praça do Ouro era o cerne das atividades comerciais de Salvador. Artigos suntuários, destinados aos membros da alta classe, eram importados e encontrados em lojas especializadas. Na Rua do Comércio, por exemplo, a casa Guimarães e Costa vendia queijos raros, presuntos, licores, conservas de legumes, frutas secas, doces os mais diversos, vinhos finíssimos e também os de menor qualidade além daqueles que possuíam propriedades reconstituíntes, que podiam servir 'tanto para a tosse, quanto para o pasto', isto é, refeição. Não faltavam louças finas com sinete da Companhia das Índias. Eram importadas da Inglaterra, França e Portugal. As destinadas às famílias enobrecidas eram brasonadas, de modo a exibir a distinção de classes que as separava do resto da sociedade. Conferiam indispensável toque de *finesse* e *noblesse* aos banquetes e mesmo às refeições quotidianas (SAMPAIO, 2005, p. 30).

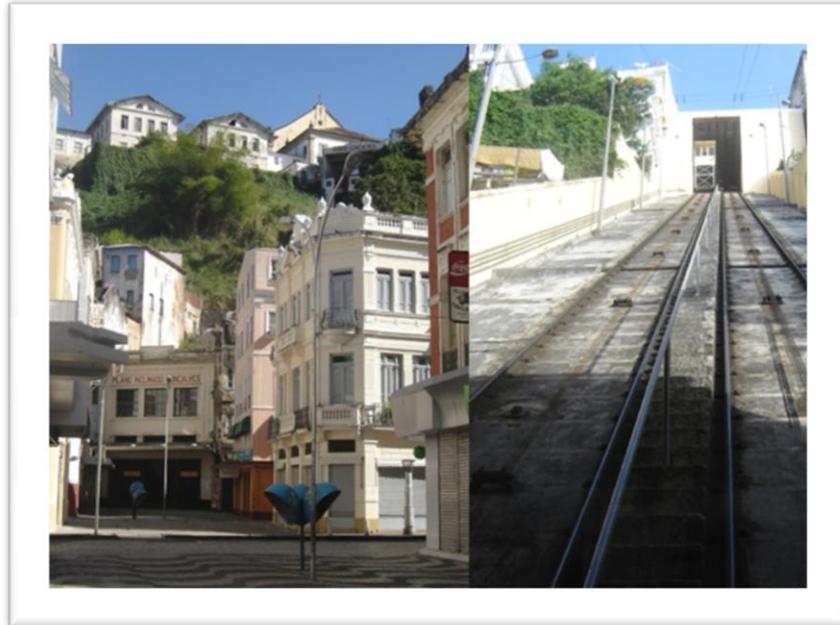
Foto 30: Cartão postal colorizado Rua das Princesas (sic) ao fundo cais dourado e seus saveiros.



Fonte: LEAHY, Charles, coletânea pessoal.

Com relação ao monumento 'guindaste dos padres', atual Plano Inclinado Gonçalves, ele foi construído para transportar mercadorias entre as cidades baixa e alta. Segundo Caldeirão (1970), até mais ou menos o final do século XVI, havia muita dificuldade em carregar as mercancias neste trajeto, por causa das íngremes e estreitas ladeiras (Preguiça e Misericórdia). Para sanar esses problemas, os Jesuítas construíram uma rampa aberta na encosta e os transportes passaram a ser feitos de uma maneira 'revolucionária'. O veículo funcionou até o século XVII, com cerca de três a quatro guindastes. Por fim, o nome primaz dado a eles, hoje, nomeia a rua de acesso ao plano Inclinado Gonçalves, pelo qual foi substituído. (CALDEIRÃO, apud SAMPAIO, 2005)

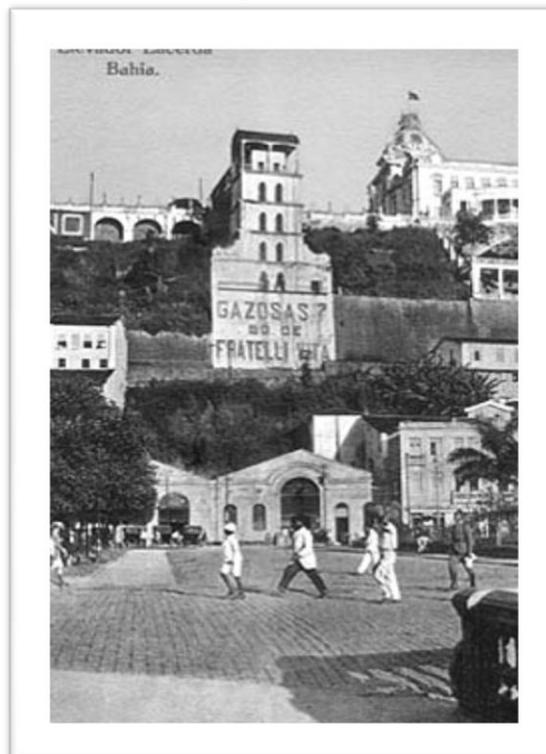
Foto 31: Plano Inclinado Gonçalves



Fonte: SILVA FILHO, Rubens Antônio, 2015.

Em 1873, foi inaugurado o primeiro elevador hidráulico: o da Conceição - posteriormente chamado de Elevador Lacerda em homenagem ao seu idealizador - uma obra genuinamente baiana, tanto no projeto de Antônio de Lacerda quanto na mão de obra. Este empreendimento facilitou, sobretudo, o tráfico de pessoas e mercadorias entre a parte alta e baixa. O Elevador Lacerda é um dos prédios tombados mais fotografados da Bahia. (SAMPAIO, 2005).

Foto 32: Cartão postal Elevador Lacerda



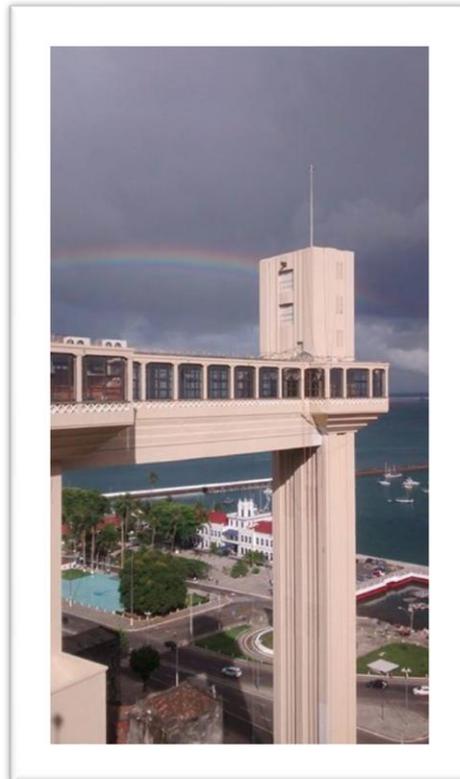
Fonte: RODRIGUES, Evany, coleção pessoal.

Foto 33: Imagem do Elevador Lacerda no período de reformulação do seu prédio.



Fonte: SAMPAIO, Consuelo. 50 anos de urbanização.

Foto 34: Elevador Lacerda visão atual



Fonte: MARTINS, Carla. 2014.

A atual Rua Conselheiro Dantas, originalmente chamada de Rua Nova do Comércio, era a rua mais importante do bairro no século XIX pelo fato ter sido a mais larga e pavimentada da época, com as mais conceituadas casas comerciais da província, bons hotéis e lojas de artigos finos de materiais e um público seletivo. Também nesta rua tiveram sedes das seguintes instituições bancárias: Caixa de Reserva Mercantil (desde 1842) a Caixa Comercial (desde 1848) chegando a haver em 1850 pelo menos oito estabelecimentos bancários, entre eles o primeiro banco privado nacional, o Banco

Econômico S.A (1834), que teve sede, não somente, na Associação Comercial na Praça Conde dos Arcos, mas, também, na Rua Nova das Princezas (sic) atual Rua Portugal. (OLIVEIRA, 1993; SAMPAIO, 2005).

Foto 35: Rua das Princezas (sic) no século XIX



Fonte: SAMPAIO, Consuelo. 50 anos de urbanismo.

Havia um contraste entre a cidade baixa e a cidade alta de Salvador oitocentista, descrita nos diários dos visitantes a diferença entre a bucólica e calma cidade alta. Malcheirosa e agitada cidade baixa. Conforme nos define Risério, evidenciando as duas cidades de Salvador que os estrangeiros observaram:

Numa, eles experimentavam a náusea – e mesmo o nojo; noutra, o prazer, a sedução sensorial. Moema Parente Augel expõe de forma perfeita: 'A estratificação das duas cidades é bem nítida: em baixo, a cidade do grande e do pequeno comércio, dos negócios e do dinheiro, a cidade malsã e mal cheirosa, abafada e espremida entre a montanha e o mar, antro da sujeira, do ruído e da balbúrdia [...]. Na parte superior... A cidade bem ornada com edificações de relevo, praças 'surpreendentes' casario alvacento. A cidade cartão-postal, dos belos jardins, da esperada arboração luxuriante das laranjeiras perfumadas, das mangueiras portentosas, jaqueiras monumentais, coqueirais perdendo-se da vista [...] De um lado a cidade- - porto a cidade- armazém, a cidade – empório, a cidade – formigueiro. Do outro, a cidade – jardim, a cidade – lazer, a cidade paradisíaca [...] A Cidade Baixa – cidade negra e escrava. A Cidade Alta – cidade branca, cidade senhorial. (RISÉRIO, 2004, p.296)

De acordo com a descrição de Lins e Santana, a modernização e as obras de melhoramento do porto de Salvador, assim como outras obras de saneamento básico, tão necessárias para a salubridade do bairro, só vieram a se concretizar no governo de J.J. Seabra:

Os inúmeros projetos de modernização do porto, encaminhados ao Governo Central, na segunda metade dos oitocentos, não obtiveram aprovação, fazendo com que a Bahia perdesse vantagens econômicas para o polo cafeeiro da região Centro-sul do Brasil. Somente na década de 1910, na gestão de J. J. Seabra, foram realizados novos empreendimentos, como a continuidade dos aterros. Com isso, foi aberta a Avenida da França, margeando os armazéns e a estação de passageiros,

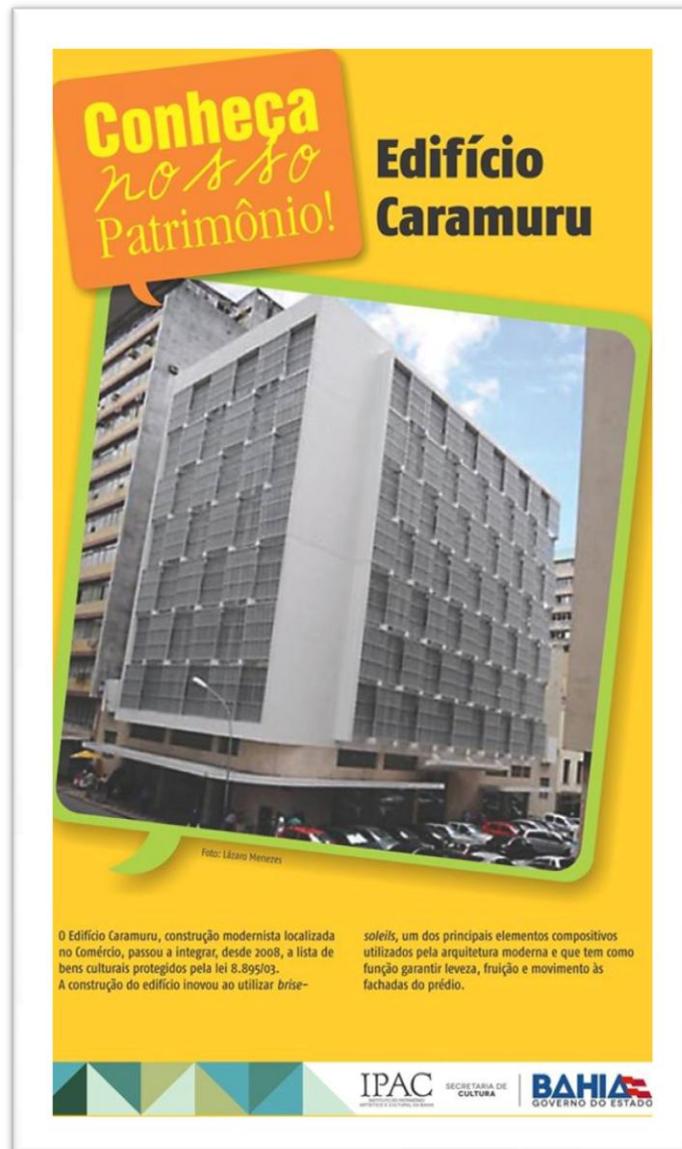
atual CODEBA. As obras de aterro propiciaram a edificação de modernas construções, as quais, em momentos distintos, abrigaram bancos, escritórios comerciais e instituições de ensino. (LINS e SANTANA, 2012, p.250).

Já no século XX, o bairro do Comércio vai se destacar nas construções com projetos modernos. É deste período os conjuntos de Edifícios Almirante Barroso, Ouro Preto e Cidade do Crato (1963 a 1971) que articulam galerias em forma de '*pilotis*¹⁵', o Caramuru (1946 a 1949) edifício, originalmente sede da empresa Prudência e Capitalização, projeto do arquiteto carioca Paulo Antunes, exemplar único de arquitetura moderna. Andrade Júnior explana sobre o assunto ao relatar que:

No bairro do Comércio, predominavam até então as edificações ecléticas construídas entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX em estrutura mural e possuindo um máximo de quatro ou cinco pavimentos, e mesmo as construções modernas, erguidas com estrutura de concreto armado na década de 1930 e claramente influenciadas pela Bauhaus, como o já citado Instituto do Cacau e a Agência Central dos Correios e Telégrafos, mantinham esse gabarito e as fachadas predominantemente maciças, destoando da sua verdadeira natureza estrutural. A nova visão urbanística e paisagística implementada pelo Decreto-Lei Municipal no 701/48 e pelo Decreto no 1.335/54 promoveram o surgimento de uma nova arquitetura no bairro, caracterizada por torres de escritórios de até 12 pavimentos, erguidas sobre pilotis que permitiam a criação de uma galeria pública com quatro metros de largura no nível da rua. Parâmetros análogos são estabelecidos para o setor comercial da Cidade Alta, formado pela Avenida Sete de Setembro e pelas Ruas da Ajuda, Chile e Carlos Gomes. (ANDRADE JUNIOR, 2013, p.32)

¹⁵ De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil- CAU, os pilotis são pilares em concreto armado que sustentam uma construção. São característicos da arquitetura modernista brasileira e fazem parte dos Cinco Pontos da Nova Arquitetura proposta pelo francês Le Corbusier. (CAU, Arquitetura e Urbanismo para Todos. Disponível em < <http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/pilotis/>> Acesso em 20/11/2015).

Foto 36: Panfleto mostrando o Edifício Caramuru



Fonte: IPAC.

Esse panfleto trás a imagem do Edifício Caramuru onde podemos observar nas suas características arrojadas além dos *'pilots'*, na fachada *'brise-soleils'* como explica o panfleto um dos elementos compositivos usados pela arquitetura moderna.

Destaca-se, entre os prédios históricos mais importantes, o prédio do Instituto do Cacau, criado para administrar um dos expoentes baianos em agronegócios, o Cacau. Atualmente este edifício abriga o 'Museu do Cacau', repartições públicas como Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) e no térreo o restaurante 'Prato do Povo', que vende refeições com valores acessíveis às classes C e D. Lins e Santana afirma que:

O edifício foi concebido por Alexander Buddeus e construído entre 1933 e 1936 para sediar o Instituto do Cacau da Bahia, este voltado para a exportação e valorização do produto. Constituiu uma das primeiras construções realizadas em uma área aterrada no início do século XX, no bairro do Comércio, e também uma das mais representativas do processo de modernização vivido pela cidade. (LINS e SANTANA, 2012, p.264)

Foto 37: Imagem do Prédio do Instituto do Cacau nos anos 50



Fonte: Vicente Deocleciano, Bahia... Terra do “já-teve” Disponível em <
<https://www.facebook.com/groups/bahiaterradojateve/>>

Foto 38: Instituto do Cacau em foto recente



Fonte: Vicente Deocleciano, Bahia... Terra do “já-teve” Disponível em <
<https://www.facebook.com/groups/bahiaterradojateve/>>

Foto 39: Reportagem da época da criação do Instituto do Cacau



Fundo Pedro Calmon, Fundação Pedro Calmon Centro de Memória da Bahia.

A transcrição deste documento, que mostra as bases da organização do Instituto do Cacau, se encontra nos anexos desta dissertação.

Vale ressaltar que atualmente está ocorrendo um processo de “revitalização” do bairro do Comércio, cujo esforço buscou atrair vários escritórios de advocacia, faculdades, clínicas médicas e odontológicas para ocupar os vários prédios históricos. Porém, os monumentos como Mercado Modelo, o Instituto do Cacau, Elevador Lacerda, a antiga sede do Banco Econômico, o Plano Inclinado Gonçalves, o Forte São Marcelo e a nova remodelação do Porto (2014) não figuram como lugares de memória desta cidade, fato que, infelizmente, não é exclusividade baiana. Apesar de toda e qualquer cidade ser um espaço de efervescência cultural, a memória e os espaços públicos onde os monumentos estão erguidos não têm muita importância no mundo globalizado. Outro dado importante é que nesta região se instalou a sede do EPUCS (Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador) que conduziu o movimento modernista com integração entre arquitetura, urbanismo e artes plásticas, ocorrido em Salvador entre o final da década de 1940 e a década de 1960.

Em abril de 1942, começa a funcionar o EPUCS; no terceiro andar de um prédio na Praça Cayru. Foram desenvolvidas pesquisas de investigação histórica e científica na cidade e entrevistadas cerca de 4.500 famílias. Na sua proposta de trabalho, Leal Ferreira avaliava que ‘Corrigir os defeitos de uma cidade ou lhe projetar o

desenvolvimento deve ser, antes de tudo, motivo de perscrutação do passado, visando identificar, através da investigação histórica e científica, os fatores que influíram na sua evolução' (CAMPOS, 2004 p.2)

No âmbito do EPUCS, foram realizados estudos elaborados entre 1943 e 1948, resultando na criação do Decreto-Lei nº 701/48, além de uma série de leis e decretos instituídos durante a década de 1950, os quais estabeleceram diretrizes para o crescimento, modernização e infraestrutura de Salvador. Tal ordenação jurídica provocou uma transformação significativa no padrão de ocupação das áreas próximas à cidade fundacional, principalmente neste bairro, onde existiam prédios com obras de artistas entre os mais importantes da arte moderna baiana como Carlos Bastos, Mário Cravo Júnior, Caribé e Genaro de Carvalho, não passou (e nem deve passar) despercebido.

Como descrito nas linhas acima, o bairro do Comércio tem muitos monumentos, no entanto, eles não têm recebido a devida atenção. As posições oficiais em relação ao chamado “Centro histórico/Centro antigo”, no que tange à conservação e à educação voltada para a memória, não tem recebido satisfatório tratamento. Infelizmente, até mesmo os prédios e monumentos tombados são marcados pela má conservação e divulgação. A relação destes com o bairro pode ser comparada a casos de agnósia visual¹⁶, perda da capacidade de reconhecer objetos, pessoas, sons e formas. Uma pessoa com agnósia pode, por exemplo, ter visão normal e não ter capacidade de reconhecer objetos cotidianos, familiares ou mesmo sua própria imagem no espelho. Sabe-se que os monumentos, prédios antigos e praças são importantes, mas não tem a ideia do por que e com o quê estão lidando.

1.3 BAIRRO DO COMÉRCIO: UM LUGAR DE MEMÓRIA? DE QUAL MEMÓRIA?

Na Tenda dos Milagres, Ladeira do Tabuão, 60, fica a reitoria dessa universidade popular. Lá está mestre Lídio Corró riscando milagres, movendo sombras mágicas, cavando tósca gravura na madeira; lá se encontra Pedro Archanjo, o reitor, quem sabe? Curvados sobre velhos tipos gastos e caprichosa impressora, na oficina arcaica e paupérrima, compõem e imprimem um livro sobre o viver baiano. (Jorge Amado em Tenda dos Milagres)

¹⁶ Explicação nos anexos

Foto 40: Observando o mar



Fonte: ROCCA, Giuseppe. Genti di Bahia, 2014.

O bairro, enquanto lugar de memória, reflete o que foi vivido e está emocionalmente ligado a este local. Assim, para a população, a extensão do bairro varia muito de acordo com a lembrança emocional ligada a ele. O Comércio, segundo Milton Santos, é como os baianos chamam, a parte baixa do centro antigo de Salvador. (SANTOS, 2008, p.20). Já algumas fontes entrevistadas disseram que ele está localizado entre a Praça Cayru e o mercado do Ouro, outras disseram que a região pode abranger até outros bairros como Água de Meninos, Ribeira, Roma e Itapagipe, ou seja, toda a cidade baixa.

Entrevistamos o total de 82 pessoas de sexo e idades variadas, com relações diferenciadas com o bairro. As entrevistas quando estruturadas, foram divididas entre o público soteropolitano em geral, cujo questionário foi respondido por 40 pessoas via web, e os trabalhadores, moradores, estudantes e frequentadores do bairro, cuja questões foram respondidas presencialmente por 42 pessoas. Dentre os entrevistados, foram escolhidas tanto pessoas com mais idade, que tiveram sua formação pessoal vinculada ao bairro, quanto os mais jovens, que estão formando sua ligação com o bairro agora. Todos declararam que há necessidade de divulgação do bairro do Comércio enquanto lugar de memória e não apenas como produto turístico. O que confirma com o que foi dito por Jacques, quando discorre que a produção sentimental da cidade “busca por outras formas de se compartilhar experiências ao abrir outras possibilidades narrativas e, em particular, de narrativas da experiência urbana nas grandes cidades, o que chamamos de narrativas urbanas”. (JACQUES, 2012, p.197).

Os moradores e frequentadores mais antigos do bairro, que foram entrevistados,

narraram lembranças de um Comércio efervescente. Segundo a fala de uma das entrevistadas, “nos tempos que não se tinha internet as novidades vinham através do porto, na boca dos viajantes, e nos produtos importados”. Nas docas, as sobras de mercadorias encomendadas pelas grandes lojas importadoras eram comercializadas e faziam a festa dos menos favorecidos, que deste modo, poderiam comprar perfumes como “Lancaster”, “Channel nº5”, “Royal Brial”. Fazendo alusão a este Comércio, Jorge Amado apresenta o local cheio de mestres dos saveiros, artesões do Mercado Modelo, malandros, pescadores, capitães de areia, vendedores, comerciantes e toda a sorte de pessoas. Do personagem como o pescador Guma ao menino de rua Pedro Bala, do artesão Pedro Arcanjo à cozinheira Flor e muitos outros que trazem os segredos da Bahia. Mistérios que, segundo o próprio Amado, envolvem o corpo, a alma e o coração dos baianos. (AMADO, 1951)

Foto 41: Jorge Amado em frente à rampa do Mercado Modelo



Fonte: VERGER, Pierre

Foi questionado a alguns frequentadores acerca de alguns espaços do bairro, quais eram os mais significativos e quais as lembranças que por eles foram guardadas. Em depoimento a Turismóloga Tereza Torres declarou o seguinte:

É que além de ser Turismóloga, estudo muito história da Bahia. Sobre o casarão a que se refere no Comércio, (foto em seguida) como pode ver no vitral tem um símbolo de medicina. Tenho a lembrança de quando criança, como ia muito com meu avô ao Comércio ter entrado nesse casarão e de ser uma farmácia. Procurei em diversos lugares para lhe dizer com precisão, mas isso é só uma lembrança de criança. Um tio avô escreveu um livro, ‘Bahia Cidade Feitiço’, eu era pequena e ele me levava aos lugares que estava escrevendo, portanto desde pequena já me interessava pela história da Bahia.

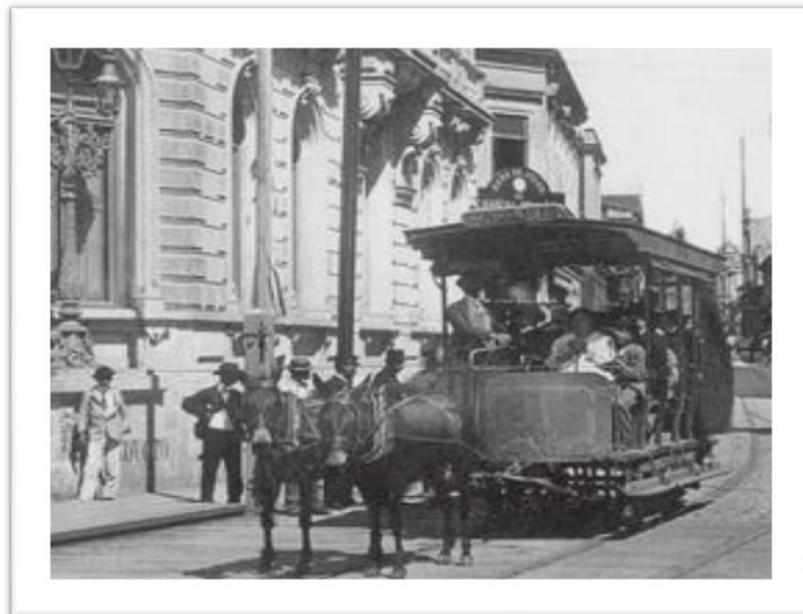
Meu avô sempre me levava para ir receber a aposentadoria na "Delegacia Fiscal" hoje Ministério da Fazenda, e sempre descíamos o "Charriot" como ele chamava o plano inclinado. Meu avô era Oscar Torres, e meu Tio que me levou ao Forte São Marcelo, como é chamado, mas seu verdadeiro nome é Nossa Senhora do Pópulo, conheci a Igreja de São Francisco como ninguém, a Conceição da Praia etc. Ele chamava-se. Carlos Torres. Lembro em andando de Bonde com meu avô e ônibus elétrico no Comércio. (TORRES, Teresa, 2016)

Foto 42: Casarão abandonado da Praça Cairú



Fonte: PINHO, Cátia Braga. 2016.

Foto 43: Bonde com tração animal.



Fonte: FERREZ, Gilberto. Velhas fotografias da Bahia.

A primeira linha de bonde de burro foi instalada na Cidade Baixa em 1866, sob os auspícios do austríaco Raphael Ariani, fazendo a ligação entre a paróquia da Penha e as de Conceição da Praia e do Pilar. Três anos mais tarde, o mesmo percurso era feito por uma linha de bondes urbanos, chamados veículos econômicos que se multiplicaram a partir de 1869 (MATTOSO, 1992, p. 439)

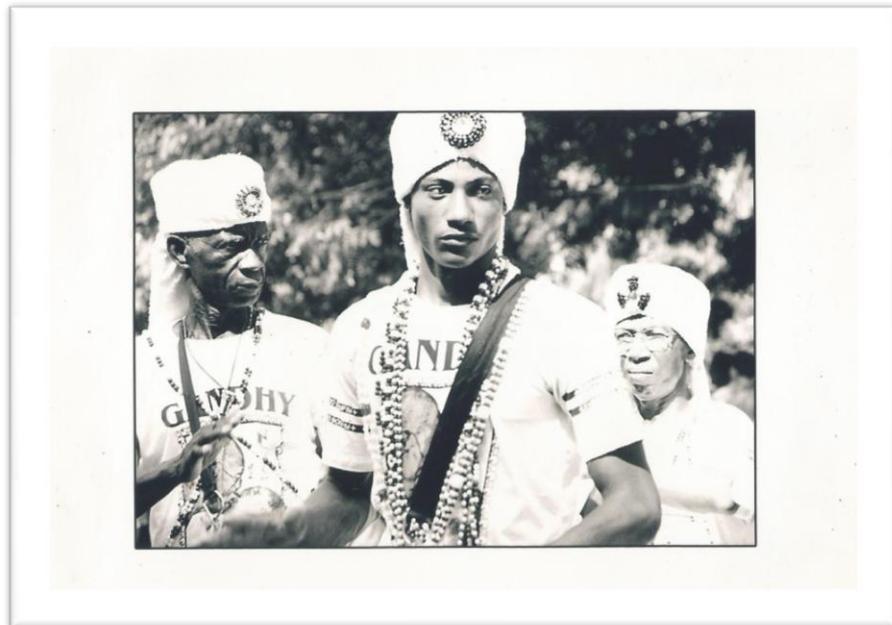
Muitos, até hoje, preferem as lojas tradicionais do Comércio, desde as de artigos de vestuário, até as de charutos de alto padrão. Além das famosas e tradicionais lojas de chapéus que sobrevivem às duras penas por serem menos frequentadas atualmente.

O bairro também foi lembrado pelos entrevistados como ponto importante de fomento cultural da cidade, o berço do bloco carnavalesco ‘Filhos de Gandhi’ e das

principais festas da tradição popular como a festa do Bonfim, Bom Jesus dos Navegantes, Santa Bárbara e Santa Luzia. Essa ligação cultural e étnica entre a comunidade e determinados bairros dos centros históricos é comentada por Paulo Ormino de Azevedo:

Essa identidade étnica não é exclusivamente um fato ocorrido em Salvador, em alguns destes centros antigos. É o caso do French Quartier em New Orleans e o El Carrilho* na cidade do Panamá. A cidade do Panamá recebeu uma grande quantidade de negros na construção do canal e eles se estabeleceram lá na área central em Carrilho* aonde até hoje vivem grande parte deles em casas de madeira. Essa população na verdade é a população que ainda mais recentemente começa, especialmente com a chegada de alguns grupos de carnaval, é o caso dos filhos de Gandhi que se instala, em 1949, eram na verdade um bloco carnavalesco, montado por pessoas que trabalhavam nas docas e homenageando Gandhi que muito tempo morou na África do Sul e participou do movimento negro, com maior participação da sociedade e depois vai para a Índia buscar a independência do país. Ele viveu ali 22 anos, aquilo foi um ano depois da morte dele, então aquele bloco se investiu ali com uma influência muito grande dos Malês na África. (AZEVEDO, 2014)

Foto 44: Filhos de Gandhi



Fonte: ROCCA, Giuseppe. Genti di Bahia, 2014.

Vale salientar lembrar que a Salvador descrita na memória dos mais antigos é uma cidade unicêntrica e que usa o núcleo original como referência. A atualidade mostra uma Salvador policêntrica, onde outros distritos se colocam como centros comerciais e de igual importância. Deste modo o Comércio mudou de perfil, deixando de ser o único centro comercial econômico para ser mais um entre eles.

É importante também lembrar que com a valorização do espaço privado pode ser a solução para a violência urbana, a potencialização dos Shoppings centers na década de 1980, modifica a percepção do espaço público e que de acordo Godim (2001) “ O espaço público passa a ser visto como sinônimo de impessoalidade, frieza ou mesmo conflito” e que acontece também em outras cidades brasileiras. (GODIM, 2001, p.925)

“Comércio é História pura! ” Declara a jovem atendente da empresa CONTAX. No entanto, como a maioria dos jovens entrevistados (faixa etária entre 18 e 35 anos), todos sabem que existe algo de importante, mas não conseguem identificar o quê. Dos entrevistados com este perfil, poucos demonstraram conhecer o bairro mesmo estando constantemente lá, nunca pararam para ver e procurar entender o bairro.

A falta de segurança no bairro é um dos fatores apontados como motivos para o distanciamento das pessoas com o local seria como o Comércio é mostrado pela mídia. Um fato que chama atenção foi que mencionado nas entrevistas, reiteradas várias vezes, foi à quantidade grande de pessoas em situação de rua, usuários de drogas, que, de acordo com três entrevistados, são estimulados a frequentar e habitar o bairro por conta de ali existir um posto do “Ponto de cidadania¹⁷” que dá suporte para as pessoas nesta situação na Praça Marechal Deodoro. A fala de Muller no Seminário de Pesquisa ‘Cidades-Museu e Museologia’ permite inferir que o medo contribui para a preservação dinâmica ou não das cidades-museu:

[...] eu vou mostrar como estes três conceitos vão se integrar no discurso que eu farei: linguagem, visibilidade e flânerie - para as pessoas que não sabem, é um verbo francês, que não temos uma tradução exata. A Paola Berestein traduz isso como errância. Errância no sentido de circulação sem objetivo; é uma das palavras que traduzem bem flâneria, flânerie. E a figura do flâneur, que foi bem estudada no século XIX por alguns autores, sobretudo Balzac, que criou personagens maravilhosos, é uma coisa fantástica. Nós hoje não podemos ter sequer o sonho de fazer, de praticar a flânerie em Salvador por que no mínimo seremos assaltados. Mas mesmo que não fôssemos assaltados, nós provavelmente quebraremos ou torceremos o pé, as calçadas da cidade não estão preparadas para isso. (MULLER, 2014)

Insegurança e falta de manutenção das ruas e das praças, além disso a forma como a cidade é mostrada .Muller explana mais sobre isso:

[...], um número de pessoas tomaram conhecimento e que coloca justamente a questão de Salvador ser uma cidade tão importante, ser patrimônio da humanidade,

¹⁷ O Ponto de Cidadania é estratégia de apoio psicossocial financiada pelo Governo do Estado da Bahia. Trata-se de uma unidade de acolhimento e cuidado, promoção da saúde e da cidadania, destinado às pessoas em situação de rua, usuários de álcool e outras drogas, que se encontram em condição de extrema vulnerabilidade. O dispositivo propõe-se ao acolhimento deste público, de segunda a sábado, disponibilizando um espaço para banho, com oferta de um kit higiene contendo sabonete, toalha, barbeador – e outros elementos de fomento ao autocuidado – bem como um espaço de escuta, visando estabelecer com esta clientela uma interlocução, através de intervenções que favoreçam a promoção da saúde, do autocuidado e da cidadania, com vistas à inclusão social

ter, talvez, o maior acervo de patrimônios tombados no Brasil e não ter um décimo da divulgação que tem, por exemplo, o Rio de Janeiro. (MULLER, 2014)

Foto 45: Grafite nas ruínas do casaril da Conceição da Praia



Fonte: SANTOS, Maria Estela Lage, 2016.

A transferência de muitos órgãos públicos para a área do Centro Administrativo (Paralela) foi apontada também como fator de esquecimento da circunscrição pelos entrevistados e o fechamento de importantes lojas do bairro transformando o bairro que ‘não dormia’, de acordo com o porteiro da Companhia Aliança da Bahia, em um lugar desértico. Esse fator é contado por Jacileda Santos:

Com a aceleração no processo de expansão urbana de Salvador, a partir da década de 1960, houve uma redefinição em suas centralidades. Assim, o bairro do Comércio, onde até então se desenvolviam atividades portuárias e administrativo-financeiras, perdeu parte de suas funções para outras áreas da cidade. Com o propósito criar uma nova dinâmica deu-se início a um processo de requalificação para a área. Foram desenvolvidas diversas ações neste sentido, procurando atrair empreendimentos diversos, oferecendo se incentivos fiscais a empresas que venham a instalar se no Comércio, entre elas as hoteleiras, educacionais, culturais, call centers, entre outros (SANTOS, 2012, p.2).

Lins também fala sobre esse processo:

Deliberadamente, no processo de crescimento e urbanização nos últimas décadas de Salvador foi de esvaziamento da área central da cidade de Salvador. Esvaziamento econômico, esvaziamento de atividades, dificuldade de chegar à essa área da cidade. Salvador, hoje, não tem acesso ao Centro Histórico, praticamente pelas dificuldades que existem e também não tem elementos de interesse no centro. Você vive, hoje, a sua vida inteira sem precisar ir no Centro da cidade de Salvador. A não ser que você tenha interesse cultural, artístico ou alguma coisa desse tipo. (LINS, 2014)

A mutação dos centros históricos em "museus", mantendo a ideia de que as museificação dos espaços resultem numa estagnação e que museu é uma espécie de depósito onde as coisas são esquecidas, o processo adotado praticamente em todas as

grandes cidades para a revitalização dos centros Antigos tem, na verdade, promovido o esvaziamento e a morte dessas regiões, o que Henri Pierre Jeudy chama de petrificação e estetização das cidades.

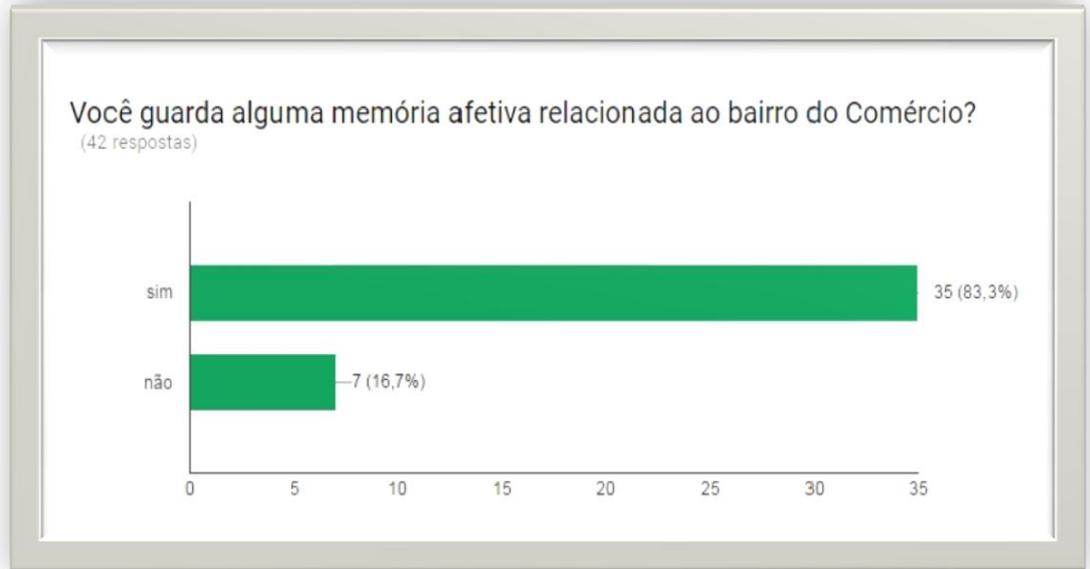
Este fenômeno tem como origem uma estratégia de marketing para atrair turistas que se soma ao medo da população de perder sua identidade cultural. Contraditoriamente, o resultado são cidades mais homogêneas e menos interessantes. Quando questionado pelo jornal Folha de São Paulo sobre quais são as similaridades entre o centro Antigo de Salvador e de outras cidades que ele estudou, como Paris, por exemplo, Jeudy responde da seguinte forma:

Elas são diferentes pelos edifícios, mas são pensados da mesma forma, eles trazem a imagem de uma museografia interna na cidade. Na Europa, quase todas as cidades passaram por isso: Paris, Marseille, Lyon... Eu conheci a Bahia há 15 anos e agora é bem diferente. O centro, que era uma área viva, se transformou num museu, um pólo para turistas. Esse princípio da conservação, de fazer do centro um museu, é uma síndrome de morte da cidade. Ele petrifica a cidade. (JEUDY,2005)

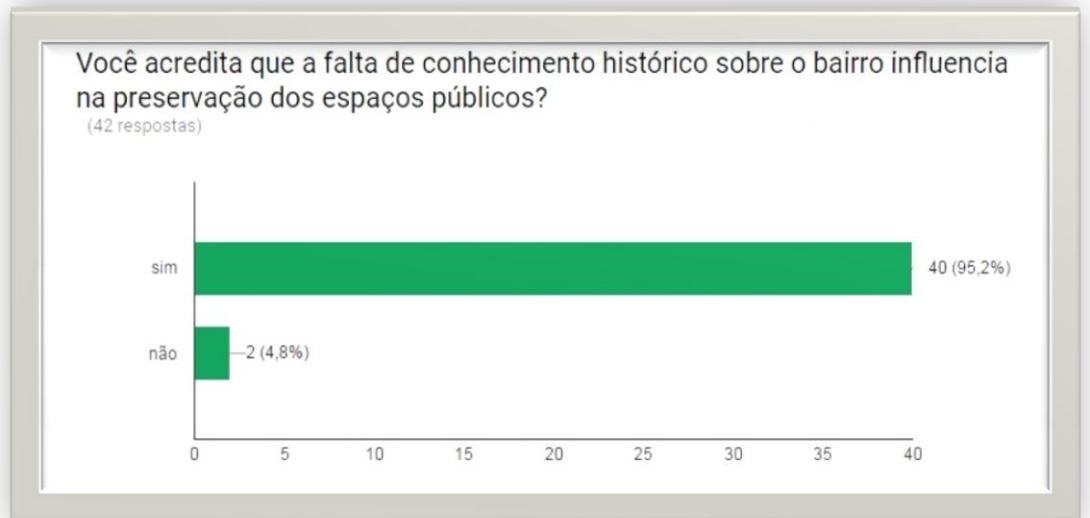
Outra barreira encontrada para a compreensão do bairro como lugar de memória, para os mais jovens, é simplesmente o de não entender o porquê da cidade manter os prédios antigos e monumentos, visto que, segundo eles, não existe manutenção apropriada dos mesmos. Para os que mostraram esta face do problema, esses prédios são ‘velharias’, ‘prédios insossos’ e os monumentos desperdício de dinheiro público. Este discurso é justificado pela série de acidentes que ocorreram no bairro ligado a desabamentos de prédios antigos, marquises que atingiram pedestres, entre outros acidentes ligados a má conservação e a falta de uma vistoria mais séria e preventiva.

A seguir mostra-se os dados resultantes das entrevistas empregadas aos moradores/frequentes do bairro do Comércio, tanto presencial quanto a entrevista web.

Quadro 01: Estatística da pesquisa resultados do questionário feito com Moradores/frequentadores do bairro Comércio



Quadro 02: Estatística da pesquisa - resultados do questionário feito com Moradores/frequentadores do bairro Comércio



Quadro 03: Estatística da pesquisa - resultados do questionário feito com Moradores/frequentadores do bairro Comércio

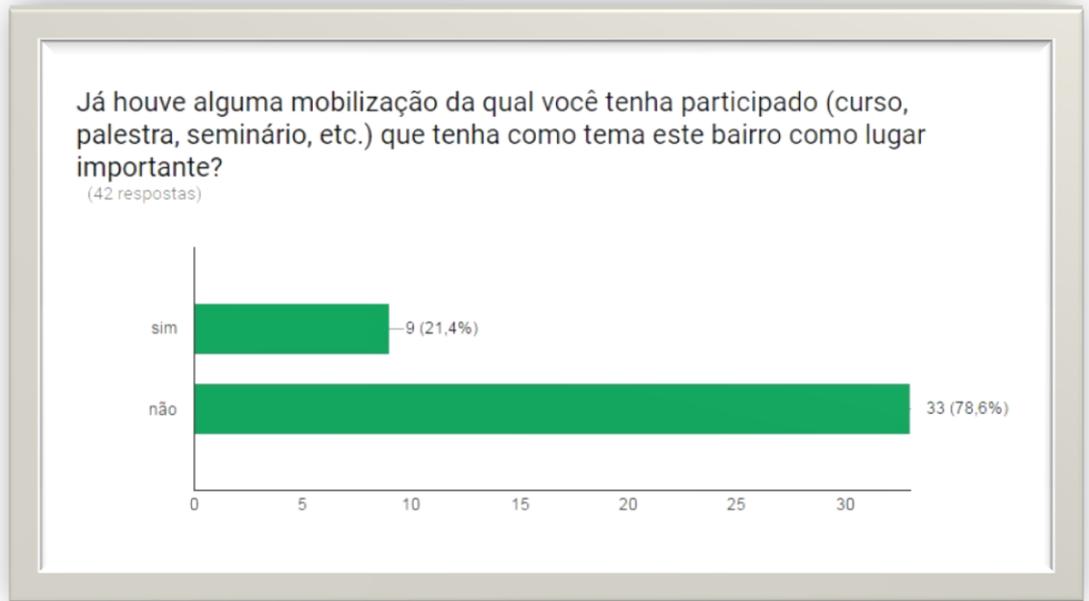


Tabela 02: Respostas do questionário aplicado a moradores/frequentadores do bairro

O que você considera patrimônio neste local? <i>Questionário aplicado a frequentadores, estudantes e trabalhadores do bairro do Comércio de Salvador.</i>
Mercado Modelo, prédio da Faculdade D. Pedro II
Todo o bairro
Todo o bairro
O Pilar, elevador Lacerda, Forte S. Marcelo, Monumento Riachuelo, Mercado Modelo
Mercado Modelo, Elevador Lacerda e os Planos Gonçalves e Pilar
Elevador Lacerda
Plano Inclinado Pilar, Elevador Lacerda e Forte São Marcelo
Pilar, Lacerda, sede do Ministério da Fazenda
Casarões antigos e o Elevador Lacerda
O bairro todo
Mercado Modelo, Mercado do Ouro, Docas, Associação comercial, praças, Taboão, Pilar, Gonçalves, Igreja da Conceição da Praia
Associação Comercial, Casas antigas
Prédios tombados e monumentos
Todo o bairro (arquitetura, saveiros e as pessoas)
Prédio da Unijorge
Prédios antigos, Mercado Modelo, docas.
Elevador Lacerda
Mercado Modelo, Pilar, Gonçalves, Elevador Lacerda e Museu do Ritmo.
Mercado Modelo, prédio da Faculdade D. Pedro II, Forte São Marcelo
Arquitetura local, o porto, os Saveiros enfim todo o bairro.

O elevador Lacerda e o Mercado Modelo
O Instituto do Cacau, Mercado Modelo, as Igrejas, a Casa Pia de S. Joaquim, as ladeiras da Conceição e da Montanha, a Feira de São Joaquim, os bancos
A igreja da Conceição
A cultura, carnaval, as festas populares
Prédios antigos (velharia), Mercado modelo, Elevador Lacerda
Elevador Lacerda Mercado Modelo
Mercado Modelo, Elevador Lacerda, Prédios antigos
Mercado Modelo, Marina, Elevador, prédios antigos
Elevador Lacerda, Mercado Modelo, Monumento Rampa do Mercado
Elevador Lacerda
As praças e monumentos
O bairro todo
Forte São Marcelo, Mercado Modelo, Elevador Lacerda, Igrejas da Conceição e Sta. Luzia, prédios antigos
Elevador, Mercado Modelo
Mercado Modelo, Elevador Lacerda
Elevador Lacerda, Mercado Modelo
Os prédios, o Mercado modelo, o Elevador Lacerda, os pescadores, Saveristas, as barracas de produtos do recôncavo.
Forte São Marcelo, Marinha, Mercado Modelo, Elevador Lacerda
As construções antigas, Elevador Lacerda, os Planos inclinados
Elevador, Mercado Modelo, Monumento Rampa do Mercado
Elevador Lacerda, Mercado Modelo
Prédios Antigos, Praças, Monumentos

Fonte: Elaboração própria

Os quadros 01,02 e 03 mostram dados resultantes de entrevista feita *in loco*. Pode-se observar que 83,3 % dos entrevistados afirmaram ter alguma ligação afetiva com o bairro, 95,2 % acreditam que a falta de conhecimento histórico sobre o bairro influencia na preservação dos espaços públicos. Os monumentos que foram mais vezes citados como “patrimônio” são os de uso da população (Elevador Lacerda, Mercado Modelo) e as pessoas e o saber fazer sequer foram citadas como resposta a esta questão.

Quadro 04: Estatística da pesquisa resultados do questionário feito com habitantes de Salvador em geral

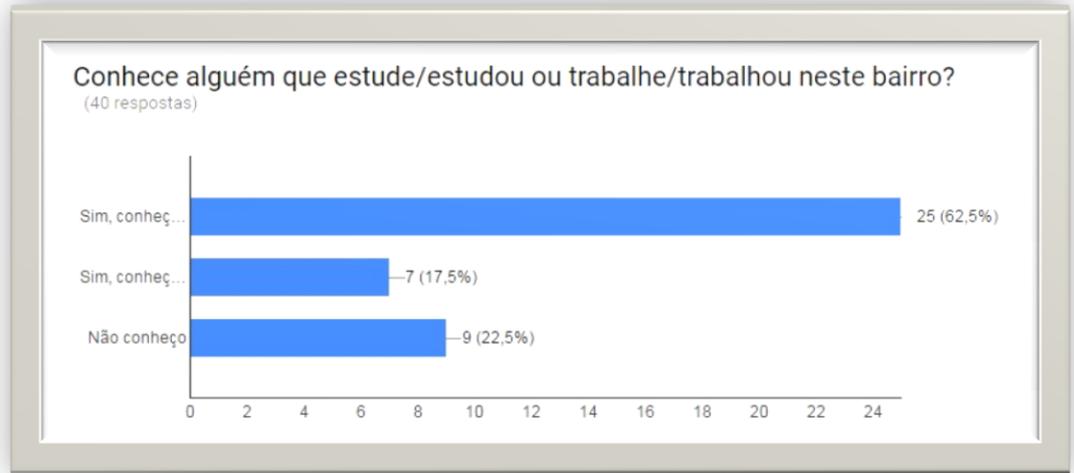


Tabela 03: Respostas do questionário aplicado a moradores de Salvador

Para você o que é considerado patrimônio neste local?
<i>Questionário aplicado a moradores de Salvador</i>
As praças prédios públicos e as pessoas
Não sei
As edificações históricas, a exemplo do Elevador Lacerda, Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, Mercado Modelo, Forte São Marcelo, entre outros.
Os prédios e habitações antigas
Mercado modelo
As casas antigas
Todo o conjunto arquitetônico, a história do bairro em si, as pessoas que estão lá
O elevador Lacerda
O elevador Lacerda A igreja da Conceição, alguns monumentos.
O Elevador Lacerda, Mercado modelo e porto. Considero toda arquitetura do local que nos conta a história do berço do Brasil e a história viva da economia antiga da Bahia
O local em si
As igrejas
Os prédios antigos
A igreja, o Elevador.
Praças, monumentos, prédios históricos, arquitetura do local, porto de salvador, igrejas
Nada
O Comércio é rico de pontos históricos e considero como patrimônio: mercado modelo, elevador Lacerda, os bondes, o terminal (repleto de traços arquitetônicos de séculos passados), monumentos que estão espalhados por todo o bairro, etc.
Mercado modelo, mercado do ouro, plano inclinado, as igrejas,
A vista (cartão postal), o mar, o cais, etc. o elevador Lacerda, principalmente os prédios mais antigos; destes, até os da década de 70.

Elevador Lacerda, Mercado Modelo, Instituto do Cacau.
Não sei
Nada
A igreja nossa senhora da conceição da praia; o Elevador Lacerda; o porto localizado próximo à Marinha; O mercado modelo; Forte São Marcelo; A praça das mãos (apesar de não conhecer a história da praça e dos monumentos); O porto da CODEBA, importante local de trabalho e certamente espaço histórico.
Prédio da Associação Comercial da Bahia
O "bairro inteiro"
As edificações da transição do século XIX para o XX e os raros resquícios anteriores.
O bairro do comércio é rico em patrimônios e porte cultural, vou citar aqui por exemplo o Mercado modelo e o MAM.
Tudo
O bairro em si
No comércio, tudo é patrimônio, porque faz parte de um contexto histórico
Os casarões e os ambientes de convivência tradicionais, além do pão com pernil.
Algumas esculturas e prédios
Tudo
Nada
MAM, Igreja conceição da praia, Mercado Modelo, trapiche Barnabé, Elevador Lacerda
Os monumentos, as histórias do bairro e os prédios antigos
Os casarios, monumentos, a história, etc.
O Mercado Modelo, o Elevador Lacerda, os casarões antigos, O Monumento de Conde dos Arcos, dentre outros.
O Mercado Modelo e o Elevador Lacerda
Mercado Modelo, Mercado do Ouro, as Docas o prédio dos Correios

Quadro 05 Estatística da pesquisa resultados do questionário feito com habitantes de Salvador em geral

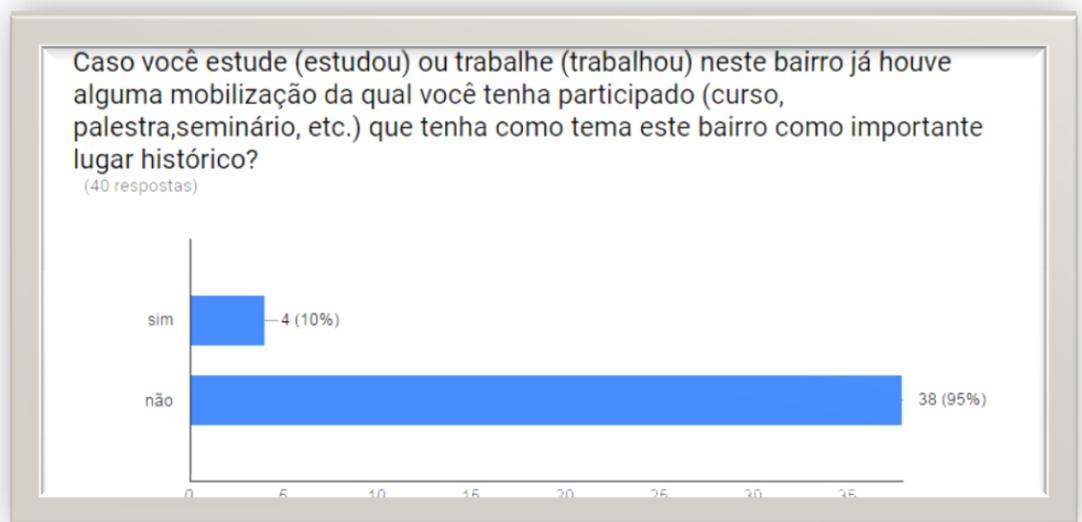


Tabela 04: Respostas do questionário aplicado a moradores de Salvador

Se você tivesse que escolher um espaço público no bairro do Comércio qual seria este espaço? <i>Questionário aplicado a moradores de Salvador</i>
A Praça Cairu
A Estação das Docas, por ter uma vista singular da Baía de Todos os Santos, e porque deveria ser um espaço aberto ao público soteropolitano.
A parte superior do elevador Lacerda
Elevador Lacerda
Mercado Modelo
Mercado modelo
Forte de São Marcelo
A praça que tem as duas mãos...
Elevador Lacerda
Elevador Lacerda
Mercado modelo
Área ao redor do mercado modelo
Elevador Lacerda
Elevador Lacerda
A praça onde fica o Monumento AICO
Sim, lembro a primeira vez que fui à Salvador quando criança conhecer os pontos históricos e uma coisa que me marcou muito foi a visita ao subsolo do Mercado Modelo, local onde muitos sofreram, diria que sombrio, e eu ficava a imaginar as cenas de tudo o que me era contado.
Mercado modelo
O forte São Marcelo, no mar.
Mercado Modelo.
O Mercado Modelo
Mercado Modelo.
Praia da preguiça
Mercado Modelo
Mercado modelo
Praça da Inglaterra
Praça das Mãos.
Igreja da Conceição da Praia
Elevador Lacerda
Mercado Modelo
O mercado modelo
Não sei
Elevador Lacerda
Praça Cairu
MAM/Mercado Modelo
Forte São Marcelo
Praça Cairu

A Praça da Inglaterra
O Mercado Modelo
A Praça Marechal Deodoro, a que tem o monumento das mãos

Fonte: Elaboração própria.

Os quadros demonstram os resultados da entrevista web, que foi feita para haver um comparativo entre o que o morador/frequenterador no local e o soteropolitano em geral pensam do bairro do Comércio no tocante a questão patrimonial. Nestes já aparecem as pessoas como também fazendo parte da ideia de patrimônio. Outro fato curioso é que aparecem as praças como espaços “queridos” e não apenas os elevadores e prédios. Um fato relevante tanto nas entrevistas Web quanto nas presenciais é o de que as pessoas que receberam algum tipo de curso, informação ou palestra sobre o bairro foram ligadas ao turismo, como se o saber histórico não fosse importante para outro fim.

Para alguns entrevistados, como o funcionário da Associação Comercial, o patrimônio está ligado à antiguidade, por isso ele usou como exemplo o local onde trabalha, como patrimônio dele e da cidade, já que aquela funciona desde 1811 e atua até hoje com o objetivo de abrigar a Associação de Comerciantes do bairro. No entanto, o mesmo entrevistado comenta a falta de interesse da população, incluindo-se entre os desinteressados, e a necessidade de haver no local uma ação cultural que de fato chame atenção não somente dos turistas, mas também dos moradores e frequentadores do Comércio e convidar o morador da cidade a ter conhecimento da obra de arte de construção coletiva como nos declara Lynch:

Contemplar as cidades pode ser especialmente agradável, por mais vulgar que o panorama possa ser. Tal como obra arquitetura, (cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo). O designer de uma cidade é, assim, uma arte temporal, mas raramente pode usar as sequências controladas e limitadas de outras artes temporais como, por exemplo, a música. Em ocasiões diferentes e para pessoas diferentes, as sequências são invertidas interrompidas, abandonadas, anuladas. Isto acontece a todo passo. (LYNCH, 1960, p 11)

Para maioria dos moradores/frequenteradores do bairro entrevistados a falta de conhecimento histórico sobre o bairro influencia na preservação dos espaços públicos acrescido da falta de vontade política para manutenção física e divulgação do conhecimento como maior motivo para o abandono de monumentos, imóveis e das praças do bairro. Um detalhe apontado, é o de que as formações/cursos voltados para o aprendizado da história do local são ministradas apenas para pessoas que entrarão em contato direto com o turista. Dar a entender que o morador local não tem a necessidade de informar-se sobre a história do local.

Flávio Marzadro (2014) faz o levantamento sobre as obras de arte do bairro, também faz um mapeamento e leitura sobre obras de arte públicas ali situadas dentre estes monumentos históricos; ele enfatiza a formação da opinião pública. O mapeamento é visto a seguir:

Tabela 05: Síntese do mapeamento de obras de arte públicas no bairro do Comércio em Salvador da Bahia entre maio e junho de 2013.

<i>MONUMENTOS HISTÓRICOS: ESTÁTUAS</i>	
<i>INFORMAÇÃO SOBRE A OBRA</i>	<i>SÍNTESE PERSPECTIVA</i>
<p>Título /tema: Batalha de Riachuelo Autor: João Francisco Lopes. Ano de Execução: 1874 Obra: Monumento Dimensão: 23m x 27,60 (de circunferência) Local: Praça Riachuelo (Em frente Associação Comercial)</p> 	<p>Público: Comerciantes locais formais e informais, um funcionário da associação comercial.</p> <p>Entrevistados: 10 (07 homens e 03 mulheres).</p> <p>Somente um conhecia o nome, o tema e a história (funcionário público). Três mulheres e dois homens não sabiam do que se tratava e não sabiam descrever a obra sem olhar para ela. Dois homens que participaram da entrevista ao mesmo tempo e discordaram quanto a representação da obra: a rainha da Inglaterra e a homenagem à batalha de Canudos. Outro afirmou que seria a esposa de D. Pedro II e que a pluma que tinha em mãos era de ouro e tinha sido usada para assinar a Lei Áurea. Um dos entrevistados ressaltou que esta era uma das poucas obras bem cuidadas porque pertencia à Marinha</p>
<p>Título /tema: Visconde de Cairu Autor: Pasquale de Chirico Obra/ Tipologia: Estátua Ano de Execução: 1923 Dimensão: 7,5 m x (4,35 x 4,35) base Local: Praça Cairu</p> 	<p>Público: Comerciantes formais informais. Entrevistados: 14 (07 mulheres e 07 homens)</p> <p>Todos conheciam a obra, o nome e a história do personagem. Emergiam dois discursos: de um lado um grupo que achava importante a presença daquela obra; do outro um grupo menor (03 mulheres), que considerava que a obra deveria ser removida, pela história de agressão do homenageado a escravos negros quando em vida. Para elas os homens seminus retratados eram seus escravos e as mulheres suas escravas sexuais. A percepção da obra está ligada a sua história, deixando completamente de lado questões de gosto. (Obra realizada na Itália com feições greco-romano)</p>

Título /tema: Homenagem ao Conde dos Arcos
 Autor: Pasquale Chirico
 Ano de Execução: 1932
 Obra: Estátua
 Dimensão: 4 m x (4,4 x 4,4) base
 Local: Praça Conde dos Arcos (ao fundo da Associação Comercial)



Público: Comerciantes formais e Informais e dois funcionários da Associação comercial.
 Entrevistados: 10 (05 homens e 05 mulheres). Somente os dois funcionários conheciam a obra e o nome. Dos demais 06 declararam nunca ter prestado atenção nela, mesmo sentindo sua presença. E 02 nunca tinha mesmo sentido a presença da obra. Convidados a observá-la surpreenderam-se com o tamanho e a posição da mesma (de costas para a praça)

Título /tema: J. J. Seabra
 Autor: Antônio Caringi
 Ano de Execução: 1948
 Obra: Estátua
 Dimensão: 10,5 m x 33,20 m (circunferência)
 Local: Praça da Inglaterra, Av. Estados Unidos com a Rua Miguel Calmon.



Público: Comerciantes formais e informais dois funcionários da Universidade da Cidade.
 Entrevistados: 20 (12 homens e 08 mulheres).
 Seis mulheres e cinco homens declararam não ter nem mesmo notado a presença da obra. Quando convidados a observá-la mostraram-se desinteressados, mas mesmo assim observaram. No geral, não gostaram, nem acharam bonita, mas ressaltaram que aquelas pessoas retratadas deveriam ser importantes para o governo.
 04 homens e 02 mulheres declararam já conhecer a estátua, mas não sabem a motivação da sua existência. Uma pessoa declarou que os retratados não pertenciam a sua história. Um gari que convivia muito tempo com a obra também não sabia do que se tratava, mas acreditava que a mulher retratada era a Rainha da Inglaterra. Só um funcionário da Universidade da Cidade, ao lado, quando me acompanhou para ver o monumento de perto, pela primeira vez, após anos frequentando aquela praça, ao ver o nome reconheceu o personagem histórico.

<p>Título /tema: Homenagem aos irmãos Pereira Autor: Pasquale Chirico Ano de Execução: 1954 Obra: Estátua Dimensão: 6 m x (3,30 x 1,40 m) base Local: Praça Manoel Vitorino (em frente à Capitania dos Portos)</p> 	<p>Público: Flanelinhas que trabalhavam a bastante tempo no local e comerciantes. Entrevistados: 10 (07 homens e 03 mulheres). Os sete homens e uma mulher nunca tinham parado para prestar atenção na existência da obra. Somente sabiam da sua existência, mas nunca tinham dado atenção ao conteúdo.</p>
<p>Título /tema: Engenheiro Arnaldo Pigmenta da Cunha Autor: Ismael Barros Ano de Execução: 1957 Obra: Busto Dimensão: 6 m x (3,30 x 1,40 m) base Local: Rua da Bélgica, próxima a retunda do Mercado Modelo.</p> 	<p>Público: Comerciantes locais, formais e informais. Entrevistados: 20 (10 homens e 10 mulheres). Dez entrevistas foram realizadas com pessoas deste lado do Mercado e adjacências; enquanto que as outras 10 com pessoas que trabalhavam na outra parte do Mercado, na parte da frente. Paradoxalmente aqueles que estavam perto da estátua conviviam com a mesma sem saber seu nome e a identificação do que era representado. Os da outra parte sabiam da sua existência e história (havia construído o Mercado Modelo segundo eles). Não sabiam associar a obra a nenhum conceito de fruição estética. Alguns afirmaram que esta obra era malculidada (a placa foi roubada).</p>

Fonte: MARZADRO, 2014

MONUMENTOS HISTÓRICOS: MODERNO E CONTEMPORÂNEO	
INFORMAÇÃO SOBRE A OBRA	SINTESE PERSPECTIVA

Título /tema: Rampa do Mercado
 Autor: Mário Cravo Júnior
 Ano de Execução: 1970
 Obra: Escultura
 Dimensão: 18 m x 65 m (de circunferência da fonte)
 Local: Rua da Conceição da Praia



Público: Comerciantes locais formais e informais e flanelinhas.

Entrevistados: 20 (10 homens e 10 mulheres).

No geral, esta obra é muito conhecida, com interpretações variadas sobre o seu significado, apresentada somente por homens (apitos, bundas, “quatro ovos de ACM”, referência à rampa).

Houve equilíbrio entre os que declararam gostar da obra (bonita, adequada a paisagem histórica...), os que não achavam (desproporcional, sem sentido e malcuidada) e os que não sabiam dizer. Muitos fazem referências aos cartões postais, lembrando que esta obra é símbolo da cidade. Quase ninguém sabe o nome (apenas 03), mas muitos sabem que é de autoria de Mário Cravo (alguns disseram que o artista na verdade é um poeta).

Título /tema: Homenagem a AICO: Associação Ibero-Americana de Comércio
 Autor: Kennedy Salles
 Obra/ Tipologia: Escultura
 Ano de Execução: 2000
 Dimensão: 3,90 m x 2,20
 Local: Praça Marechal Deodoro



Público: Comerciantes locais informais e flanelinhas.

Entrevistados: 20 (10 mulheres e 10 homens)

Todos conhecem a obra e muitos deles gostam (16). Alguns acham que não tem sentido (02). Muitos acham que é malcuidada. Muitos acham que está num lugar inseguro, o que prejudicaria a fruição. Ninguém sabe o nome da obra que ganhou um apelido (óbvio) de mãos ou mãozinhas. A praça também foi rebatizada com este nome, virando a Praça das Mãos. Percebe-se uma relação de afetividade com a obra.

<p>Título /tema: Projeção na fachada antiga do Mercado Modelo Autor: Paulo Ormino de Azevedo Ano de Execução: 1984 Obra: Intervenção Dimensão: 50 x70 m Local: Praça Cairu</p> 	<p>Público: Comerciantes formais e Informais e flanelinhas. Entrevistados: 20 (08 homens e 12 mulheres). Os Comerciantes formais e Informais reconhecem a obra porque são obrigados a respeitar seus limites para colocação de suas barracas. A maioria declara não saber o motivo da obra e, quando sabem (6) não concordam, ainda que vejam alguns turistas observando-a fotografando-a. Essa obra é de difícil acesso e fruição.</p>
---	---

Fonte: MARZADRO, 2014

De forma que o que acontece com relação aos monumentos históricos e espaços de memória e a grande maioria da população é como colocado por Bordieu (2009), uma situação em que o capital simbólico depositado nos espaços históricos, ao ser afastado da população, estabelece uma situação de violência simbólica que impõe algumas significações como legítimas dissimulando as relações de força que lhe subjazem. As relações simbólicas são ao mesmo tempo autônomas e dependentes das relações de força. As relações de força encontram-se sempre dissimuladas sob a forma de relações simbólicas.

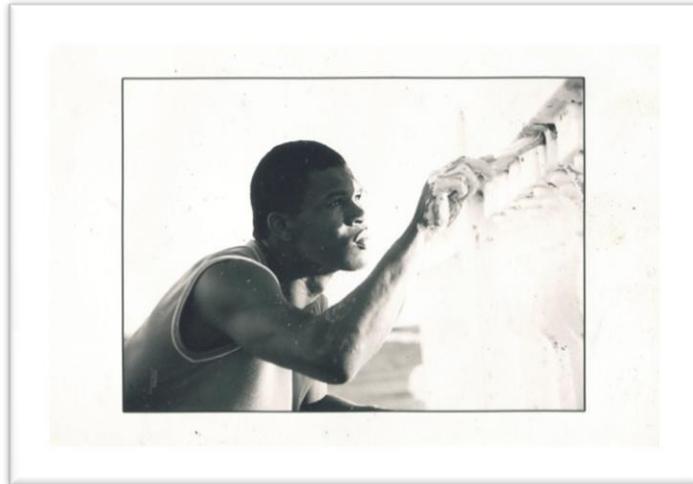
Outra constatação é a de que os entrevistados repetem em seu discurso "O Comércio foi abandonado", está "desertificado" em vista de a permanência deles negar essas afirmações. O que houve, na realidade, foi a mudança de público e de formas de utilização do espaço público.

Percebe-se então que existe a real necessidade de conscientização, divulgação e preservação sobre os símbolos histórico-culturais a exemplo de imóveis e de praças do bairro bem como de monumentos. Afim de que esses venham servir de força motriz para a educação e a formação cultural dos estudantes e da população local. Promove-se deste modo a preservação da história e da memória do patrimônio histórico soteropolitano. Já o caso da conservação e da restauração física desses bens culturais pode ocorrer em seguida ao trabalho de conscientização sendo promovidos e absorvidos pela população.

1.4 AS HISTÓRIAS QUE NÃO SÃO CONTADAS

Então, é assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que ele se tornará. (Chimamanda Adichie em "O perigo de uma história única").

Foto 46: Cuidados



Fonte: ROCCA, Giuseppe. Genti di Bahia, 2014.

Diferente do promovido pela história oficial na qual a maioria dos monumentos estão atrelados a uma versão única dos eventos históricos. Os lugares de memória trazem mais enredos e situações numa multiplicidade de histórias narradas. Conforme diz Martins Filho, citando Lichtman, o estudo da história local vai além da questão geográfica e ele assim se expressa:

[...] “a limitada abrangência geográfica não é problema porque todos os estudos históricos são definidos por visões de tempo e espaço, e nenhuma abordagem é mais legítima que as outras” (MARTINS FILHO, 2006, p.65).

As histórias narradas nos monumentos históricos e espaços públicos podem ser analisadas enquanto documentos, pois, como já dito anteriormente e reafirmado aqui, para a Museologia e a História tudo aquilo que diz respeito ao universo simbólico e significativo e possa trazer resultados práticos para a divulgação do conhecimento, como é o caso dos monumentos existentes no bairro do Comércio, pode e deve ser analisado como documento. Portanto, não é somente o que nos diz a história oficial, pois a História é atravessada por muitas histórias.

As cidades e seus espaços patrimoniais que por serem resultado da intervenção humana tanto física como intelectualmente se modificam. Dessa forma são percebidas de maneiras distintas pelos seus usuários. Assim como o espaço geográfico e a cidade são mutantes, os espaços nos quais a memória e a história se manifestam são múltiplos e de crescente mudança, em vista de serem frutos da criação, intervenção e impactos humanos, portanto diferentes do sistema natural (natureza propriamente dita). Como nos explica Milton Santos, **há uma diferenciação entre espaço e território**. Diferente do sistema

natural, a configuração de um território é mais complexa do que o espaço geográfico: é constituída pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os indivíduos impuseram, e impõem, a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que neste último a sua realidade vem de sua materialidade; enquanto o **território reúne a materialidade e a vida que a anima**. (SANTOS, 1996, p.51). **Os territórios exercem, sobre as sociedades que os constituem, uma força, quer psicológica quer emocional, o que vai configurá-los também como patrimônio cultural.**

Estudos diversos têm se aprofundado no entendimento das relações entre pessoas e espaços, tal como Castello aponta:

As relações entre as pessoas e os espaços, além da evidente correspondência física que forçosamente entre eles se estabelece, tem um forte componente psicológico. As pessoas se sentem melhor em certos espaços. Ou, em outras palavras espaços se distinguem dentro do Espaço maior onde se situam as pessoas e, ao se distinguirem se tornam percebidos de maneira diferente. Em geral são espaços percebidos como detentores de qualidades. (CASTELLO, 2007, p.12).

A dimensão espacial e sua relação com a cultura vêm sendo estudada e em determinados momentos também conceituada. Tendo teoricamente se efetivado com várias faces: historicista, estruturalista etc. Autores como H. Lefebvre, D. Harvey e M. Castells (na Itália, F. Indovina, B. Sechi, A. Magnaghi e outros) os quais sugeriam novas interpretações do espaço geográfico como ‘território’, isto é, como objeto de disputa e dominação das relações sociais de produção. (DEMATTEIS 2005, p.15), todos enfim, se aproximando de certa maneira do pensamento de Milton Santos. Todavia, as interações as quais se estabelecem entre os espaços e as pessoas de forma a envolvê-las mais intimamente são aquelas que destacam o papel da relação tempo x espaço envolvendo formas materiais, a exemplos de monumentos e paisagens que abrigam abstrações da ordem do patrimônio cultural imaterial e são qualificadas a partir da evocação da memória coletiva no que diz respeito à formação histórica da sua cidade; nesse sentido as formas arquitetônicas vigentes nela, nos diferentes períodos históricos associados a outros variados fenômenos ligados à memória e a emoção, vão provocar maneiras diferenciadas de absorção destes espaços pelos cidadãos (CASTELLO, 2005).

Tal como visto em Milton Santos e em Dematteis, o território abarca o espaço geográfico e a atuação humana, ou seja, altera a cultura ali inserida. Nesse sentido o território pode ser um lugar identitário para determinado grupo. Assim, território e identidade propõem várias questões de estudo posto que as formas de se criar identidade no

passado são diferentes das formas atuais.

As questões de identidades no tempo presente, diferentemente da concepção “identidade” do mundo moderno (observações de gênero, classe social, raça, etc.) em que uma ordem social é formalizada, diferem da forma de visão atual onde entendemos que as identidades pós-modernas, segundo Hall, estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas. (HALL, 2005, p.8)

De acordo com Marc Bloch (1997) a história é busca, portanto escolha. Seu objeto não é o passado: "A própria noção segundo a qual o passado enquanto tal possa ser objeto de ciência é absurda." Seu objeto é "os homens", e mais precisamente "homens no tempo".

Então, como falar de história, patrimônio e memória na sociedade contemporânea e sobre o lugar que o patrimônio ocupa? Esse desafio nos é proposto pelo Professor Vitor Oliveira Jorge nos motivando no primeiro instante a mapear o tema com o propósito de situar a análise, e afirmando que:

[...] o patrimônio não é uma essência, nem um valor atemporal - é uma invenção da sociedade contemporânea. Logo, para entender e para perceber o sintoma (nos seus benefícios e nos seus malefícios), é preciso reportarmo-nos à sociedade contemporânea como um todo (JORGE, p.14, 2005).

O autor diz que a memória, tanto em nível individual como coletivo, é sempre uma construção do presente e como tal em permanente fuga do passado e para o futuro.

Jorge ainda fala que assim como a história, a memória coletiva é um atributo de nossa espécie; a história age como narrativa explicativa do presente pelo passado, pressupondo uma continuidade e um devir que é um traço ou obsessão típica da cultura ocidental.

Esse aspecto da cultura ocidental também é descrito por Homi Bhaba (1996) como um fato em constante construção e que se baseará no passado. Então, caracterizando em linhas gerais esta sociedade, Jorge a chama de “a sociedade da fragmentação”, fragmentação das coordenadas da experiência humana (o espaço, o tempo), da própria experiência humana atingindo o núcleo das vivências e, portanto, das identidades (coletivas e individuais) isso tudo como consequência do sistema capitalista na sua versão mais contemporânea. Diz Bhaba,

O afastamento das singularidades de "classe" ou "gênero" como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual - que habitam qualquer pretensão a identidade no mundo moderno. O que é teoricamente inovador e politicamente crucial e a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferentes

culturas. Esses "entre-lugares" fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABA, 1996, p.19 e20)

Assim, a noção de cultura única entra em descrédito sendo preferível o emprego de “culturas”; e há ainda outro ponto: culturas e tradições são criações e como tais sujeitas a constantes mudanças, portanto há de se relativizar a importância social de uma dada tradição (HALL, 2003). Para além das sociedades diversas sempre existiu, na história da humanidade, um sentido inerente ao ser humano que é o de criação e de fomento de cultura (mesmo quando isso não era bem percebido nem plenamente conceituado) e conseqüentemente, a criação de patrimônios. No entanto, a forma de se perceber (enquanto um ser pertencente) e a construção das identificações com a memória não são conclusivas, como se pensava anteriormente, quando a história era vista com começo, meio e fim. Por exemplo, Hall nos mostra a complexidade dos conceitos:

[...]. As tendências são demasiadamente recentes e ambíguas. O próprio conceito com o qual estamos lidando, "identidade", é demasiadamente complexo, muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova. Como ocorre com muitos outros fenômenos sociais, é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos. (HALL, 2005, p.8).

Fazendo um retorno às ideias da modernidade, quando se pretendia obter a preservação da memória e do patrimônio histórico através do jogo de identificação, percebeu-se que existia ainda mais a tendência à criação de uma identidade nacional única na qual, na realidade, uma ideia hegemônica era transmitida. Houve e ainda há uma dinâmica e uma dificuldade de sair dessa ideia. De modo que, ligada a essa identidade imposta está uma memória tida como oficial e “adequada”.

Nos dias atuais, nas questões de identidade há outro tipo de percepção, o que nos leva a crer que existe uma construção e ao mesmo tempo desconstrução dos sujeitos criando uma movimentação social, pois para que exista um debate sobre a identidade se faz necessário uma crise, tal como nos explica Hall:

Esta perda de ‘um sentido em si’ estável é chamada, às vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento- descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos- constitui uma ‘crise de identidade do indivíduo’. Como observa o crítico cultural Koberna Mercer, ‘a identidade somente se torna questão, quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza’ (HALL, 2005, p.9)

Essas dúvidas da atualidade vão, como nos chama atenção Bauman, causar o mal-estar atual, que diferente do descrito por Freud em “O mal-estar da civilização” não é o de:

viver em ordem; coibir os seus instintos e prazeres para viver em segurança. Ao contrário, o mal-estar contemporâneo acata uma segurança pequena para o sacrifício do viver social:

Você ganha alguma coisa e, em troca, perde alguma coisa: a antiga norma mantém-se hoje tão verdadeira quanto o era então. Só que os ganhos e perdas mudaram de lugar: os homens e mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade. Os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca de felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais. (BAUMAN, 1997, p.10)

Então, a segurança dos conceitos fixos de identidade, pertencimento, memória coletiva é diluída em meio às novas tendências contemporâneas. Deixando de lado as ideias de “isso ou aquilo” para vigorar o “isso e também aquilo”. Tendo uma abertura maior para visão mais abrangente. Lembrando que sem identificação não existe uma maior ligação entre indivíduos e objetos de memória; portanto, não se pode legitimar o que se chama de patrimônio. Essas muitas identidades evidenciadas, quer nas presenças quer nas ausências, são constituintes de nossa história; estabelecemos elementos os quais uma vez redimensionados e reintegrados ao processo histórico formam a força motriz do processo de pertencimento sem o qual a preservação e a conservação tornam-se sem sentido.

A memória oficial, ou seja, a que é produzida institucionalmente pelos organismos de poder político e social, por sua vez, pode ser desvelada ou esconder determinados elementos para assim justificar atos culturais e políticos reservando em si o direito de dizer o que os indivíduos devem preservar. Eles determinam quais as ações de determinados atores sociais, determinam quais são as representações, atitudes, atos louváveis, concepções de mundo e quais as identidades referentes às determinadas culturas.

O lugar de destaque dado habitualmente à cultura do passado explica-se pela existência já razoavelmente cristalizada, neste caso, de um campo consensual para o qual convergem as opiniões e interesses de parcelas mais amplas da população - opiniões e interesses que certamente entrariam em conflito se referidos a aspectos do presente mergulhados em debates aquecidos do ponto de vista social e político. Voltando-se para o passado, a prática patrimonialista lida com obras em princípio dissociadas historicamente (embora não filosoficamente ou ideologicamente) dos contextos sociais nos quais se originaram, podendo passar despercebidas ou mostrar-se "neutras". (COELHO NETTO, 1997, p. 248).

Toma-se como exemplo os monumentos. Eles não são erguidos por acaso, ou por mera imposição estética. Existe uma linguagem simbólica ligada aos mesmos que representam ideologias e figuras históricas por seu protagonismo e reconhecimento perante a estrutura de poder; e, em geral, os monumentos são erguidos por estados e seus governantes que tendem a reforçar certa visão da história que quase sempre privilegia as

classes dominantes visando à perpetuação do *status quo*; quando essa linguagem é devidamente decodificada, vem traduzir um pensamento e/ou uma carga de representação do poder vigente em sua época e que está intrinsecamente ligada a memória oficial.

O poder simbólico, como nos aponta Bourdieu (1989), o qual está atrelado aos monumentos e ao patrimônio como um todo é “um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Esse mesmo poder é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer um sentido imediato de mundo (e, em particular do mundo social), uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, das causas, que tornam possíveis a concordância entre saberes. Então, o que se está denominando de monumento é de acordo com Riegl uma edificação feita para servir à memória, feita para ser lembrada e pode ter caráter intencional ou não intencional. Em qualquer dos casos, o monumento está ligado à memória oficial, aquela que é institucional e que produz elementos na paisagem urbana para servirem de marcos simbólicos. (Riegl apud Costa, 2008).

No caso específico dos monumentos estes tem uma conceituação que abarca um termo de duplo sentido (Abreu, 2005): enquanto objeto que dispense atenção, o monumento denota um caráter sensorial, eminentemente da ordem do visível; por outro lado, enquanto lembrança ou advertência, o monumento denota um caráter mental eminentemente intencional.

É a partir desta intencionalidade que os poderes direcionam quais as lembranças que devem permanecer vigentes, intencionalidade essa, que tem o intuito de direcionar a conservação de uma determinada memória. Distinguindo mais uma vez o conceito entre monumento e patrimônio, pois para ser patrimônio é necessário o sentimento de pertencimento por parte de uma sociedade, no entanto nem sempre o monumento representa a forma de pertença daquela sociedade. Pode ser uma mera imposição da força política local. Isso fica mais evidente no texto de Paolli:

A noção de “patrimônio histórico” deveria evocar estas dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade. Não é, no entanto, o que parece acontecer: quando se fala em patrimônio histórico, pensa-se quase sempre em uma imagem congelada no passado. Um passado paralisado em museus cheios de objetos que ali estão para atestar que há uma herança coletiva – cuja função social parece suspeita. Monumentos arquitetônicos e obras de arte espalhadas pela cidade, cuja visibilidade se achata no meio da paisagem urbana. Documentos e material historiográfico que parecem interessar somente a exóticos pesquisadores. Modos de expressão artística folclorizados e destituídos de seu sentido original. (PAOLI, 1992, p.25)

É preciso ter em mente que assim como a cultura, a memória é dinâmica não sendo o patrimônio seu agente subalterno. Esse é um cuidado conceitual que deve ser observado, como nos explica Jeudy ao analisar o caso francês, no qual os conceitos de memória coletiva, patrimônio e identidade cultural tiveram uma perda significativa de sentido:

Jeudy (1990) observa o esvaziamento conceitual de termos como 'patrimônio', 'memória coletiva' ou 'identidade cultural', paralelamente à mobilização social e as práticas e políticas de conservação que ocasionam, ao menos no caso francês. Adverte, porém, que a equivalência metafórica entre 'patrimônio' e 'memória coletiva' permanece como algo a ser conquistado. O patrimônio não é o depósito da memória. Se se reduzisse a tal coisa, acabaria sendo um dos obstáculos ao movimento da memória (JEUDI apud. JARDIM, 1995, p.03).

Assim, os conceitos históricos devem ter uma visão reveladora, como nos diz Bhaba e ter sempre um estado de “emergência” no sentido de vir à tona. Por exemplo, ao tratar da questão colonial ele considera a memória como ferramenta de opressão e também contesta a ideia historicista de tempo como um todo progressivo e ordenado. A opressão despersonaliza, o colonial aliena a ideia iluminista do "Homem", mas contesta também a transparência da realidade social como imagem pré-moldada do conhecimento humano. (BHABA, 1996, p.72). Essas revelações apontadas por Bhaba levam à desconstrução da simbologia imposta da memória oficial e estimula uma maior visibilidade dos múltiplos conceitos escondidos sob a predeterminação. É necessário o debruçar sobre o saber de forma ampla, pois os menores detalhes assim como a mais simples peça, paralisam os mais perfeitos mecanismos. A história mostra que o futuro pertence às civilizações que não teme as mudanças. Na qual nenhuma pergunta é tola ou sem importância, que não mereça uma resposta satisfatória.

2. O OLHAR MUSEOLÓGICO E OS LUGARES DE MEMÓRIA

“A memória guardará o que valer a pena. A memória sabe de mim mais do que eu; e ela não perde o que merece ser salvo”. Eduardo Galeno

2.1 A MUSEOLOGIA, O PATRIMÔNIO E A CIDADANIA CULTURAL

Para continuar nossa compreensão em torno da Museologia e da cultura urbana é preciso entender que a princípio se conceituava a Museologia como a ciência de organização dos Museus (museu como organização institucional) e por isso, excluída da discussão sobre a cidade e o território. No entanto, a Museologia não se restringe a este conceito. De acordo com Anna Gregorová (1980), a Museologia estreita relações entre o homem e a realidade que o cerca. Mathilde Bellaigue (2009) acredita que a Museologia é a ciência que aprofunda relações entre o homem e o real (“realidade” sendo o conjunto de todas as coisas que acontecem em sociedade e “real” sendo um conceito individual, subjetivo onde cada pessoa tem uma concepção daquilo que lhe é real). Para Tereza Scheiner, a Museologia é um complexo de práticas relacionadas ao museu – sendo instrumento de organização do mesmo, pode-se dizer que a Museologia é contemporânea ao primeiro museu e que não existe museu (instituição) sem Museologia, ou seja, sem a disciplina teórica – cujo objetivo é estabelecer as bases metodológicas a partir da prática de museu. Logo, Museologia é gerada após a exigência do Museu (enquanto conceito), sendo possível assim existir Museu sem Museologia e vice-versa; um sistema de ideias – com o objetivo de criar novas estéticas e linguagens comunicacionais para os museus, não sendo apenas capaz de desenvolver-se por si mesma, mas também capaz de gerar novas formas e conceitos de museu (SCHEINER, p.251).

No entanto para Waldizia Russo Guarnieri, a Museologia é a relação do homem, sujeito conhecedor, com o objeto, parte da realidade também integrada pelo homem e sobre a qual ele tem poder de agir (RÚSSIO GUARNIERI, 1984, p. 51).

Entende-se a Museologia como a ciência que estuda a relação entre o homem, sua memória, patrimônio e cultura, e sendo a cultura um processo permanente, cíclico de formação de valores e que representa um povo e seu conhecimento de mundo, através da Museologia, que, por meio de uma visão multidisciplinar (característica que lhe é peculiar), temos a possibilidade de atingir um nível maior de acessibilidade ao conhecimento dos bens e valores culturais. Ela tem contado com o apoio das ações culturais e educativas com o patrimônio, através dos métodos da Educação Patrimonial. A

Museologia passa então a trabalhar com o museu enquanto conceito, ou seja, além da organização institucional “museu”:

Além deste acervo institucional, museológico no sentido estrito do termo, também viriam a constituir matéria prima deste museu certos espaços, paisagens, estruturas, monumentos, equipamentos – enfim, áreas e objetos sensíveis do tecido urbano, socialmente apropriados, percebidos não só na sua carga documental, mas na sua capacidade de alimentar as representações urbanas. Assim, o território urbano que, concebido nestes termos, corresponderia à noção de patrimônio ambiental urbano, passa a ser não só o campo de atuação do museu, mas ingrediente de sua ação, incorporando-se, portanto, ao seu acervo operacional. Ter-se-ia, por consequência, aquele ‘*éclaté*’ de que fala Hugues de Varine-Bohan, o museu rompe as suas limitações institucionais, a noção notarial e burocrática de seu acervo, para abarcar um território e uma comunidade, em que os habitantes, além de visitantes assumem a condição de agentes. (MENEZES, ano, p.201)

A Museologia, bem como a cultura, tende a evoluir ampliando-se, porém, sem perder sua base que é a humanidade a qual elas servem. Devemos ligar, então, os seguintes conceitos quando estamos falando de Museologia: memória, pertencimento, identidade, preservação e divulgação (SCHEINER, 2005). O que nos vai conduzir ao entendimento sobre a transformação do mundo em museu, ou seja, a catalisação das potencias que conduzem a vida, como coloca Agamben:

A museificação do mundo é um dado de fato. Uma após outra, progressivamente, as potencias espirituais que definiam a vida dos homens – a arte, a religião, a filosofia, ideia de natureza, até mesmo a política – retiram-se, uma a uma, docilmente para o Museu. Museu não designa, nesse caso, um lugar ou um espaço físico determinado, como verdadeiro e decisivo, e agora já não é. O Museu pode coincidir, nesse sentido, com uma cidade inteira (Évora, Veneza, declaradas por isso mesmo patrimônio da humanidade), com uma região (declarada parque ou oásis natural), e até mesmo com um grupo de indivíduos (enquanto representa uma forma de vida que desapareceu). (AGAMBEN, 2007, p.73)

Deste modo, é o patrimônio cultural que transforma a cidade em ‘cidade museu’ por conta da sua existência na rede social urbana e a força do pertencimento nele intrínseco. A cidade museu ou cidade patrimonial passa então a ser o ‘Museu’ alvo de estudo da Museologia. Não somente para a pesquisa, mas também para a divulgação do conhecimento gerado pelas pesquisas. Nesse caso os locais, os monumentos e até as ruínas vão desenhar a passagem do homem por aqueles locais imprimindo sua marca no espaço geográfico natural transformando-o em espaço cultural. Jorge nos fala mais sobre isso:

Creio que os monumentos e as ruínas, quando convenientemente apresentados, possuem uma mais valia indiscutível uma marca do traço humano na paisagem. Esse traço faz da ruína um comutador físico entre o natural e o cultural a expressão material duma relação específica do homem com o tempo. Tal qualidade parece ser percebida pela grande maioria de visitantes de ruínas em todo o mundo. Um monumento transforma-se, assim, num poderoso lugar de suspensão, um parêntesis de recolhimento na vida extensa de todos os dias. Um lugar de reflexão sobre a natureza do tempo (JORGE, 2004, p.64).

Por exemplo, para ajudar a contar a história da cidade e de suas personalidades, os

monumentos históricos estão espalhados pela capital baiana. Esses monumentos são peças de grande valor histórico que estão localizados em praças, jardins, ruas, instituições públicas e privadas. As representações perpetuadas contidas nos monumentos são formas de poder. No entanto, existem agentes históricos que não são representados, ou quando aparecem são delegados ao papel de meros espectadores ou enfeites, como se esses não participassem da história local.

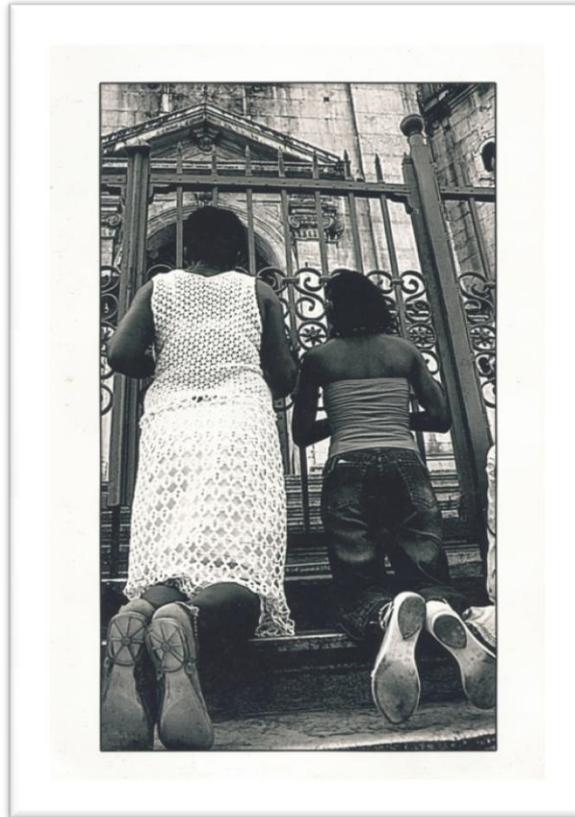
A sociedade muda e as noções de patrimônio e de museologia também. Patrimônio cultural é uma noção que tem se modificado e ampliado ao longo dos séculos, sendo atualmente muito mais abrangente do que nos primórdios do século XX, quando edifícios e marcos históricos, a exemplo dos monumentos urbanos, eram protegidos e passavam a fazer parte da memória oficial, em detrimento de outras formas de expressão patrimonial até então não reconhecidas como tal. (COSTA, 2012 p 90)

Esses agentes históricos que são invisibilizados por um ponto de vista histórico onde a humanidade e a presença deles não são observadas da mesma maneira que a história oficial para, deste modo, se traduzir em afeto, sentimento de compromisso e pertença com o bem cultural. Essa produção afetiva é no mínimo difícil. Principalmente quando a compreensão destes bens culturais está comprometida, visto que, numa cidade não existe apenas uma cultura e sim várias e nem todas elas são expostas.

Assim, por ser a Museologia uma ciência multidisciplinar que se utiliza do patrimônio e da memória em benefício do homem que é seu produtor, analisar as áreas urbanas enquanto lugar de memória e de formação patrimonial, ou seja, como objeto cultural e mutável, uma análise que normatiza (no sentido foucautinano) assim, a construção de um modelo que embasará a distinção entre o normal e o anormal. E que, de acordo Sant'Anna, “preside sua preservação deriva de um processo de estruturação de discursos e objetos concretos, em decorrência de um objetivo estratégico”. (SANT'ANNA, 2015, p.37)

2.2 CULTURA URBANA: A IMATERIALIDADE DO PATRIMÔNIO MATERIAL ENQUANTO PORTADOR DO ESPÍRITO DO LUGAR E A QUESTÃO URBANA ATUAL

Foto 47: Devoção



Fonte: ROCCA, Giuseppe. Genti di Bahia, 2014.

Sabemos que não existe uma definição única de cultura e que não é possível falar de Cultura Urbana e do patrimônio nela produzido sem o devido entendimento do processo de urbanização das cidades e dos fatos ocorridos na chamada contemporaneidade, ou no que Max Webber disse ser um certo “desencantamento do mundo”. Todo um período de modernização, por assim dizer, é verificado a partir do processo que culmina com a globalização. Começando na época das Grandes Navegações até os dias atuais, os processos que se sucedem na sociedade são uma decorrência desse modo contínuo: um exemplo que ilustra esse fenômeno é a descentralização das cidades, onde o indivíduo basicamente vive para o consumo (vejam-se os shoppings centers e suas praças de alimentação) e onde não se precisará mais pedir informação a ninguém; será possível utilizar-se dos serviços devido às placas de orientação e de sinalização. Essa é uma das características que sinaliza para o fato de se estar criando uma sociedade que cada vez mais tende ao individualismo.

Do que está posto, observa-se todo um processo de descentralização e modificações no espaço urbano (desurbanização, no sentido de não ser mais o espaço urbano tão destacado a frente do espaço rural e o desespacializamento, ou seja, a não utilização de uma única

referência de espaço) que vai pouco a pouco modificar a estrutura sociocultural.

O binômio cidade/campo é modificado pela rápida concentração demográfica nas cidades. E, conseqüentemente, a dicotomia popular/erudito também vem a ser questionada. A sociedade, tal como a conhecemos até o século XX, então muda, como nos diz Seres citado por Milton Santos: “[...] nossa relação com o mundo mudou. Antes, ela era local-local; agora é local-global [...]” e diz mais Santos sobre a fala de Seres: que esse filósofo recorda, utilizando um argumento aproximativamente geográfico, que “hoje temos uma nova relação com o mundo, porque o vemos por inteiro. Através dos satélites, temos imagens da Terra absolutamente inteira”. (SANTOS, 2006). Assim a cidade e seus espaços vêm demonstrar outras faces das sociedades, diferente da cidade onde muitos destes monumentos, ruas e espaços públicos foram criados tem um contexto diferente, o que é lembrado por Ângelo Serpa:

O espaço público é também revelador do que é hoje a cidade contemporânea: a cidade do consumo, do lazer e da cultura de massa, que nega a possibilidade da reunião e encontro de diferentes, como colocado por Lefebvre (1991). O espaço público revela, em última instância as profundas desigualdades existentes na cidade contemporânea, evidenciando, finalmente a reunião e a simultaneidade só se manifestam na desigualdade, explicitando a desigualdade entre diferentes grupos, classes e frações de classe. Ou seja: a dialética entre o público e o privado e a segregação só podem ser pensadas em articulação com a busca de compreensão do que são a cidade e a produção do espaço urbano na contemporaneidade. (SERPA, 2013, p.186)

Como forma de ligação, mesmo na atualidade, das sociedades com o patrimônio cultural urbano faz-se necessário a existência e transmissão da forma imaterial, do sentimento, da emoção que cerca o patrimônio. Essa imaterialidade poderá muito bem ser denominada de espírito dos lugares. Lembremos que o espírito do lugar pode ser definido como o conjunto de bens materiais (sítios, paisagens, edificações, objetos) e imateriais (memórias, depoimentos orais, documentos escritos, rituais, festivais, ofícios, técnicas, valores, odores), físicos e espirituais, que dão sentido, valor, emoção e mistério ao lugar, ou seja, a aura particular que nos forma e cerca.

A Assembleia Geral de Quebec, que resultou no documento, a Carta de Quebec (2008), desenvolveu dessa reflexão e o esclarecimento das relações entre o patrimônio material e imaterial e dos mecanismos que regulam o espírito do lugar. Ao invés de separar o espírito e o lugar, o imaterial e o material, e de colocá-los em oposição, nós exploramos as diferentes maneiras pelas quais os dois são unidos numa estreita interação, um se construindo em relação ao outro. O espírito constrói o lugar e, ao mesmo tempo, o lugar constrói e estrutura o espírito. Os lugares são construídos por diferentes atores sociais, tanto por aqueles

que os criam como por aqueles que os utilizam, ambos participando ativamente da construção de seu sentido. Considerado na sua dinâmica relacional o espírito do lugar incorpora, assim, um caráter plural e polivalente podendo possuir diferentes significações e singularidades, mudar de sentido com o tempo e ser compartilhado por diferentes grupos. É então a imaterialidade que torna possível a rememoração e o fazer dos espaços, lugares de memória onde, como nos explica Huyseen, criam-se “elos” com o passado:

Numa época em que a noção de memória se transferiu para o domínio dos chips de silício, dos computadores e das histórias de ficção científica sobre *cyborgs*, os críticos lamentam rotineiramente a entropia da memória histórica, definindo a amnésia como perigoso vírus cultural criado pelas novas tecnologias de mídia. Quanto maior é a memória armazenada em bancos de dados e acervos de imagens, menor é a disponibilidade e a habilidade da nossa cultura para se engajar na rememoração ativa, pelo menos ao que parece.

A rememoração dá forma aos nossos elos de ligação com o passado, e os modos de rememorar nos definem no presente. Como indivíduos e sociedades, precisamos de passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão de futuro. (HUYSEEN, 2000, p.67)

As cidades, que são fruto da ação cultural e do seu acervo histórico, encontram na rememoração através do acesso à alma. Sua essência para que continue a existir precisa ser compartilhada com as novas gerações.

2.3 A FORMA AFETIVA DOS ESPAÇOS

Foto 48: Fé



Fonte: ROCCA, Giuseppe. Genti di Bahia, 2014.

A imaterialidade do patrimônio material se constitui da forma afetiva na qual os espaços de memória, objetos e demais elementos pertencentes ao rol patrimonial de uma

determinada comunidade se constroem e são salvaguardados através da sua transmissão de geração em geração como elemento importante. Sem essa forma, a identificação com tais elementos e conseqüente sentimento de pertença peculiar ao patrimônio cultural não se concretiza.

Para que este fenômeno aconteça é preciso compreender que os elementos existentes nos espaços sociais, podem vir a ter o real significado do conceito de patrimônio e que este tem nas sociedades sua importância relevante, pois em seus significados e signos. Para serem considerados como tal, reafirmamos que precisam estar inclusos no rol de pertencimento daquela coletividade.

Os monumentos, os espaços públicos, cidades históricas, órgãos e entidades existem para a sociedade que os criou e não o contrário. Sendo assim podem e devem fazer parte do repertório patrimonial dos indivíduos. Esse repertório tanto no contexto nacional quanto no internacional é constituído de diversas e plurais culturas. Cada nação comporta infinidade de culturas e a cultura congrega bens materiais e imateriais ou intangíveis.

Usaremos um dos conceitos de cultura, visto que esse conceito é muito variado, no qual é considerado cultura a produção humana. Assim afirmamos que cultura é a forma ou o jeito comum de viver a vida cotidiana na sua totalidade por parte de um grupo humano. O que inclui comportamentos, conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, hábitos, aptidões, tanto adquiridos como herdados (MASSENZIO, 2005, p. 72-76).

Importante também é não perder de vista, como nos lembra Serra (1991), que toda ação social tem sua significação e conseqüentemente seu valor cultural:

Já tivemos de reconhecer, com Weber, que toda a ação social é significativa. Devemos ir mais adiante, ainda...

É preciso admitir que no horizonte do entendimento humano, da consciência humana, todo objeto se configura como um signo. [...]

Assim sendo, com efeito, antes mesmo de que o passamos dar por conhecido, um objeto significa, para nós; ele nos surge como um significante sobre cujo significado nos interrogamos.

Isto não contradiz, senão aparentemente, a afirmativa de Weber que cinge o reino do significado ao campo da ação social humana e de suas objetivações, pois, de fato, o seu sentido se erige no horizonte humano: os homens o produzem, inclusive, quando o produzem nas coisas da natureza, fazendo-as significar, isto é, como sugere Lévi-Strauss, fazendo cada objeto corresponder, quando nada, à expectativa de um conhecimento. (SERRA, 1991, p.80-81)

Thompson (1995), então, estabelece o que pode ser chamado uma ‘concepção estrutural’ da cultura formulando uma concepção que dê ênfase tanto ao caráter simbólico dos fenômenos culturais como ao fato de tais fenômenos estarem sempre inseridos em contextos sociais estruturados estando, portanto, ligados à cultura, em seu modo do saber

fazer local e sua transmissão.

Podemos oferecer uma caracterização preliminar dessa concepção definindo a ‘análise cultural’ como estudo das formas simbólicas – isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas. Os fenômenos culturais, deste ponto de vista, devem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural - para usar uma fórmula abreviada [...] deve ser vista como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas. (THOMPSON, 1995, p.181)

Assim as cidades históricas, os espaços, lugares e monumentos são ligados a estas culturas pelo seu caráter sociológico, sua maneira de impactar a sociedade, tornando-se categorias. Roberto DaMatta explica isso detalhando as categorias sociológicas “casa/privado” e “rua/público” o que podemos também ligar com o conceito de cidade:

Quando digo então que "casa" e "rua" são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidade moral, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DaMATTA, 1997, p.8)

Esses múltiplos envolvimento despertados (emoções, reações, leis, orações, músicas, imagens e etc.) proveem da concepção de espaço cultural que está impregnado destas ligações. O espaço não existe por si só em uma dimensão única. É mesclado com o imaginário e o ideário daqueles que o usufruem:

Aqui, como vemos, o espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido.

Aliás, nesses sistemas, pode-se dizer que o espaço não existe como uma dimensão social independente e individualizada, estando sempre misturado interligado ou "embebido" como diria Karl Polanyi - em outros valores que servem para a orientação geral. (DaMATTA, 1997, p.19,20)

Portanto os elementos pertencentes ao rol patrimonial de uma determinada comunidade, que são acumulados ao longo de sua história, além de terem importância basal para a mesma enquanto conjunto são também apropriados por serem por ela definidos na sua dimensão emotiva.

2.4 A IMPORTÂNCIA DA REMEMORAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NAS CIDADES

O patrimônio cultural para permanecer com suas características principais precisa ser fortalecido pelo estabelecimento de relações estáveis entre a gestão social e o seu território. As definições de políticas públicas voltadas para a preservação e salvaguarda do patrimônio

devem ser capazes de suscitar sustentabilidade dos grupos culturais existentes naquele território que aqui denominamos de cidade.

De fato, se o território não conservar sua vitalidade e sua dinâmica de desenvolvimento, o monumento sofreria com o resultado da desertificação e da perda de subsistência econômica. (Por exemplo, pelo desaparecimento dos artesãos capazes de garantir a manutenção e a restauração). Da mesma forma, as jovens gerações teriam menos motivações para utilizar e transmitir por sua vez uma propriedade que não teria mais tanto interesse aos seus olhos. (VARINE, 2013, p.24.)

A preservação deste patrimônio, vinculada ao repasse para as novas gerações fica comprometida caso a juventude local não veja nesse patrimônio relevância e que esse não esteja acessível através de vários mecanismos, como por exemplo a mídia. É mais uma vez a questão entre a mídia, o jovem e como esse jovem se relaciona com essa mídia.

As cidades mundiais e, principalmente, as representações midiáticas dessas cidades são o palco por excelência das negociações da cultura contemporânea. Nesse sentido, os principais atores de um cosmopolitismo pós-moderno, da cultura urbana seriam os jovens. A juventude representa uma parcela considerável de produtores e consumidores da cultura, senão a maior. Grande parte dos eventos e produtos culturais de uma cidade atualmente está voltada para o jovem, por mais flexível que seja o conceito de juventude (PRYSTHON, 2002, p.5)

A participação dos habitantes das cidades históricas, no sentido de contribuir para a gestão dos patrimônios culturais e a transmissão do conhecimento histórico das gerações mais velhas para as mais jovens, nem sempre tem sido positiva por conta de uma visão equivocada de desenvolvimento em que o mesmo está atrelado a um progresso sem a consulta ao tradicional, no qual o futuro não se encontra com o passado e com o tempo presente. O que é ressaltado por Varine em seu livro *Raízes para o futuro*, admoestando que o patrimônio cultural pertence a sua comunidade e que a comunidade é quem deve designar qual o seu conteúdo e como deve ser administrado:

No essencial, trata-se de escutar os habitantes e de lhes pedir para designar aquilo que consideram como o patrimônio de sua comunidade e de fornecer o maior número de informações sobre o assunto. Isso para que se constitua a base de um corpus patrimonial que poderá, em seguida, mas somente em seguida, ser enriquecido por pesquisas científicas, históricas ou administrativas mais aprofundadas. (VARINE, 2013, p.54.)

Sem perder de vista as transformações pertinentes à cultura, pois esta é de construção coletiva e em constante evolução, do mesmo modo que a preservação do patrimônio cultural está sempre em processo evolutivo.

Se levarmos em conta que a preservação do patrimônio é uma prática em constante transformação, estendendo-se continuamente a novos objetos, a imutabilidade – ou a pouca complementação – da legislação torna-se um fato digno de nota e, sem dúvida, revelador das práticas preservacionistas no Brasil. (SANT’ANNA, 2015, p.25)

Porém, em razão de haver escassez de iniciativas, nas quais as políticas de gestão e de educação patrimonial possam fornecer elementos para a definição e redefinição de políticas públicas no campo da cultura. As comunidades não estão encontrando motivação para salvaguardar com qualidade o patrimônio que as represente. O que nos parece ser o conceito de “qualidade” deve ser um conjunto de ações que expressem a capacidade do ser humano de sobreviver no meio em que vive, constituindo-se em registro da história da cidade, país, nação e da vida das pessoas. Esta maneira de gerir o patrimônio em que todas as partes são ouvidas é bastante diferente do modo em que o pertencimento ao patrimônio histórico tem sido usado como meio de manipulação da memória coletiva.

O patrimônio se torna especial não por ele mesmo, mas pelas ligações emocionais e históricas nele contidas. Tomemos como exemplo a Rua Chile, em Salvador, com seus casarões antigos mesclados a construções modernas. O que faz esse lugar especial para quem habita em Salvador ou até mesmo para o visitante são as referências contidas nele que podem ser coletivas: “A rua é importante porque nela está o antigo Palácio do Governo”, ou individuais: “É a rua na qual alguém deu seu primeiro beijo, ou trabalhou em determinado prédio, criando assim vínculos emocionais com o local”.

A academia e os gestores culturais cientes de qual é o espírito local e como este se manifesta pode, através do intercâmbio de conhecimento, mais facilmente perceber como auxiliar na manutenção dos saberes locais, nem impondo, nem desprotegendo a cultura local, mas servindo de interface de diálogo entre os usuários daquelas culturas, que são a população em geral e seus governantes.

Também nos cabe destacar que nas sociedades urbanas atuais, onde os encontros são mais virtuais e praças e lugares públicos são cada vez menos utilizados por motivos como a violência urbana e o novo cotidiano atual, somente a rememoração do espírito do local vai poder tornar possível para as novas gerações o poder entender e conhecer seu patrimônio cultural.

Entender e compartilhar, em ação de caráter formativo, a peculiaridade local é um dos pressupostos da educação para o patrimônio; elencar o saber fazer e perceber que o mesmo suscita emoções e relações diversas tornando o patrimônio cultural um elemento singular pode permitir a administração municipal e aos detentores deste patrimônio, obter uma compreensão muito maior acerca do seu valor simbólico e do seu significado coletivo. Tal compreensão é passível de facilitar a manutenção, divulgação e conhecimento do patrimônio cultural. De forma a que ele venha a ser uma ferramenta importante de desenvolvimento e

crescimento social. Retirando dele o caráter de objeto de manipulação de memórias e de vidas.

Em seu estudo sobre as cidades contemporâneas, direcionado para o conceito de lugar no momento presente, em particular as variações que incitam a um repensar sobre este fenômeno, Castello (2007) lembra-nos que a sociedade atual passa por um momento ímpar, onde o mundo além de ser urbanizado é globalizado, mas, mesmo para esta sociedade globalizada, existem relações entre as pessoas e os espaços:

Nestor Canclini também nos chama atenção sobre as mudanças resultantes da globalização e seu impacto nas culturas nacionais e como esta construção se vê:

Aquilo que se entende por cultura nacional muda e acordo com as épocas. Isto demonstra que, mesmo existindo suportes concretos e contínuos do que se concebe como nação (o território, a população e seus costumes e etc.), boa parte o que se considera como tal é uma construção imaginária (CANCLINI, 1994, p.98).

Já o antropólogo Gilberto Velho, discorre acerca da complexidade e heterogeneidade da sociedade moderno-contemporânea que tem como uma de suas características principais, justamente, a existência e a percepção de diferentes visões de mundo e estilos de vida que serão refletidas na cidade e em seus espaços de memória:

Na realidade é a preocupação científica e política com a diferença que, em parte, explica a riqueza e o desenvolvimento desta área de reflexão nas últimas décadas. A complexidade e heterogeneidade da sociedade moderno-contemporânea têm como uma de suas características principais justamente a existência e a percepção de diferentes visões de mundo e de estilos de vida. Uma das questões mais interessantes e polêmicas é verificar até que ponto a participação em um estilo de vida e em uma visão de mundo, com algum grau de especificidade, implica uma adesão que seja significativa para a demarcação de fronteiras e elaboração de identidades sociais. (VELHO, 2013, p. 62)

Não apenas saber sobre a existência do diferente remete-se além de perceber que os diferentes têm o direito de se reconhecer e conhecer o outro no espaço em que vive, ter sua memória respeitada, saber conhecer a história de outros pontos de vistas enriquecendo com isso sua bagagem cultural.

2.5 ESPAÇOS PÚBLICOS E O DIREITO A MEMÓRIA

É vista como uma questão de cidadania, prioritariamente, a preservação do patrimônio histórico nos dias atuais, pois, trata-se do alicerce para a construção da identidade cultural e um direito fundamental do cidadão, tal como nos ressalta Le Goff (1990):

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

Cientes que para ter direito a esta memória, que também podemos chamar de direito à cidadania, todos devem ter acesso aos bens materiais e imateriais que representem sua história. Como definido por Sérgio Paulo Rouanet:

O indivíduo privado do uso desse direito é um indivíduo condenado à amnésia social e à anomia e esse direito é ignorado quando igrejas barrocas caem por causa de uma chuvarada em Ouro Preto ou quando monumentos importantes em Olinda ou na Bahia estão ameaçados de desabamento (ROUANET, 1992, p.83)

Mesmo nos microuniversos existem as posições dos diferentes e as disputas internas nas quais são demarcadas as esferas de poder que também estarão ligadas às questões históricas e de memória. Não podemos ter um olhar ingênuo e ignorar que as forças que estabelecem as decisões de quem e do quê devem-se lembrar, essas decisões partem de acordos políticos entre os membros de uma determinada sociedade, e, em alguns dos casos, o restante da sociedade sequer é consultada.

A questão maior, hoje, para a construção de identidades é o aprofundamento da democracia num mundo globalizado – o lutar para que ela não seja meramente formal, ou simbólica, para que se traduza em melhorias reais na capacidade de afirmação autônoma dos cidadãos para diminuírem as desigualdades (JORGE, 2005, p.16) já que a perda de valores de referência partilhados comunitariamente, em um momento no qual a maior parte das pessoas apresentam-se sem tempo nem recursos críticos para poder pensar-se vítima desse sistema, é uma realidade constante. Pois, com todas essas nuances o patrimônio cultural pode vir a ser um bem ou pode vir a ser considerado um fardo. É Paoli que nos esclarece:

Fazer com que a produção incida sobre a questão da cidadania implica fazer passar a história e a política de preservação & construção do passado pelo crivo de sua significação coletiva e plural.

De alguma forma, isto vem sendo feito como uma dupla tarefa: a de crítica e a construção historiográfica de horizontes de validade histórica. Crítica a uma história de Walter Benjamin chamou “dos vencedores”, sobre cujos feitos foram produzidos os documentos e erguidos os monumentos, referência única ao que se ensina nas escolas, se mostra aos turistas, se celebra nos feriados nacionais. Ao esconder e silenciar as outras narrativas dos acontecimentos passados e presentes, essa história se torna “oficial”: a história necessária e documentável, em referência à qual o valor de outros projetos e de outras presenças – quando aparecem – são medidos e julgados. A política de patrimônio que daí deriva conserva esta significação ao preservar apenas estes testemunhos. (PAOLI, 1992, p.26)

Acompanhando o raciocínio de Paoli, o conhecimento pode ser um instrumento de compreensão do patrimônio ao ponto de evitar que ele se torne um fardo. O saber uma forma privilegiada de poder, um capital simbólico cada vez mais determinante, e pode ainda salvar muitos inocentes (JORGE, 2005, p.24) constitui em uma alternativa que,

segundo Jorge, pode até parecer inocente, mas não temos outro caminho senão o de articular o patrimônio e a criação numa atitude única e envolvendo cada vez mais pessoas e territórios. Fazer do patrimônio não uma herança pesada, mas um valor dinâmico, incorporado e vivenciado coletivamente e voltado para qualificação do cidadão.

Mesmo ciente de que não é possível sair completamente da neurose contemporânea de olhar para o presente tomando sempre como pauta o passado, é possível uma consciência crítica de que se pode conservar a diversidade cultural através de múltiplos olhares (olhar o passado sem perder de vista o presente e o futuro) abrindo oportunidades de respeito, de capacidade, de afirmação para que o patrimônio não se torne um pesadelo, um problema insolúvel e sim fonte de realização pessoal e coletiva. Em geral, os monumentos considerados patrimônios refletem uma memória de “heróis” ou dos “ilustres” e a gente comum não se vê representada nestes lugares de memória. Pessoas comuns também são membros dessa mesma sociedade, não importando o gênero, raça ou credo aos quais essas pertençam. Por não se verem representadas nos lugares de memória, quer enquanto homem/mulher, quer enquanto profissional ou qualquer outra identidade a elas relacionadas. Essas pessoas não integrarão estes locais ao seu repertório patrimonial. É preciso empoderar o cidadão através do conhecimento sobre o patrimônio, e, desta forma trazer à luz os fragmentos da história que estão obscuros. Caso contrário, esse cidadão vai, pouco a pouco, perder seus referenciais históricos e progressivamente sentir-se estrangeiro no seu próprio espaço.

A não representação de determinados agentes históricos acontece como reflexo da supremacia do poder hegemônico vigente na sociedade baiana espelhada no lócus de abordagem, não esquecendo o período histórico quando esses monumentos foram erguidos, o que reforça a ideia de que os elementos ausentes são apenas um complemento nessa sociedade. Por sua vez, os representados figuram como protagonistas históricos. Podemos dizer que para essa sociedade alguns indivíduos fazem a história e outros tantos apenas a sofrem. Essas questões perpassam pelo entendimento hierarquizado de que a memória representada nesses monumentos tende a reforçar a subjetivação do conhecimento daqueles que porventura a tomam como verdade absoluta, o que repercute e reforça a ideologia do domínio patriarcal. Devemos também levar em consideração o fato de que a identidade cultural e a memória social são construídas com base na ideia de compreensão da nossa memória social, artística e cultural. Então, podemos perceber como é possível controlar o processo de evolução a que está inevitavelmente exposto o saber e o saber fazer de um

povo. (MAIA, 2003, p.39).

Então, nos lugares de memória das cidades nos quais são impressos, mesmo que indiretamente, as relações sociais vão apontar para esses fatos, embora eles sejam naturalizados para que se perpetuem da forma que estão mantendo seu *status quo*. Muitas vezes de maneira sutil, despercebida pelos agentes que sofrem a ação de silenciamento.

Mais que testemunhos do passado, os lugares de memória lutam para construir-se em um quadro vivo presente, desvelando as possibilidades políticas dos diferentes segmentos sociais pela apropriação da herança cultural. Enfrentam, constantemente, uma batalha pela defesa da preservação dos bens culturais. De um lado, os interesses dos grupos hegemônicos, que selecionam e impõem determinado padrão de cultura e, de outros diferentes seguimentos sociais, de pequena influência política, que são submetidos à tirania do mercado e da informação e, por isso mesmo mais facilmente suscetíveis à homogeneização cultural (MACHADO,2002, p.297)

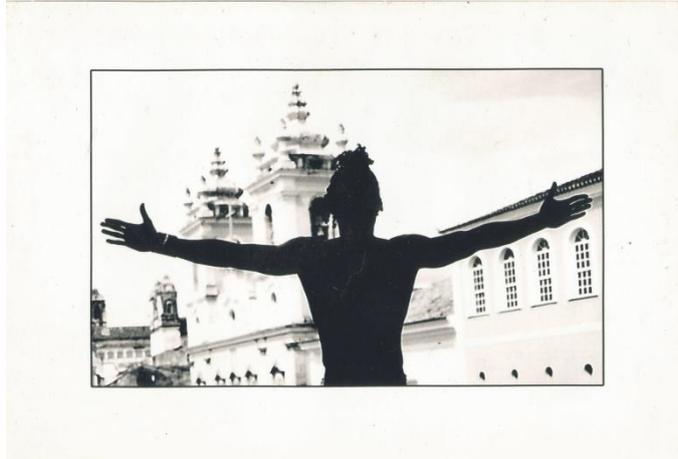
Porém, quando existe uma verdadeira identificação com os objetos culturais, mesmo existindo uma tentativa de hegemonização, existe também o esforço de deixar claro o quê, para aquela população, é seu patrimônio cultural. O respeito à diversidade cultural, sua coletividade e a visão de que todo o membro desta sociedade tem o direito de conhecer e reconhecer seus bens é que vai fazer da vivência na cidade, uma vivência cidadã.

3. A O CIDADÃO SOTEROPOLITANO E AS QUESTÕES DE IDENTIFICAÇÃO COM O PATRIMÔNIO

3.1 O CIDADÃO SOTEROPOLITANO E SEU PATRIMÔNIO, COLETIVIDADE E DINÂMICA DA CIDADE

Todo cidadão possui inúmeras relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações (LYNCH, 1960, p 11)

Foto 49: Patrimônio



Fonte: ROCCA, Giuseppe. Genti di Bahia, 2014.

Para seguirmos adiante no entendimento da questão proposta no presente trabalho, é importante diferenciar dois conceitos: monumento histórico e patrimônio histórico, que não são sinônimos. Quando falamos em patrimônio estamos usando um termo polissêmico. Num sentido essencial, poderemos estar nos referindo à noção de pertencimento. Como nos induz a etimologia da palavra, que deriva do grego “*pater*”, e indica algo que nos é transmitido dos antepassados, algo de pertencimento familiar, ligado às estruturas familiares. Esse patrimônio pode ser classificado com diversos adjetivos como genérico, natural, histórico, etc.

Subentende-se, então, que para considerarmos algo como patrimônio de um determinado povo esse objeto/ação deve ser do pertencimento dele. É esse pensamento que a museóloga Françoise Choay traz: “patrimônio histórico é um bem destinado ao usufruto de uma comunidade” (CHOAY, 2001, p.18 e 19).

Buscamos compreender, também, o conceito de cidade saudável, cuja característica é enfatizar a saúde dos cidadãos dentro da ótica ampliada de qualidade de vida, e isso implica o direito à cultura ao conhecimento e ao uso dos bens culturais de uma comunidade. Na maioria dos casos, os gestores e dirigentes não sabem exatamente o que fazer com o elemento “cultura” nos seus municípios, pensam que é algo supérfluo e correm para atender a área de saúde e de educação, que estão dentro dos conceitos tradicionais, sem promover um olhar holístico e transdisciplinar sobre eles. (COSTA, 2010, p.3)

Os monumentos são erguidos para consolidar e perpetuar a memória coletiva do sentido original, “*monumentum*” que por sua vez deriva de “*monere*” (advertir, lembrar)

aquilo que traz à lembrança alguma coisa. Patrimônio, tal como foi explicado acima, não é necessariamente feito a partir de monumentos.

Mesmo que a maior parte dos monumentos erigidos ao redor do mundo tenha origem na memória institucional, oficial em geral destituída de memória afetiva, a natureza afetiva do propósito de alguns monumentos é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas tocar pela emoção, uma memória viva. Então podemos chamar de monumento às construções que forem edificadas por uma comunidade para fazer com que outras gerações lembrem acontecimentos, ou rememorem sacrifícios, ritos e crenças (CHOAY, 2001, p.18).

De forma que a ideia coletiva de pertencimento a um determinado espaço, local e/ou cidade, perpassa pelas identificações dos indivíduos com o espaço em que vivem. Isso é traduzido em símbolos e signos (objetos palpáveis) e também de uma cultura local, difundida e perpetuada pela memória de uma comunidade.

Os lugares próximos do cidadão são aqueles com quais ele se identifica o mais espontaneamente possível, são espaços de sobreposição quase perfeita entre um quadro físico e um sentimento de pertencimento a uma coletividade, por menor que ela seja e da qual retira sua primeira forma de identidade entre outras mais afastadas. (AGIER, 2011 p.103)

O porquê da necessidade desse pertencimento cultural é o seguinte: O pertencimento é essencial para participação ativa crítica e consciente, pois preciso participar para pertencer e, é preciso conhecer para participar. Essa participação, como dito por Bordenave (1983) é o “caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo” (BORDENAVE, 1983, p.16)

Infelizmente os monumentos são desconhecidos pela grande maioria da população, que ignoram seus significados e/ou não se veem representados na História que eles narram coisa que os anula enquanto potenciais veículos de construção de conhecimento e ferramentas educacionais. De modo que o não contato com os significados dos monumentos e da história local leva ao não pertencimento dos nativos soteropolitanos. A invisibilização e a transformação dos espaços em apenas locais de passagem se dá por conta do desconhecimento da história e dos valores locais. Como nos declara Costa:

O que se convencionou chamar de monumento, segundo Riegl, é uma edificação feita para servir de memória, feita para ser lembrada e pode ter caráter intencional ou não intencional. Em qualquer dos casos, o monumento está ligado à memória oficial, aquela que é institucional e que produz elementos na paisagem urbana para servirem de marcos simbólicos. Na maioria dos casos, essa memória oficial não é reconhecida pelo conjunto da população, que logo se esquece daquele monumento, o qual fica entregue aos pássaros e aos vândalos. Tampouco as autoridades

políticas das gerações futuras irão se preocupar com aqueles monumentos, a exemplo do que ocorre com as majestosas estátuas equestres em torno da Praça XV, na cidade do Rio de Janeiro, e que apenas exemplificam o que ocorre em inúmeras outras cidades brasileiras. (COSTA, 2008, p.122)

Sabemos ser o sentimento de pertença o meio de identificação do cidadão ao seu patrimônio. Estamos também cientes de que essa identificação não pode ser fabricada ou imposta. Batemo-nos também na questão em que o indivíduo não poderá se sentir pertencente a algo que ele desconhece. Então essa identificação é resultante da interação que o indivíduo cria com o seu patrimônio através da Educação Patrimonial como um dos instrumentos facilitadores dessa interação. Tal educação, quando bem empregada, possibilitará ao cidadão (re) conhecer a sua cidade e ver nela os valores que são ligados à sua cultura, aumentando sua estima, vendo-a com outros olhos. Não se trata de uma doutrinação do que deve ou não ser patrimonializado e sim observar o direito do cidadão de entender a memória local e a partir do pressuposto decidir o que faz parte, de fato, do seu repertório patrimonial. José Newton Meneses trata desta forma sobre este assunto:

O saber comum não elabora conscientemente a dimensão identitária da história e da cultura como vivência que motiva valores e sentimentos de orgulho e de identificação. De modo geral, não distingue memória de história, não entendendo, de antemão, a dimensão interpretativa e crítica dessa última em relação à primeira. É necessário que essa perspectiva seja trabalhada com as pessoas. A memória é uma construção social que produz documentos de tempo e a história a interpretação dessa memória, pela leitura crítica destes monumentos. Mas a história, também, é a vivência das pessoas, as transformações de vida que elas produzem. (MENESES, 2009, p.32-33)

Deixamos claro que tal pertencimento e conhecimentos históricos não são uma medida arbitrária. Mas, em existindo possibilidades e ofertas de obtenção do saber, pode ser mais facilitada e desenvolvida a formação de senso crítico.

A fluidez da modernidade e as novas formas de lidar com o indivíduo e sua cultura e, conseqüentemente, o patrimônio cultural tem sua parcela de influência na questão de como tem sido visualizados pela comunidade, na atualidade, os monumentos e lugares de memória, sem contar outros fatores (políticos, interesses imobiliários, etc.) como nos aponta Choay (2001), falando das cidades históricas europeias:

A mutação que transforma ao mesmo tempo os modos de vida e a organização espacial das sociedades urbanas europeias torna obsoletos os aglomerados urbanos antigos. Os monumentos que neles se encontram afiguram-se subitamente como obstáculos e entraves a serem eliminados ou destruídos para vagar lugar ao novo modo de urbanização, a seu sistema e suas escalas viárias e parcelares. Além disso, a manutenção dos edifícios antigos vai sendo cada vez mais negligenciada e sua restauração não obedece mais a técnicas normatizadas. Defrontamo-nos, assim, com dois tipos de vandalismo, que na época foram designados, na França e na Inglaterra, com os mesmos qualitativos: destruidor e restaurador. (CHOAY, 2001, p. 144)

Mediante isso se torna cada vez mais complexo preservar os lugares de memória de uma cidade, preservar a memória coletiva local, e dar acessibilidade aos moradores a estas memórias e histórias ali narradas. É preciso ter a consciência de que o sujeito, na contemporaneidade, se modificou, e as metodologias para que se tenham êxito no alcance dos mesmos também devem ser modificadas. Isso nos é apontado por Hall mostrando as transformações das identidades e a influência exercida pelo ‘global’ e pelo ‘local’:

Em certa medida o que está sendo discutido é a tensão entre o “global” e o “local” na transformação das identidades. As identidades nacionais, como vimos, representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares. Elas representam o que algumas vezes é chamado de uma forma particularista de vínculo ou pertencimento. Sempre houve uma tensão entre essas identificações e identificações mais universalistas – por exemplo, uma identificação com a “humanidade” de que com a “inglesidade” (englishness). Esta tensão continuou a existir ao longo da modernidade: o crescimento dos estado-nação, das economias nacionais e das culturas nacionais continuam a dar foco para a primeira; a expansão do mercado mundial e da modernidade como sistema global davam o foco da segunda. (HALL, 2011, p.76)

Esses monumentos devem ter uma carga emocional que justifique um verdadeiro sentido de existência afim de que a identidade ou identificação dos que habitam e/ou frequentam estes locais seja neles refletida e absorvida.

Portanto, a formação identitária do morador/frequentador do bairro do Comércio pode interferir diretamente no modo como eles veem e interagem com o local. Mesmo quando os locais são de algum modo, ou não, apontados como tal, pois certos lugares podem ser plurissituacionais em função do momento do dia e do envolvimento dos atores presentes. (AGIER, 2011)

Desse modo, poder-se-ia registrar a maneira como um lugar é definido pelos atores urbanos quaisquer que sejam (desde o planejador até o habitante do fundo de um beco). Esse sentido do lugar supõe a cidade inteira como contexto de referência. Corresponde a uma cartografia imaginária dos cidadãos que vivem em certas partes da cidade continuando a ter, sobre os outros espaços, pelo menos algumas experiências, ideias ou imagens. (AGIER, 2011 p. 67)

Temos, assim, a memória coletiva como força motriz para a conservação/preservação dos monumentos, já que, como dito por Pollak (1989), as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. (POLLAK, 1989, p.11). Le Goff nos lembra da importância da memória nas sociedades:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornaram-se senhores da memória e do

esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente as quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento (LE GOFF, 1996, p. 426)

Apesar de vivermos em uma sociedade em que a história aponta para a centralização do conhecimento e em que essas marcas estão aprofundadas por conta da subjetivação de conceitos nos quais o “poder do conhecimento” seria legado a poucos, a luta pelo acesso e descentralização desse conhecimento e o direito das comunidades periféricas de serem protagonistas da cultura e não apenas mais consumidores de algo pré-disposto, criando assim ligação e identidade. Como nos diz Sérgio Costa explicando a ideia multiculturalista¹⁸:

Conforme os multiculturalistas liberais há duas razões para justificar por que a pertença cultural é crucial para o bem-estar dos indivíduos. Primeiro, mostram que a pertença cultural fornece aos indivíduos escolhas significativas sobre como conduzir suas vidas, no sentido de que a familiaridade com uma cultura indica os limites do que é razoável desejar. O segundo argumento afirma que a pertença cultural tem um papel importante na identidade dos indivíduos, aparecendo como espaço primário de identificação, isto é, a pertença e a identidade cultural fornecem aos indivíduos um fundamento para a auto identificação. Consequentemente, o Estado teria a função de proteger e estimular a diversidade cultural e, em alguns casos, reconhecer os direitos de grupos culturais minoritários para que os cidadãos possam constituir sua identidade individual e contar com um contexto cultural que empresta razão e sentido a suas escolhas pessoais. (COSTA, 2009, p.148)

Entretanto a realidade soteropolitana, mesmo quanto a importantes monumentos e espaços públicos traz uma população indiferente. Para a maioria dos moradores de Salvador os monumentos e prédios tombados são ilustres desconhecidos e, portanto, não são importantes desmerecendo a sua atenção. Para reparar esta situação os gestores e urbanistas tem colocado programas de revitalização que de acordo com Jacobs (2011), além de não resolver o problema criam novos, pois estes intentos não procuram saber como funcionam antes cada cidade. Usando uma frase da autora falando especificamente da questão de mobilidade, mas que serve também as outras áreas de estudo urbanas “Como saber que solução dar ao trânsito antes de saber como funciona a própria cidade e de que mais ela necessita nas ruas? É impossível”. (JACOBS, 1961, p.8). Para tanto, é preciso observar qual é a situação real e as formas de vida social existentes naqueles espaços e não

¹⁸ O termo multiculturalismo se refere a uma pluralidade cultural que convive de forma harmônica. Os multiculturalistas são os antropólogos e sociólogos que tentaram explicar através do uso deste termo como as sociedades que possuem um acervo cultural tão diferente convivem entre si (Conceitos.com.br acesso em 05/12/2015)

comportar-se como se nenhuma vida ali existisse e, portanto, a necessidade de uma revitalização. É preciso ter ciência da pulsação existente na cidade apontada por Lefebvre:

Em suma, são centros de vida social e política onde se acumulam riquezas como também os conhecimentos as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos). A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. (LEFEBVRE, 1968, p.10)

No caso específico do bairro do Comércio não se pode negar que após a implantação das Instituições de ensino e empresas de *Call Centers* naquela área, o quadro crescente de abandono que se encontrava o bairro nas décadas de 80/90 diminuiu sensivelmente provando que para haver uma real revitalização as pessoas são imprescindíveis ao processo, como relata Jacileda Santos:

A atração de fluxos de pessoas maiores, inclusive à noite, a implantação de novas atividades e serviços com perfis diferentes dos existentes anteriormente, e a utilização de unidades imobiliárias vazias, proporcionaram a revalorização da área. Contudo, a falta de investimentos públicos em infraestruturas de transportes mais adequadas, a morosidade na tomada de decisões referentes a possíveis investidores privados, a falta de definição de estratégias de desenvolvimento – características principais de processos como estes – e a falta de interlocução entre agentes, não têm permitido avanços maiores no caso do Comércio. (SANTOS, 2012, p.17)

Porém, Salvador não tem as formas adequadas para circulação. (MULLER, 2014), infelizmente, o que ocorre é justamente o oposto. Azevedo ressalta a falta de planejamento urbano voltado para o entendimento da cidade como dinâmica onde o patrimônio não seja conduzido como parte incomoda, onde seja possível uma integração maior com sua população:

Como você não tem um planejamento você criou um diferencial para o capital imobiliário: no centro histórico, você não pode fazer nada, você vai até perder a área. Em compensação você pode fazer praticamente tudo nas outras áreas da cidade. Isso é outro fator de esvaziamento do centro da cidade. Na maioria das cidades europeias como você mantém isso controlado em todo território, o centro da cidade é um centro muito atrativo pela facilidade de acesso, pelo valor simbólico. Então esses imóveis são conservados, são melhorados, são refeitos internamente, mas não há essa fuga. (AZEVEDO; 2014)

Jeudy nos lembra que estes acontecimentos não são ‘privilégios soteropolitanos’ e que existe uma padronização das cidades que as descaracteriza, tornando-as em insumo e os seus centros históricos, lojas que espelham as expectativas dos turistas e não a realidade local. Essa forma de lidar com as cidades patrimoniais descaracteriza seu potencial histórico na tentativa de padronização

Há no mundo inteiro uma tendência de conservação patrimonial que se exerce sobre a cidade por meio da reconstituição do centro histórico. É uma maneira de dar uma certa imagem estética internacional para o turismo, de guardar uma ideia de unidade e harmonia da cidade. O problema é que o processo de conservação

patrimonial torna as cidades cada vez mais parecidas. No fundo, há sempre um centro histórico, onde tudo é refeito da mesma forma. Normalmente o início desse processo é uma busca de identidade da cidade que leva a cidades patrimonializadas, onde o centro é colocado como a vitrine de uma loja. (JEUDY,2005)

Acompanhando esse raciocínio, temos também o texto de Canclini:

O patrimônio expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que nos identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social. As atividades destinadas a defini-lo, preservá-lo e difundi-lo, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico dos bens patrimoniais, incorrem quase sempre numa certa simulação ao sustentarem que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos, ou quando afirmam que a grandiosidade e o prestígio acumulados por esses bens transcendem essas frações sociais (CANCLINI, 1994, p.96)

No entanto para desconstruir a associação da preservação da memória e do patrimônio ao congelamento do espaço e a museificação dos lugares com a petrificação da cultura é necessário à compreensão da dinâmica da cidade e de que é preciso uma mobilização cidadã. Esta mobilização será mais produtiva quando a sociedade soteropolitana se enxergar como cidadã e proprietária desses bens culturais.

Devido ao sentimento em que o objeto/memória faz parte da sua composição enquanto indivíduo, e como tal há um investimento emocional embutido em tal memória, seja ela histórica ou pessoal (memória oficial, memória coletiva ou memória afetiva) é nesse ponto que se encontra a identificação dos cidadãos com os monumentos e com os espaços. E a identificação é a forma em que os cidadãos se refletem, sentem-se (ou não) ligados à história local, que é descrita nestes espaços de memória:

Não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-lo da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança, romper as amarras pelas quais participavam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revivê-los em sua realidade, porém de recolocá-los dentro de quadros nos quais a história dispõe os acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos [...] (HALBWACHS, 2004, p. 90)

A sociedade brasileira, representada no recorte local do bairro do Comércio de Salvador, necessita indicar aos gestores públicos que são as pessoas que vão impetrar os interesses públicos aqui levantados, como lidar com o patrimônio local tomando como base as opiniões e identidades locais? Etchevarne nos alerta a necessidade de entendimento da cidade enquanto espaço cultural ativo:

As cidades devem ser entendidas como universos, dada a heterogeneidade das situações vestigiais, já que sou arqueólogo, naturalmente, derivadas da própria dinâmica urbana. Ou seja, as cidades não são depósitos, resultados da acumulação simples e direta de materiais descartados ou abandonados, senão a consequência

lógica das transformações socioeconômicas, ideológicas graduais ou drásticas pelas que passaram os habitantes que se operam também na materialidade do *modus vivendi*. (ETCHEVARNE, 2014)

Com a Museologia como um dos meios de ligação, o patrimônio pode ser mais do que um conjunto de referências materiais ou imateriais da trajetória do ser humano sobre o planeta; (SCHEINER, 2005) pode vir a ser uma instância de possibilidades, uma verdadeira alternativa de apoio a uma cultura global mais tolerante, menos violenta, menos comprometida com o lucro e mais voltada para a valorização dos modos de ser do homem comum. E um espaço aberto para a apresentação da diferença em diversidade biológica, multiculturalidade, multidisciplinariedade.

A ação museológica, através da educação patrimonial, pode funcionar como agente capacitador do indivíduo, dando-lhe o poder de participação. Uma vez rompido o tabu, compreendendo que memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa de memória. (POLLAK, 1989, p.5). A ausência de interação e conhecimento sobre o mesmo é chamado pela museóloga e historiadora Heloísa Costa de insalubridade cultural:

Sem a formação de conteúdos e da consciência cultural, a população sofre da mais grave doença: a insalubridade cultural. Uma sociedade sem saúde cultural está fadada a morrer de falência múltipla dos órgãos, das instituições e dos seres humanos. Tal como se vê atualmente, no desenfreado e acelerado processo de urbanização sem planejamento com ênfase na escala humana; as cidades estão passando rapidamente de metrópoles a megalópoles. Os cidadãos são normóticos e reféns da equivocada noção de poder, na qual a atribuição de valor do patrimônio material e imaterial passa muito longe da identidade construída em diálogo e da memória como companheira indispensável da história, (COSTA, 2008, p.129)

Milton Santos em entrevista cedida à Rádio Jornal do Brasil comenta que vivemos num modelo perverso que culmina nas crises, entre essas a política e a das cidades, vividas atualmente. Para Santos, a dificuldade de agir de modo cidadão se explica de uma maneira clara: “Porque o Brasil jamais teve cidadãos. Nós, a Classe Média, não queremos direitos, nós queremos privilégios. Os pobres não têm direitos. Não há, pois, cidadania neste país, nunca houve. O consumo é que é hoje o grande fundamentalismo. ” (SANTOS, 2006) deste modo a cidadania vinculada a questão da construção identitária nacional é questionável, como explica Lins:

A questão das identidades nacionais surge na Europa no século XIX e, no Brasil, ganha força na década de 30. O problema da “Identidade Nacional” é que, para sua construção, geralmente se eliminam outras identidades, todas aquelas outras que incomodam ou que são pontos de conflito, no âmbito desse projeto unificador de identidade. Com ênfase na construção da identidade nacional, foram construídas inúmeras legislações de proteção do patrimônio, e é dessa maneira que são forjadas as instituições responsáveis pela proteção do patrimônio cultural nacional de diversos países, inclusive o Brasil. Essa mentalidade está presente até hoje e

perpassa muitas das ações ainda hoje vigentes. Nos Conselhos de Cultura Estaduais, no Conselho de Patrimônio Nacional, ainda perdura essa questão da Identidade Nacional e do caráter de excepcionalidade dos bens culturais. (LINS, 2010, p.58)

Lins também explica como se deu esse processo no Brasil expondo, o que consideramos grave, a invisibilização de indivíduos e narrativas históricas que ocorreu neste período:

Nesse processo, consolidado nos anos 30, tudo aquilo que não estava dentro de um princípio único foi eliminado, foi jogado de escanteio. Assim, ao longo de praticamente 70 anos de ações voltadas para a preservação dos bens culturais, apenas mais recentemente de maneira efetiva observa-se que outros elementos culturais de determinados segmentos da sociedade brasileira estão sendo efetivamente incorporados. Nesse processo de construção da identidade nacional eliminou-se temas da cultura afrodescendente, da cultura indígena, porque o que se tentou forjar era uma identidade brasileira que se espelhava principalmente nos segmentos da sociedade que sempre detiveram o poder religioso, econômico e político. (LINS, 2010, p.59)

Participando, atuando, compartilhando suas vivências. É dessa maneira que os cidadãos participam desta sociedade que faz parte desse novo mundo de novidades tão antigas e em que as diferenças sociais são tão presentes. Ao colocar a sua forma de ver o mundo, de maneira tão peculiar e sua forma de exigir seus direitos na suposta democracia, que deixa muitas vezes esse ‘*demos*’ à margem de seus direitos. No que nos afirma Agier (2011):

Desse modo, poder-se-ia registrar a maneira como um lugar é definido pelos atores urbanos quaisquer que sejam (desde o planejador até o habitante do fundo de um beco). Esse sentido do lugar supõe a cidade inteira como contexto de referência. Corresponde a uma cartografia imaginária dos cidadãos que vivem em certas partes da cidade continuando a ter, sobre os outros espaços, pelo menos algumas experiências, ideias ou imagens. (AGIER, 2011, p.67)

É nesse sentido que se faz tão importante o conhecimento do cidadão de sua cidade e a sua participação na vida social e política, para, deste modo, poder compartilhar suas referências, experiências e ideias tornando a salvaguarda e a administração dos bens culturais mais coletiva.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO

Tomemos a diretriz na qual a política vem a ser a arte da convivência, política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças. (ARENT, 1950, p.2) e a cultura como todo comportamento apreendido, transmitido de pai para filho, independente de uma transmissão genética ou biológica. Não a visão eurocêntrica na qual há apenas uma percepção de mundo e conseqüentemente de cultura.

Conviver com o novo sem esquecer a tradição como coloca o ex-ministro Gilberto Gil (2003):

Toda a política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas também no sentido de que é preciso intervir. [...]. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta. (GIL, 2003 p. 12)

São as políticas públicas (conjuntos de ações, atividades e programas desenvolvidos pelo Estado diretamente ou indiretamente) com a participação de entes públicos ou privados visando assegurar direitos civis, de forma longa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos que se afirmam por conta do reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais ou assegurados constitucionalmente. E as políticas públicas voltadas para cultura que podem restituir ao cidadão o seu direito de acesso à cultura.

Não é em vão que a conservação e priorização do conhecimento são um objeto de luta pelo poder travada entre as classes, indivíduos e grupos. De forma que, apesar de, na nossa sociedade na qual podemos perceber alguns avanços nesse campo temos muito que evoluir a exemplo das conquistas obtidas através das reuniões da ONU e da UNESCO, nas quais se convencionou os “quatro pilares da educação do futuro”, em que aprender a conviver é um deles:

Passando à descoberta do outro, necessariamente, pela descoberta de si mesmo, e por dar à criança e ao adolescente uma visão ajustada do mundo, a educação, seja ela dada pela família, pela comunidade ou pela a escola, deve antes de mais ajudá-los a descobrir a si mesmos. Só então poderão, verdadeiramente, pôr-se no lugar dos outros e compreender as suas reações. Desenvolver esta atitude de empatia, na escola é muito útil para os comportamentos sociais ao longo de toda a vida. Ensinando, por exemplo, aos jovens a adotar a perspectiva de outros grupos étnicos ou religiosos podem evitar incompreensões geradoras de ódio e violência entre adultos. Assim, o ensino das histórias das religiões ou dos costumes pode servir de referência útil para futuros comportamentos (UNESCO, 1994)

Desta forma temos a certeza de que somos, enquanto membros desta sociedade, ao mesmo tempo iguais e diferentes, devido a toda experiência histórica vivida e a relação que cada indivíduo teve e tem com os lugares em que viveu e conviveu.

É partindo destes princípios que nos deparamos com a importância da conservação da memória. Assim como os gregos e os romanos (Os gregos na sua forma de ver sempre colocam a memória e a imaginação no mesmo patamar, ou seja, lembrar e inventar tem ligações profundas. Enquanto que os romanos acreditavam que a memória é indispensável

para a retórica e desta maneira intrinsecamente ligada ao poder) fazendo então da memória um meio de luta temos ciência da importância que ela exerce na sociedade atual. Por conta disso as políticas culturais são tão importantes, como colocado por Jacileda Santos:

As políticas de preservação passaram a ser propostas com intuito de atuarem, basicamente, na esfera simbólica, tendo como objetivo reforçar a identidade coletiva. Nesse ínterim, o conceito de patrimônio cultural, nas instâncias especializadas, passa a ser aplicado aos bens culturais que sofrem intermediação do Estado por meio de agentes autorizados e de práticas socialmente definidas e juridicamente regulamentadas, [...] (SANTOS, 2011, p.71)

Nesse contexto se faz necessário que o Estado, como representante maior dos interesses do povo que o elegeu como tal, exerça políticas culturais nas quais o acesso à cultura e à conservação da memória e dos patrimônios materiais e imateriais sejam uma verdade inegável. De modo que, se continue o processo de edificação de identidades e consequentes patrimônios culturais:

No processo de construção social da memória edificam-se identidades e patrimônios culturais diversos. Nessa trajetória, o passado, algumas vezes, foi tomado como tesouro que se queria guardar. Imbuídas desse princípio, as políticas de produção da memória dão eco ao anseio dos seres humanos em dar resposta a uma eminente ameaça de esquecimento, se traduzindo no desejo de recuperar o passado e na vontade de memorizar e no dever de lembrar. (SANTOS, 2011, p.84)

No entanto o Estado não pode e não deve ser o único agente com poderes para definir tais políticas. A participação dos outros agentes envolvidos como apontam os estudos em políticas culturais é de extrema importância. A sociedade civil em seus diversos seguimentos deve também interagir, quem explana sobre isso é Albino Rubim:

A delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais é outra faceta essencial para o estudo das políticas culturais. Hoje, ao lado do tradicional e, por vezes, todo poderoso ator das políticas culturais, o Estado-nação, tem-se um conjunto complexo de atores estatais e particulares possíveis. A recente discussão sobre as políticas públicas tomadas como não idênticas ou redutíveis às políticas estatais tem enfatizado que na atualidade, elas não podem ser pensadas apenas por sua remissão no estado. Isto não implica em desconsiderar o papel ocupado pelo estado na formulação e implementação de tais políticas. Antes significa que, hoje, ele não é o único ator e que as políticas públicas de cultura são resultado da complexa interação entre agências estatais e não-estatais. (RUBIM, 2007, p.10)

Infelizmente, por conta do desgaste ocorrido nas relações entre a comunidade e os políticos, que a representa, vêm ocasionar o afastamento dos atores sociais e o desinteresse da população no sentido de cobrar dos órgãos competentes posições mais centradas nas necessidades da comunidade do que no mercado. O historiador Ubiratan de Castro Araújo fala sobre essa ausência do povo:

[...] A ausência do povo da política ou da luta pelo poder na cidade criou um grande vazio de poder que hoje está sendo ocupado, em Salvador, e já foi ocupado no Rio de Janeiro, pelo crime organizado. Assistimos hoje, na Bahia, à grande tensão de massacres que é parte da luta do crime organizado para se territorializar,

para conquistar, manobrar e dirigir espaços urbanos em que vivem pessoas que não têm nexos políticos e muito menos têm meios de defesa. Hoje, o grande esforço é de tentar recuperar esses espaços. (ARAÚJO, 2010, p.37)

Esse autor continua sua fala nos alertando para o desafio de trazer de volta ao palco político (no sentido de convivência entre diferentes) da população que desacredita que seus direitos serão respeitados:

Qual é o grande desafio para nós? Como fazer com que esse povo, que virou as costas para a política, volte a se integrar a uma nova política, que não seja a do aprisionamento de grandes massas sob o controle do capital ou de outras formas de controle massivo? Que a gente construa caminhos culturais que respeitem a diversidade dessa população e que passem a incorporá-la, não enquanto grande massa a serviço do capital, nem grande massa unida pela questão de salário e da condição de classe, mas enquanto segmentos diferenciados que possam ter oportunidades, tanto de uso de equipamentos como de expressão, formação e consolidação de identidade. (ARAÚJO, 2010, p.38)

Infelizmente a falta de políticas culturais que incentivem o cidadão a ser agente ativo de seu patrimônio tem sido costume do mesmo modo que a administração de cultura vem sendo negligenciada, e conduzida com a visão mercadológica, que destrói substancialmente os patrimônios. Temos como exemplo a administração carnavalesca que sequer é da pasta da cultura no nosso Estado (é administrado pelo turismo), ou seja, mais um exemplo de como em nosso país a cultura não é levada a sério. Canclini nos mostra sugestões para a solução:

Os estudos recentes tendem a incluir este conceito ao conjunto de intervenções realizadas pelo estado, das instituições civis e os grupos comunitários organizados a fim de alimentar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem e transformação social. Porém esta maneira de caracterizar o âmbito das políticas culturais necessita ser ampliado tendo em conta o caráter trans nacional e dos processos simbólicos e matérias na atualidade¹⁹. (CANCLINI, Tradução livre)

Porém, essa realidade paulatinamente tem sendo mudada. Um histórico de políticas culturais pode ser percebido na história recente do Brasil. Do pioneirismo acanhado das políticas do governo Getúlio Vargas, até a gestão Lula podemos notar as mudanças nas áreas de audiovisual, conservação do patrimônio material e imaterial o que nos traz ainda esperanças nesse sentido. Beltrão nos retrata esses avanços:

Inicialmente a categoria do patrimônio que mereceu a atenção foi que se relaciona mais diretamente com a vida de todos, o patrimônio histórico representado pelas edificações e objetos de arte. Paulatinamente, ocorre a passagem das noções de patrimônio histórico para o de patrimônio cultural, de tal modo que uma visão

¹⁹ Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad (Canclini, 2005, p.11)

inicial reducionista que enfatizam a noção do patrimônio nos aspectos históricos consagrados por uma historiografia oficial foi-se projetando até uma nova perspectiva mais ampla que inclui o “cultural”, incorporando ao “histórico” as dimensões testemunhais do cotidiano e os feitos não- tangíveis (BELTRÃO 2002, p. 3)

Com isso podemos perceber como fato irrefutável que a preservação do patrimônio histórico e cultural de uma nação, no caso a nossa, que é tão rica e múltipla em sua formação, atores sociais e manifestações culturais, como meio de crescimento enquanto nação plena conhecedora de seus direitos, deveres e história. Consequentemente, o conhecer da riqueza da nossa memória e patrimônios serão primordiais para o desenvolvimento total com uma convivência mais humana e cidadã.

Patrimônio Cultural é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer pelo seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Essa é a definição dada a patrimônio pelo Decreto-lei nº 25, na Carta do México em Defesa do Patrimônio Cultural, apresenta o patrimônio cultural de um país como "o conjunto dos produtos artísticos, artesanais e técnicos das expressões literárias, linguísticas e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente". Uma e outra definições, oriunda a primeira de um governo ditatorial e, a segunda, de uma organização de espírito democrático, Divergem apenas, expressamente, quando a Carta do México aponta os fatos do presente como passíveis de inserção no patrimônio cultural de um grupo, enquanto o Estado Novo mencionava apenas os fatos "memoráveis", (COELHO NETTO, 1997) Se faz necessário a educação voltada para o patrimônio para que o indivíduo tenha ciência do que realmente se trata e deste modo decidir , argumentar, preservar ou não determinado bem cultural.

Existe uma faceta da memória que, em alguns momentos, passa despercebida: a memória enquanto instrumento de poder. Poder este que é enfatizado quando da acessibilidade a cultura. Podemos dizer que a determinação de quem vê ou o quê, de quem tem acesso a determinados bens culturais e de como é contada a história, é um exercício de poder; deste modo deveria ser preservada e dada importância à memória que tenha real significância na sociedade. No entanto, o que realmente acontece é que poder é cooptado como ferramenta política a serviço da ideologia partidária vigente.

O fato de ter acesso físico a determinado bem cultural não significa dispor das ferramentas para decodificá-lo tornando-o assim ao mesmo tempo próximo e distante, ou seja, a possibilidade de acesso não é apenas o poder de “ver” determinado bem cultural, é poder

conhecer e entendê-lo. Cabe à educação patrimonial promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e as obras de cultura e arte. Esta aproximação é feita com o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu reconhecimento sensível e intelectual – com o que se desenvolvem apreciadores ou espectadores, na busca de formação de públicos para a cultura ou de iniciar esses indivíduos e coletividades na prática da preservação.

Se o olho da cidade está fechado para o significado histórico do monumento, o olho do monumento (e da história por ele representada) não está, este, fechado, e pode abrir-se a qualquer instante se uma determinada atividade cultural o contexto político o permitir ou sugerir[...]. (COELHO NETTO, 1997, p. 248).

O cidadão tem direito a ter acesso à cultura e a ter sua cultura respeitada. No entanto, ser cidadão não é apenas ter direitos. É também arcar com as responsabilidades e uma delas é a de aprender a salvaguardar essa memória. Então, mesmo num país que tende a priorizar o novo em detrimento do antigo, deve ser estimulado o senso crítico na população. A subjetividade de uma sociedade, mediada entre a palavra e a ação intencionando obter resultados históricos, a atual situação da participação do processo político de preservação do patrimônio cultural no município, antes de qualquer coisa, é um reflexo dos processos históricos que desencadearam então, a conquista de espaços destinados à construção de uma cidadania, preocupada com a permanência da memória coletiva, e da identidade cultural de uma sociedade, ávida de proteção do seu valiosíssimo patrimônio adquirido no passado, no presente e que participará ou não das transformações do futuro.

O ritmo de vida é acelerado, não há espaço e tempo para promover a memória nem para as rememorações, atitude obrigatória nas sociedades onde a oralidade é predominante. Habermas explora o tema na sua Teoria do Agir Comunicativo, mostrando que a grande fissura, o fosso que separa e que destrutura o mundo moderno é a desigualdade entre dois mundos nomeados por ele: mundo sistêmico e mundo vivido. O mundo sistêmico, composto pelo Estado e por suas formas institucionalizadas de poder, e o mundo vivido, o espaço da emoção, da realização pessoal e da liberdade, caminham em paralelo (COSTA, 2000, p. 79).

A convivência humana e a gestão pública são desafios encontrados nas sociedades. Sendo o homem um ser essencialmente social mesmo e ao mesmo tempo individualizado, é imprescindível que ele também faça parte de um todo, e que tenha seus direitos e deveres respeitados. E que respeite esta mesma regra: a sociedade ideal seria aquela em que uniformemente os direitos e as necessidades de todos fossem resguardados. Porém, longe desta utopia, nas sociedades em que vivemos temos variadas opiniões, ideologias e controvérsias. Como executar políticas que beneficiem a população em geral no sentido de fornecer ferramentas com as quais os acessos a bens culturais sejam garantidos. Estimulando assim o senso crítico dos mesmos, já que, falando especificamente da

realidade brasileira, reconhecemos que existe uma grande diferenciação socioeconômica. Faz-se necessário então que as diretrizes governamentais tenham uma visão mais ampla, para que seja possível diminuir sensivelmente as desigualdades existentes. No caso das políticas voltadas para o patrimônio essas ações são fruto de opiniões diversas. Que deve ter por fio condutor o bem comum e visando equalizar as disparidades sócio econômicas, como equalizar as resoluções na esfera pública? E deste modo, cair na armadilha do próprio idealismo, onde as “verdades” são sempre vistas como se fossem no singular e não no plural? De acordo com Celina Souza (2006) as políticas públicas começam como um ramo das ciências sociais, para ser mais exato, das ciências políticas capazes de orientar os governos nas suas decisões e entender como e porque os governos optam por determinadas ações. Entretanto as políticas públicas agem nas organizações locais a virtude cívica para promover o bom governo.

Destacando a capacidade do gênero humano de criar essas ideologias que só é equiparado à capacidade humana de não enxergar as liberdades e ideais do outro, impondo-se e fomentando conflitos. Em nome de “ideias de progresso” e de realizações milhares de vidas foram dizimadas (SANTOS, 1996, p.16) Ou seja, a história da humanidade nos comprova a periculosidade de políticas públicas nas quais a unilateralidade e idealismos exacerbados são impostos.

Cabe-nos então educar o olhar no sentido participatório da gestão política. Como nos alerta Boaventura de Souza Santos (1996) falando especificamente em relação ao processo educativo emancipatório no qual o objetivo principal do projeto “consiste em recuperar a capacidade de espanto e de indignação e orientá-la para a formação de subjetividades inconformistas e rebeldes” (SANTOS, 1996, p16).

Em vista da questão pública no âmbito de sua administração será mais igualitária quando educar-se e deste modo passar-se a perceber as individualidades culturais, o respeito a variedade cultural e a consciência dos direitos e deveres cooperando assim para uma administração participativa e mais humanizada. Então implantar e dar continuidade às políticas culturais, voltadas para a valorização e uso adequado do seu potencial enquanto cidade histórica e construtora de sua própria história é uma prioridade.

3.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA NAS POLÍTICAS CULTURAIS

Porque só valem artisticamente enquanto somos recriadores de nosso chão e de nosso povo. (Jorge Amado em Bahia de Todos os Santos – Guia de ruas e mistérios)

Costumeiramente, as políticas voltadas para o patrimônio cultural e a memória nas cidades têm girado em torno de planos de reconstrução, requalificação e/ou revitalização do espaço público. No entanto estes planos não trazem em suas formulações a preocupação com a educação patrimonial e a relação do cidadão com o seu patrimônio. Assim como diz a socióloga Maria de Azevedo Brandão: “Sob a justificativa de criação de oportunidades de trabalho e renda, o discurso oficial e os incentivos ao turismo através da valorização da ‘cultura’ e da ‘paisagem’ levaram à turistização de tudo, das práticas religiosas à manipulação do ambiente natural”. (BRANDÃO, 2010, p.42). Esse equívoco tem ocorrido com frequência nos projetos de revitalização, tal como nos diz Jacques:

Os projetos de ‘revitalização’ – esta denominação insinua que os espaços a serem ‘revitalizados’ estão mortos, sem vida, ou que o tipo de vida existente não é apropriado e deve ser substituído- são quase sempre projetos pacificadores e espetaculares. Dentro da mesma lógica espetacular, baseada na criação de imagens e construção de consensos urbanos, os espaços públicos contemporâneos, assim como a cultura, são vistos como estratégicos para a construção e a promoção de imagens de marcas consensuais de cidades, são pensados enquanto peças publicitárias, para consumo imediato, (JACQUES, 2014, p.15)

Esses projetos têm, com raras exceções, tentam criar uma vida artificial, apesar da boa intenção de revigorar o espaço público, no entanto sem a participação da sociedade podem incorrer em mudanças não tão bem-vindas, descaracterizar o espaço pasteurizar a imagem que se tem do local afastando o morador/frequentador do local.

[...] operações que visam mudar a imagem de degradação do lugar, substituindo funções, e/ou introduzindo novas funções, ocasionando também a funcionalização das relações sociais ali existentes e, conseqüentemente, a produção de espaços diferenciados, passíveis de reinserção no mercado imobiliário, o que somente poderá ser possível se forem supridas carências locais no que tange habitação, espaços públicos, áreas verdes, equipamentos de lazer, além dos aspectos culturais e dos econômicos (SANTOS, 2007, p. 44).

Alternativas são apontadas por Paulo Ormindo Azevedo falando especificamente do caso Comércio. Segundo Azevedo, o Centro Histórico, e conseqüentemente o bairro do Comércio precisam de um plano urbanístico e, acrescentamos, uma política de educação patrimonial, que integre esta área ao restante da cidade:

A requalificação da área central da cidade incluindo o Comércio exige a elaboração de plano urbanístico que não se restrinja a indicar monumentos que devem ser restaurados. É preciso integrar esta área à dinâmica da cidade. Do ponto de vista funcional, é preciso fortalecer a atividade habitacional, especialmente no C.H, onde

ela foi excluída em 1992. Existem ali 1.500 ruínas, que se prestam para um projeto do tipo “Minha casa, minha vida”, com a vantagem de ser central e já dispor de infraestrutura urbana. Atividades tradicionais devem ser fortalecidas como as ruas comerciais. Esta atividade sempre foi uma tradição da área, com sítios como a Conceição da Praia e ruas Portugal e Conselheiro Dantas, no Comércio, e Baixa dos Sapateiros, Rua Chile e Av. Sete de Setembro, na cidade alta. (AZEVEDO, 2016)

Tabela 06 – Levantamento dos estudos elaborados para o Comércio entre as décadas de 1970 e 2010

TÍTULO	ELABORAÇÃO	DATA	ENFOQUE
Programa de Revitalização – Salvador	Encomendado pela Prefeitura Municipal de Salvador	1977	Promoção de espaços públicos de encontro
Projeto Comércio	Prefeitura Municipal de Salvador/ solicitado por empresários da área	1987	Dinamização da área como centro financeiro bancário e comercial
Programa de Revitalização do Centro Comercial e Financeiro da Cidade Baixa	Instituto Miguel Calmon, em parceria com a Associação Comercial da Bahia	1992	Ações integradas da iniciativa privada e instituições governamentais, focando na mobilidade
Programa de Valorização Comércio/Pilar	Prefeitura Municipal de Salvador	1994	Incremento do uso habitacional e da vocação para comércio, serviços e turismo no trecho Pilar-Taboão
Estudo de Volumetria e Parâmetros Urbanísticos para a Área dos Armazéns 1 e 2 do Porto de Salvador	Prefeitura Municipal de Salvador	1995	Refuncionalização e reintegração ao tecido urbano dos armazéns 1 e 2 do Porto e do prédio da Receita Federal localizado entre eles
Programa de Arrendamento de Áreas e Instalações dos Portos Organizados da CODEBA	CODEBA	1997	Arrendamento de áreas e instalações dos Portos Organizados da Bahia, por meio de parcerias público privado
Estudo de Viabilidade Técnico-econômica e de Avaliação de Áreas Destinadas à Revitalização no Porto de Salvador	Contratado pela CODEBA e elaborado pela DREER Engenheiros Associados	1997	Definição de viabilidade técnica e econômica da revitalização da área dos Armazéns 1 e 2, para fins terciários e turísticos
Porto de Salvador: Estudo Locacional para Revitalização	Contratado pela CODEBA elaborado pela TCBR – Tecnologia e Consultoria Brasileira S.A	2000	Reconversão da faixa de cais polo de atração de atividades náuticas e turísticas, integrando-a com seu entorno
Projeto de Requalificação Urbana do Pilar	Faculdade de Arquitetura da UFBA, em convênio com a CONDER e CEF com a participação do Ministério das Cidades	2003	Elaboração de projetos de intervenção para a área do Pilar, com adaptação de imóveis em ruínas aos usos residencial, comercial, institucional, educacional e de hospedagem

Plano Urbanístico do Comércio (versão preliminar)	Encomendado pelo Escritório de Revitalização do Comércio (PMS) elaborado pelo consórcio TCBR e Concremat Engenharia	2006	Atração de novos investimentos da iniciativa privada para integrar as ações propostas desde 2000
---	---	------	--

Fonte: Santos, J. C., 2007

De acordo com essa autora, os estudos apresentados na tabela acima não chegaram a ser implementados na íntegra, sendo realizadas apenas algumas ações isoladas de alguns deles, nem mesmo o *Master Plan* elaborado no âmbito do Escritório de Revitalização do Comércio – estrutura criada em 2003, pelo poder público municipal, inexplicavelmente vinculada à, então, Secretaria Municipal de Transportes Urbanos (SMTU) e não à Secretaria Municipal de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente (SEPLAM) (SANTOS, 2007).

Além de processos de revitalização de um local que ainda continua vivo, mesmo com suas dificuldades, a não finalização destes projetos reforça o descrédito da população para com o local afastando-a. É a ideia de patrimônio cultural em sua forma de pertencimento que dará a um povo sua forma identitária enquanto povo. Reconhecendo que os campos de cultura não estão isolados a visão artística. A cultura é algo bem mais ampla, mais visceral.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recapitulando o que foi observado na pesquisa que deu origem a este escrito chegamos as seguintes considerações: a pesquisa aponta que um dos incômodos da população local é que os novos frequentadores/moradores não conhecem o histórico do bairro. Eles apontam isso como um dos fatores dá má conservação, vandalismo entre outras questões e que a cidade é tratada como produto turístico mercadológico. Usam o termo "museu" no sentido errado da palavra. A cidade musealizada passa a ser uma grande vitrine para o turista ver e não um espaço de memória e convivência. Um produto concebido apenas para consumo e não construído historicamente. O museu é lugar de contemplação, de pesquisa e repasse de conhecimento. Desse modo a cidade-museu ou cidade-patrimonial é também lugar de aprendizado e de epifanias.

O não conhecimento dos significados dos monumentos e da história local pode levar ao não pertencimento dos nativos soteropolitanos. A invisibilização e a transformação dos espaços de memória em apenas locais de passagem se dá, muitas vezes, por conta do desconhecimento da história e dos valores locais. Fato este que está tão naturalizado, seguido da “certeza” de que esses espaços são mantidos para que apenas o turista ao visitá-lo tenha uma “boa impressão”, o que afasta a população local que é criadora e guardiã destes bens culturais.

Acreditamos que o investimento em educação patrimonial e na formação de agentes multiplicadores do conhecimento entre os locais, sobre as questões históricas do bairro, poderá aproximar a comunidade dos monumentos e espaços públicos. Essa aproximação através do reconhecimento do potencial educativo do patrimônio na cidade, sua importância na construção dos indivíduos e na preservação da memória da cidade poderá oferecer aos cidadãos, caso os mesmos tenham tal interesse, recursos para o reconhecimento dos seus bens culturais.

Quando não preservamos o que é público acreditamos que ele não nos pertence. Isso pode ser produto da ausência ou ineficiência da educação histórica do cidadão e/ou, também, a forte influência dos interesses imobiliários que tendem a vender e lotear o patrimônio. Se o proprietário não sabe o valor que o seu imóvel tem, é facilmente ludibriado e suas posses são vendidas para terceiros. Também pode ocorrer que a construtora não saiba nada sobre o local ou o imóvel e apenas vislumbre uma possibilidade de lucro efetivo na derrubada e na nova construção. Todos esses fatores são oriundos da ausência de educação patrimonial desde a infância. E a não oferta de educação patrimonial

a partir as diretrizes do Ministério da Educação. É fruto da inconsistência de formação de base cultural e histórica e até mesmo de inadequada formação de valores éticos tão necessários à cidadania responsável em tempos de transdisciplinaridade.

A forma de poder existente nos espaços históricos patrimoniais e nos lugares de memória na contemporaneidade ainda mantém tendências hegemônicas que definem a memória oficial. É importante que os profissionais de patrimônio compreendam as relações de poder vigentes no patrimônio cultural para lutar para promover uma igualdade de acesso às informações para os usuários locais e uma visão crítica do lugar onde se vive. Explorar os conceitos de identidade, pertencimento e cidadania são fundamentais neste processo.

Mais que isso, ao reconhecer as diversas identidades contemporâneas, buscar através de uma visão crítica, abordar sobre o direito à memória e o empoderamento do cidadão, entendemos que as identidades não podem ser únicas e fixas, mas, sim, dialógicas, e percebendo também que as atuais dinâmicas vêm criando novas formas identitárias e com elas o sentido de pertencimento necessário para a absorção cidadã do patrimônio cultural. É importante saber ler nos vazios e ausências históricas as verdades ali retratadas

Para exercer poder esse cidadão precisa estar bem representado e ter voz e decodificar o seu patrimônio e suas representações de poder que estão inseridas nas simbologias e semiótica dos espaços históricos urbanos. Muitas vezes, os lugares de memórias são silenciados enquanto potenciais componentes atuantes e transformadores da sociedade; turva-se a memória coletiva da população e provoca-se a perda de referencial de figuras históricas de destaque, ou cotidianas, que lutaram e, por vezes, venceram as barreiras impostas por uma sociedade conservadora. É imprescindível tomar sempre o cuidado de não reproduzir, a uma escala menor, o modo de operação das grandes forças hegemônicas que monopolizam o conhecimento e impõem suas marcas identitárias. Trata-se de uma batalha conjunta.

O patrimônio cultural precisa assumir um caráter de prioridade e mesmo de eixo norteador de práticas de ensino, de ação de grupos sociais e/ou cidadãos individualmente que colaborem nesta batalha de dar autonomia e voz às múltiplas concepções e vertentes da história que sofreram com o apagamento estratégico e com uma invalidação de suas memórias.

Nesse caso, os cidadãos se tornam aliados da memória e como tal, passam a ser retalhos de uma vivência de mundo e de práticas que não fazem parte do tecido social.

Reverter essa situação contribuirá com a elevação da autoestima e a legitimação de

práticas e saberes diante de uma sociedade desprovida de si mesma, homogeneizada por uma globalização e formatada por uma estrutura de poder que concebe uma história de sentido único, fechada a interpretações que não sejam as interpretações oficiais, necessariamente, acrílicas e sufocadoras de diferenças.

Essas diferenças são os fluídos vitais de uma sociedade miscigenada e múltipla, que só se engrandece quando percebe e respeita suas diferenças; então, aprende com cada visão de mundo a perceber-se mais ampla de possibilidades e mais rica de recursos intelectuais e de memória. Essas duas variáveis são fundamentais para encarar o mundo contemporâneo de incertezas e permitem ao cidadão ser culturalmente capaz de perceber os diferentes vieses inseridos em um discurso quer escrito, quer falado, ou expresso em um monumento, sempre que esse acontecer de forma crítica consciente e atuante.

Porém, para que o patrimônio cultural que tenha efetiva participação na modificação da sociedade, faz-se necessário, que o cidadão tenha a oportunidade de realizar um maior aprofundamento e aprendizado dessas histórias “marginalizadas” bem como sua disseminação no campo educacional, principal elemento emancipador de nossa sociedade, e pouco a pouco dominando o saber geral para criar uma população consciente e crítica de suas realidades. Desse modo, estará posta a pedra fundamental para uma verdadeira experiência democrática com cumprimento de deveres e direitos fundamentais tais como o convívio cidadão pleno de direitos e voz ativa e as modificações do seu território.

Neste sentido, é necessário acrescentar ao patrimônio cultural material um componente indispensável que é o patrimônio imaterial. Muitas vezes não admitido pelas elites governantes. Essas formas de rememoração popular constituem memórias e histórias marginalizadas, mas plenas de vida social e de afeto, e, portanto, passíveis de serem introduzidas em ações de educação patrimonial.

Concluimos então que os frequentadores e moradores não se sentem representados nos monumentos históricos do bairro do Comércio e muitos não conhecem o bairro não podendo, desse modo, enquadrá-lo como lugar de memória. Cabe-nos então, ler nos vazios e ausências históricas as verdades, que somente essas retratam, fazendo-os entender o real papel do cidadão baiano na história mesmo quando essa tende a ficar escondida.

Mas também reconhecemos que há muito ainda a se descobrir sobre a relação usuário/frequentador e patrimônio cultural local.

Assim, essa dissertação nutriu a autora por dois anos de incessante pesquisa e

contribuiu para um alargamento do campo de análise sobre patrimônio cultural; mas não se encerra aqui, em verdade, ela é apenas o primeiro passo no longo caminho patrimonial que ainda resta a ser pavimentado. Que, ao menos, esse estudo estimule outras pesquisas e compartilhamentos

6. REFERÊNCIAS

- ABREU, José Guilherme. Arte pública e lugares de memória, *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Patrimônio*, Porto, 2005 I série, vol. IV, p.215-234.
- ABREU, José Guilherme. A problemática do monumento moderno, Boletim interativo da APHA, publicação nº 01, 2003. Disponível em <
<http://www.apha.pt/boletim/boletim1/editorial.htm>> acesso em 04 de jun de 2014.
- AGAMBEN, Giorgio. Profanações, São Paulo, Boitempo, 2007.
- AGIER, Michel Antropologia da Cidade. Lugares, Situações, Movimentos. São Paulo, terceiro Nome, 2011.
- AMADO Jorge, Bahia de Todos os Santos. Guias das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador, São Paulo: Livraria Martins Editora 2ª Ed. 1951.
- _____, Jorge, Tenda dos Milagres,
- ANDRADE Jr., Nivaldo Vieira de; ANDRADE, Maria Rosa de Carvalho; FREIRE, Raquel Neimann da Cunha. Avant-garde na Bahia: Urbanismo, arquitetura e artes plásticas em Salvador nas décadas de 1940 a 1960.
- ANDRADE Jr., Nivaldo Vieira de. Diógenes Rebouças e o Epucs: Planejamento Urbano e Arquitetura na Bahia, 1947-1950 *Urbana, Dossiê: Urbanistas e Urbanismo* v.5, n.6, CIEC/UNICAMP, 2013.
- ARAÚJO Ubiratan Castro de As cidades e suas contradições. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA Renata (orgs.). *Políticas culturais para as cidades*. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção CULT).
- ÁUGE, Marc. *Não Lugares*. São Paulo: Papirus, 2002.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. PDDU, *Patrimônio e paisagem*. Jornal A Tarde de 28/02/16.
- _____, Participação cidadã na defesa da cidade museu: Salvador, patrimônio mundial. *Seminário de Pesquisa “Cidades-Museu e Museologia: que contribuição tal relação pode oferecer à preservação dinâmica das cidades-museu?”*, GREMM/PPGMuseu: Salvador, 2014.
- BARROS, José Márcio. Cultura diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In. BARROS, José Márcio (Org.). *Diversidade cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p.15-22.

BAUMAN, Zygmund. *O mal estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

_____, *A Comunidade- A busca por segurança no mundo atual*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora,

_____, *Modernidade líquida*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora,

_____, *Identidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora,

BOCCIA, Leonardo. A cidade como fenômeno cultural na contemporaneidade In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA Renata (orgs.). *Políticas culturais para as cidades*. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção CULT).

BORDIEU, Pierre. O poder simbólico, Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é participação, São Paulo: Editora Brasiliense , 1983.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira, Museu e Museologia: ideias e conceitos abordagens para um balanço necessário, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - Brasil, 2010.

CAMPOS, Osvaldo. Pensando Salvador do Futuro, Mário Leal Ferreira, Revista

BahiaInvest-- maio de 2004. Disponível em <

http://osvaldocampos.blogspot.com.br/2009/04/quem-pensou-salvador-do-futuro-mario_13.html

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23,1994.

_____, . Definiciones en transición. In: MATO, Daniel. **Cultura, política y sociedad**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. p. 69-81.

CANEDO, Danielle. “Cultura é o quê?” - Reflexões sobre o conceito de Cultura e a atuação dos Poderes Públicos, V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador,2009, FACOM/UFBA.

CARVALHO Inaiá M. M. de, PEREIRA, Gilberto C. (org.) Como Anda Salvador, Salvador: EDUFBA: 2004.

CARNEIRO, Edison. A cidade do Salvador 1549- uma reconstituição histórica, Salvador: Civilização Brasileira, 1980.

CASTELLO, Lineu. *A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura e urbanismo*. Porto Alegre: PROPARG-UFGRS,2007.

CATARINO, Carolina, *Quando os deuses se materializam*, Patrimônio- Revista do IPHAN, Disponível em:< <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=44>>>, 2009, acesso em 10 de maio de 2012.

CRIPPA Giulia . DE SOUZA, Willian Eduardo Righini. A cidade como lugar de memória: mediações para a apropriação simbólica e o protagonismo cultural *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO* - v.2 n.2 - jul/dez de 2009. Disponível em <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus> acesso em junho de 2013.>

CHOAY, Françoise, A alegoria do patrimônio, São Paulo: estação Liberdade, Editora UNESP, 2001.

_____. O Urbanismo. Editora Perspectiva, 3ª Edição, 1965.

COELHO, Maria das Graças Pinto. Cidadania Cultural, Uma Lícita Reinvenção da Rede Imaginária Global. Texto apresentado XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação- Belo Horizonte.

COELHO NETTO, J. Teixeira. Usos da cultura: políticas de ação cultural v. 16, *Coleção Educação e comunicação* Editora Paz e Terra, 1986.

_____, Dicionário Crítico de Política Cultural v. 16, *Coleção Educação e comunicação* Editora Paz e Terra, 1986.

COSTA, Heloísa Helena F. Gonçalves da, Museologia e patrimônio nas cidades contemporâneas, Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 87-101, jan.-abr. 2012

_____, O patrimônio como ferramenta da pedagogia social da inclusão.

_____, Atribuição de valor ao patrimônio material e imaterial: Afinal, com qual patrimônio nos preocupamos? IN: CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues. GRANATO, Marcus. BEZERRA, Rafael Zamorano. BENCHETRIT, Sarah Fassa. (orgs.) *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material* Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, Sergio. Diferença e identidade: a crítica pós-estruturalista ao multiculturalismo.

In: VIEIRA, Liszt (org.) *Identidade e globalização: impasses e perspectivas da identidade e da diversidade cultural*. RJ: Record. 2009.

_____, Da desigualdade à diferença: direito, política e a invenção da diversidade cultural na América Latina. *Contemporânea*, v. 5, n. 1 p. 145-165, Jan.–Jun. 2015.

DaMATTA, Roberto. *A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª edição, Rio de Janeiro, 1997.

DEILJAICOV, Alexandre. Entre rios, História da urbanização da cidade de São Paulo, Documentário, FAU/USP, São Paulo, 2011.

DESVALLÉS, André. MAIRESSE, François. Conceitos-chaves em museologia, ICOM/Armand Colin/ Museu da língua Portuguesa, São Paulo: Comitê do Conselho

Internacional de Museus, 2013.

DOREA, Luiz Eduardo. Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas, Salvador: EDUFBA, 2006.

ETCHEVARNE, Carlos Alberto. A complexa relação entre tradição e inovação nas cidades-patrimônio. Seminário de Pesquisa “Cidades-Museu e Museologia: que contribuição tal relação pode oferecer à preservação dinâmica das cidades-museu?”, GREMM/PPGMuseu: Salvador, 2014.

FERNANDES Rosali Braga. Processos recentes de urbanização / segregação em Salvador: o miolo, região popular e estratégica da cidade. Revista Bibliográfica de Geografía Y Ciencias Sociales (Serie documental de *GeoCrítica*) Universidad de Barcelona Vol. IX, nº 523, 2004.

FERRARI, Celso. Dicionário de Urbanismo. São Paulo: DISAL, 2004.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS, site oficial disponível em <<http://www.culturafgm.salvador.ba.gov.br/>> acesso em junho de 2014.

GODIM, Linda.M.P. O Dragão da Cultura contra a cidade partida O centro Cultural Dragão do Mar e a problemática do espaço público em Fortaleza. Anais dos encontros nacionais da ANPUR, 2001.

GUARNIERI, Valdisia Russo, Museu, Museologia, Museólogos e Formação, Revista Museo 2º semestre, 1989.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

HALL, Stuart. A identidade Cultural na pós-modernidade tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 10ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____, *Da diáspora - Identidades e mediação cultural*, Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Os lugares de memória. In: SILVA, René Marc da Costa (Org.). Cultura popular e educação: Salto para o futuro. Brasília, Secretaria de Educação à Distância- SEED, 2008. p.111-118.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPAC, Regimento do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – Site Oficial Disponível em: < <http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/institucional/regimento/#conten> 2003.

_____, Cadernos do IPAC 5, A festa de Santa Barbara, Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural, Carta de Brasília, 1996.

_____, Carta de Veneza, 1964.

_____, Carta de Quebec, 2008.

JACQUES, Paola Berenstein. Experiência errática. *Redobra*, Salvador, n. 9. 2012, p. 192-204.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. In JARDIM, José Maria A invenção da memória nos arquivos públicos. Revista Ciência da Informação – V. 25, n. 2, 1995.

JORGE, Vitor Oliveira Patrimônio e neurose contemporânea? Alguns apontamentos sobre a memória coletiva na Idade da Fragmentação. In: JORGE, Vitor Oliveira (Org.) Conservar para que? 8ª Mesa-Redonda da Primavera, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2005.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Mariana de Andrade. Fundamentos de metodologia científica, 5ª ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LINS, Eugênio d'Ávila. SANTANA, Mariely Cabral de. (Orgs.), Salvador e a Baía de Todos os Santos – Guia de Arquitetura e Paisagem, SECULT-BA/ Junta de Andaluzia, Salvador- Sevilla, 2012.

LINS, Eugênio d'Ávila. Patrimônio cultural questões para um debate. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA Renata (orgs.). *Políticas culturais para as cidades*. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção CULT)

_____, A complexa relação entre tradição e inovação nas cidades-patrimônio. Seminário de Pesquisa “Cidades-Museu e Museologia: que contribuição tal relação pode oferecer à preservação dinâmica das cidades-museu?”, GREMM/PPGMuseu: Salvador, 2014.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. Memória. In: _____. *História e Memória*. 2ª ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LEMOS, Carlos A.C. *O que é patrimônio histórico*, São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1960.

MAIA, Felícia Assmar. Direito à Memória: o Patrimônio Histórico, artístico e cultural, e o

poder econômico, *Revista Movendo ideias*, v 08, n.13, p.39-42, jun 2003.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. Caixas de Memória. *Revista Ciências e Letras*. Porto Alegre, nº 31, p. 297-305, Jan/Jun 2002.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *Como escrever a história de sua cidade*, Belo Horizonte: ICAM, 2006.

MARZADRO, Flávio. O público na arte pública: presenças discursos, experiências e ativação no bairro do Comércio, em Salvador da Bahia, *Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo -UFBA*, 2014.

MASSENZIO, Marcello. *A história das religiões na cultura moderna*. São Paulo: Hedra, 2005.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Bahia no Século XIX- Uma província do Império*, Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1992.

MENESES, José Newton Coelho. Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte; Crisálida, 2009. p.32-45.

MENESES, Upiano T. Bezerra. O Museu na Cidade X A Cidade no Museu- Para uma abordagem histórica dos museus de cidade. *Revista Brasileira de História*, v.5 nº8/9, p. 197-205, São Paulo, 1985.

MULLER, Lourenço. A complexa relação entre tradição e inovação nas cidades- patrimônio. Seminário de Pesquisa “Cidades-Museu e Museologia: que contribuição tal relação pode oferecer à preservação dinâmica das cidades-museu?”, GREMM/PPGMuseu: Salvador, 2014.

NORA, Pierre. Entre a Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História, Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*, PUC/SP, São Paulo, nº 10, dezembro, 1993.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. *Conhecendo a história da Bahia – da pré-história a 1815*, Salvador: IGHB, 2013.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *História de um banco - O banco Econômico*, Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico, 1993.

ORTEGOSA, Sandra Mara. Cidade e memória: do urbanismo “arrasa-quarteirão” à questão do lugar, *Revista Arqutextos*, ano 10, set. 2009. Disponível em <
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/10.112/30>> Acesso em 12/08/2013.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28

PINHO, Wanderley. *A abertura dos Portos na Bahia – Cairu, os ingleses, a Independência*. Salvador: EGBA, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, vol.02, n.3, p.3-15, 1989.

PRYSTHON, Ângela. Negociações na periferia: mídia e jovens no Recife. Salvador: *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2002.

RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004.
_____, *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2013.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos 205).

ROUANET, Sérgio Paulo, Política Cultural: Novas perspectivas. In ALMEIDA, Cândido José Menezes de. *Marketing cultural ao vivo: depoimentos*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

RUBIM, Antonio Albino Canelas Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

SADALA, Maria Lúcia Araújo. A fenomenologia como método para investigar a experiência vivida uma perspectiva do pensamento de Husserl e de Merleau Ponty. *Anais do II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos*: Bauru, 2004. Disponível em: < <http://www.sepq.org.br/iisipeq/anais/pdf/gt1/12.pdf> >

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Salvador: Oiti Editora, 2014.

SANTOS, Jacileda Cerqueira. “Revitalização” da área do Comércio em Salvador-Ba: a construção de consensos sobre requalificação de áreas centrais urbanas. Dissertação (Mestrado). Pós Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

_____, Entraves do processo de requalificação urbana do bairro do Comércio em Salvador In: *Urbi Centros #3 Morte e vida dos centros urbanos*, 2012.

SANTOS, Adalberto S. Patrimônio e memória: da imposição de identidades à potencialização de atos coletivos. VII ENECULT (2011). Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7663/1/Políticas_artigo4.pdf>

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, Luiz Eron da *Reestruturação Curricular: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. – Porto Alegre: Sulina, 1996.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____, *O centro da cidade de Salvador/estudo de geografia urbana*. São Paulo:

editora da USP; Salvador: EDUFBA, 2008.

_____, *O espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998.

_____, *Por outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SROUR, Robert Henry. *Poder, Cultura e Ética nas Organizações*, cap.04 pg.140 à161, São Paulo, Editora Campus, 1998.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização Salvador da Bahia no século XIX*, Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SERRA, Ordep José Trindade. *O simbolismo da Cultura*. Salvador: EDUFBA, 1991.

SERPA, Ângelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, Pedro A. LOBATO, Roberto. Pinataudi, Silvana M. *A cidade contemporânea: segregação*. São Paulo: Contexto, 2013.

SCHEINER, Teresa Cristina *Museologia e Pesquisa: Perspectivas na atualidade*, MAST Colloquia, vol. 7, p-85-100 Rio de Janeiro, 2005.

_____ Museus e Museologia: Uma relação científica, *Ciência em Museus*, p.59-63, 1989.

_____ Sobre Laços, caminhos Pontes e Museus, *Revista Museu*, 2005, disponível em <<http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5956#>> acesso em 26/04/2014

_____ *Desvelando o Museu Interior*, 2009.

_____ Museology and Museums: a relationship to build. In: ISS, ICOM, n.12.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu. LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre A “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto, *Revista Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n.23, p.37-50, jan/jun 2005.

SIMAS FILHO, Américo *A Evolução física da Cidade de Salvador*, CEAB-FAUFBA, Vol.4 (inédito).

SILVA Edna Lúcia da, MENEZES Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. rev. atual. , Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) *Identidade e diferença- A perspectiva dos Estudos Culturais*. 15 Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SROUR, Robert Henry. *Poder, Cultura e Ética nas Organizações*, cap.04 pg.140 à161, São Paulo, Editora Campus, 1998.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*, Salvador: EDUFBA, 2008.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VARINE, Hugnes. *As raízes do futuro. O patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Mediatrix, 2013.

VER HUELL, Quinjin Maurits Rodolph. *Minha primeira viagem marítima 1807-1810*, Salvador: EDUFBA, 2009.

VIEIRA. Listz. (Org) *Identidade e globalização: impasses e perspectivas da identidade e a diversidade cultural*. São Paulo- Rio de Janeiro: Editora RECORD,2009, p35-52.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII, vol. 1*, Salvador: Editora Itapuã,1969.

ZWEIG, Stefan, *Brasil o país do futuro*, 1941, e-book Disponível em: <
<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/paisdofuturo.html>> Acesso em 05 de março de 2015.

GLOSSÁRIO.

- **MEMORIAL/MONUMENTO** – Obra escultórica destinada a transmitir à posteridade a memória de uma pessoa ou um acontecimento;
- **BUSTO** - Representação de uma figura humana que compreende a cabeça, o pescoço, os ombros, o princípio do tronco;
- **EFÍGIE** – Perfil de um rosto gravado em uma medalha;
- **MEDALHÃO** – Motivo de decoração esculpida, que tem o formato de uma grande medalha circular ou oval;
- **HERMA** – Todo busto ou figura em meio corpo prolongando-se em pedestal;
- **CHAFARIZ** – Elemento arquitetônico que jorra água potável;
- **ESCULTURA** – Arte de criação de formas em três dimensões (técnicas: esculpir, talhar, modelar);
- **ESTÁTUA** – Escultura de vulto lavrada, fundida ou modelada, representando uma figura humana ou animal que constitui uma representação realística de tamanho variado, podendo ir do tamanho natural até as grandes dimensões da estátua colossal;
- **MARCO** – Elemento de demarcação de fato representativo;
- **PAINEL** – Superfície emoldurada em uma obra arquitetônica.

Fonte: Fundação Gregório de Matos

APÊNDICE A .MODELO DO QUESTIONÁRIO/ ENTREVISTAS
IDENTIDADE E PRESERVAÇÃO DE ESPAÇOS HISTÓRICOS E PATRIMONIAIS:
UM ESTUDO DO BAIRRO DO COMÉRCIO

Prezado (a)

Este formulário faz parte da pesquisa de Mestrado intitulada "Identidade e Preservação de Espaços Históricos e patrimoniais: um estudo do bairro do Comércio" Salvador - BA da mestrandia Maria Estela Lage Santos que faz parte do Programa de Pós Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia. Precisamos conhecer sua opinião sobre essa cidade que é uma das mais fascinantes cidades brasileiras e, em específico, sobre o bairro do Comércio situado nesta cidade.



Para você onde começa e onde termina o bairro do Comércio ?

O que você considera patrimônio neste local?

Já houve alguma mobilização da qual você tenha participado (curso, palestra, seminário, etc.) que tenha como tema este bairro como lugar importante? Onde ocorreu isso?

Você guarda alguma memória afetiva relacionada ao bairro do Comércio?

() sim () não

Você acredita que a falta de conhecimento histórico sobre o bairro influencia na preservação dos espaços públicos?

() sim () não

Em sua opinião, qual o maior motivo para o abandono de monumentos, imóveis e das praças neste bairro?

ANEXO A – Transcrições e Explicações

- 1) Agnósia visual – Oliver Sacks é neurologista inglês que escreveu sobre uma série de casos de patologia neurológica em seu livro “O homem que confundiu sua mulher com um chapéu”; conta casos de pacientes que, mesmo mergulhados em suas ilusões e deficiências cerebrais, preservam sua imaginação e constroem uma identidade moral própria. O primeiro caso relatado é o do Dr. P. , que sofria de agnósia visual “o homem que confundiu sua mulher com um chapéu” que passou a não reconhecer os rostos e vê-los onde não existiam. Professor de música em uma universidade (onde os sintomas da doença começaram a aparecer) O Dr. P. trabalhava normalmente, sem notar qualquer problema pois passou a reconhecer seus alunos pela voz ou jeito de tocar, passando por dificuldades e gafes a exemplo de passar a mão num hidrante pensando ser uma criança. Após muitos exames oftalmológicos constatou-se que sua visão era perfeita e que talvez o problema fosse neurológico, o que levou o Dr.P. a conhecer o Dr. Sacks. (SACKS, 1997).
- 2) Transcrição do jornal:

“Foi criado o Instituto do Cacau
As bases da sua organização
O sr. Interventor Federal neste Estado assinou ontem o decreto criando o “O Instituto de Cacau da Bahia”, o qual ficou com o seu patrimônio inicial de dez mil contos de réis.
(Imagem: Sr, Arthur Neiva Interventor Federal)
São seguintes as bases da nova organização:

 - a) Promover a prosperidade na lavoura de Cacau no Estado da Bahia e amparar os legítimos interesses dos respectivos lavradores.
 - b) Difundir de todos os meios práticos e eficientes ensinamentos de técnicas modernas, relativos à cultura, trato e beneficiamento do cacau e aproveitamento de seus subprodutos.
 - c) Proceder às pesquisas, análises e experiências para a concessão de seus fins, mantendo necessários laboratórios e estações experimentais;
 - d) Fomentar o desenvolvimento na zona do cacau, de outras culturas e indústrias que concorram para uma boa organização de sua economia rural e evitem os males da monocultura;
 - e) Facilitar aos lavradores associados aquisição de máquinas, adubos e inseticidas e todas demais aparelhagens necessárias à cultura agrícola moderna;
 - f) Facultar aos agricultores associados empréstimos a prazos longos e juros módicos, sob a garantia de uma primeira hipoteca de imóveis rurais e urbanos, ou concessão de hipotecas nas mesmas condições, destinados exclusivamente a fins reprodutivos e a financiamento de lavoura e indústrias conexas;
 - g) Fazer aos lavradores e associados adiantamento em curto prazo destinado a custeio de lavouras e movimentação de suas safras sob o motivo de penhor agrícola, ou mercantil, efeitos comerciais e realização pronta ou de garantias julgadas absolutamente idôneas pela diretoria do “Instituto”, pra a movimentação de suas safras;
 - h) Organizar serviços de informações comerciais, estatística e propaganda do ciclo da Bahia, e quando necessário demais produtos a que se refere a letra “d” deste artigo mantendo para tal fim centros de informações aconselháveis no país e no estrangeiro, bem como editar publicações necessárias e promover (...) e exposições;
 - i) Construir e manter armazéns adaptados ao depósito do cacau e aparelhados para a inspeção, beneficiamento, classificação, triagem, ensacagem e perfeita conservação da produção, aos quais poderão ser concedidas vantagens de armazéns gerais, e que serão entrepostos oficiais e obrigatórios para o cacau exportado no Estado;
 - j) Incumbir-se da venda do cacau que lhe foi consignado por lavradores associados mediante comissão de dois por cento;
 - k) Organizar os tipos comerciais de exportação do cacau baiano;
 - l) Promover o aproveitamento industrial do cacau, como, quando e onde mais vantajoso para a economia do Estado e da lavoura podendo para tal construir e explorar organizações industriais necessárias;
 - m) Organizar, onde conveniente, cooperativas rurais de produção e crédito com caráter de sucursais ou agências locais para distribuição e fiscalização do crédito e organização da produção;

- n) Propor aos poderes públicos medidas de caráter governamental, definitivas ou de emergência, necessárias ao progresso e amparo da lavoura e do comércio da produção;
 - o) Promover, auxiliar ou contratar o levantamento das plantas cadastrais dos municípios da zona do cacau;
- O Instituto será administrado por um presidente e quatro diretores eleitos pelos lavradores, cinco anos cada um.

ANEXO B - Reportagens atualizadas sobre o bairro do Comércio

Casarões em situação de risco são demolidos no Comércio

As edificações foram condenadas pela Defesa Civil e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Matheus Fortes | 20/05/2015 - 07:42

(<http://bahia.ig.com.br/2015/05/20/casaro-es-em-situacao-de-risco-sao-demolidos-no-comercio>)

Após o incidente da última segunda-feira, 18, que ocasionou a morte do marinho Olberdan Santos Barbosa, de 32 anos, a Prefeitura de Salvador, através da Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom), iniciou o processo de demolição de três casarões que estavam em situação de risco. Uma das “cascas” – nome dado às estruturas externas dos casarões quando as paredes internas já não existem mais – ficavam no pé da Ladeira do Taboão, no Comércio, ao lado do antigo Elevador do Taboão, e as outras duas, na Ladeira da Preguiça, onde ocorreu a tragédia.

As edificações foram condenadas pela Defesa Civil e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Desde o dia 10 de abril, a Sucom realiza demolições de imóveis com risco de desabamento em Salvador. Até a última segunda-feira 18, foram demolidos 17 imóveis. Os agentes também retiraram escombros na Baixa do Fiscal e na Avenida Vasco da Gama.

A estrutura interna do casarão no Taboão cedeu durante as chuvas intensas do último sábado, mas não deixou feridos. Assim como o imóvel do Comércio, os dois outros casarões da Preguiça integravam o conjunto arquitetônico do Centro Histórico de Salvador, tombados pelo Patrimônio Mundial da Unesco. As áreas onde se encontram os imóveis são de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Para que uma demolição aconteça, o imóvel deve ser avaliado pela Coordenadoria de Defesa Civil (Codesal), que solicita a execução à Sucom. Quanto aos imóveis que fazem parte do Patrimônio Histórico da Cidade, o Iphan precisa também autorizar a ação. Desde o início da Operação Chuva, a Sucom realizou cerca de 620 vistorias em apoio à Codesal.

Dada a impossibilidade de manutenção e o alto risco de novos desabamentos, o Iphan havia recomendado a demolição dos remanescentes das ruínas dos imóveis de nº 07 e do edifício de nº 09, na Preguiça. Além disso, o Instituto afirma, em nota de sua superintendência na Bahia, que “ingressará com ações judiciais contra os proprietários das ruínas abandonadas por dano irreparável ao patrimônio cultural, agravado pelo lamentável acidente causado, sendo aplicada a penalidade de multa [valor desconhecido] aos responsáveis”.

Há aproximadamente um ano, a Defesa Civil (Codesal) já havia notificado os responsáveis e vizinhos acerca da situação de risco dos edifícios. Os imóveis envolvidos no incidente eram objeto do Decreto de nº 24.435, de 07 de Novembro, da Prefeitura, declara que imóveis nas ruas do Sodré, Carlos Gomes, Ladeira da Preguiça e Visconde de Mauá, tendo objetivo de

implantar o Projeto de Requalificação do Entorno da Ladeira da Preguiça e Adjacências, sob a responsabilidade do Município, além de proteger a área de risco.

Na tarde da última segunda-feira, 18, a Sucom já havia demolido outro casarão secular na Rua do Sodré, no Dois de Julho. A edificação pertencia ao município de Uibaí – a 536 km de Salvador – e apresentava uma enorme rachadura, ocasionada pelas chuvas do último sábado, 16.

CASARÕES

O Centro Histórico de Salvador possui aproximadamente cinco mil imóveis, dentro de todo seu conjunto arquitetônico, tombados pela Unesco, e que estão espalhados por regiões do Pelourinho, Centro, Comércio e demais localidades da Cidade Baixa. O último levantamento das edificações com estrutura precária e risco de desabamento, no entanto, é de 2009, contendo 111 imóveis que foram notificados pela Defesa Civil. Por estar desatualizado, no relatório técnico não constam os imóveis da Ladeira da Preguiça, envolvidos na tragédia desta segunda-feira, 19.

No levantamento, uma grande parte dos casarões em risco, está localizada na área do Comércio. Em contato com a assessoria da Defesa Civil, o órgão municipal afirma que ainda não há previsão de quando será feito um novo estudo sobre os casarões antigos da cidade, visto que todos os esforços de pesquisa estão concentrados no Plano Diretor de Encostas que também se encontrava com números defasados – atualizados pela última vez em 2004.

Comércio: desafio é atrair a classe média

Gilson Jorge dos Santos

Sáb, 18/04/2015 às 15:44

A vista para a Baía de Todos-os-Santos já atraiu à região da Contorno empreendimentos de alto padrão, como o Porto Trapiche e o Cloc Residence, ilhas de luxo entre imóveis habitados por famílias de baixa renda. Agora, a Conder planeja atrair, em um primeiro momento, 139 famílias de classe média para ocupar casarões situados entre a Conceição da Praia e a Ladeira da Montanha, dentro do Projeto de Revitalização do Centro Antigo de Salvador. Além disso, outras 413 unidades habitacionais para baixa renda devem ser reformadas para uso por meio do Programa de Habitação de Interesse Social.

"O desafio é atrair essas pessoas", avalia a diretora do Centro Antigo de Salvador, Beatriz Cerqueira Lima, que coordena o projeto de revitalização da área. O fundo imobiliário que está sendo negociado entre o governo do estado e a Caixa Econômica Federal prevê o empréstimo de dinheiro para quem esteja interessado em adquirir casarões na área para morar ou montar um negócio.

Somente para essa primeira etapa do projeto, que foca o trecho entre a Contorno, a Conceição da Praia e a Ladeira da Montanha, devem ser empenhados R\$ 43 milhões, numa das estratégias que estão sendo adotadas pelos poderes públicos para atrair a classe média.

Um público que frequenta a área para trabalhar, resolver questões burocráticas e até ir a restaurantes e bares da moda, mas ainda não se vê morando no bairro. "O Comércio, assim como toda a Cidade Baixa, tem grande potencial para o mercado imobiliário. Mas falta terreno para construir", afirma o corretor de imóveis Wesley Brito, para quem as incorporadoras têm o maior interesse no desenvolvimento do bairro como mercado imobiliário, mas enfrentam restrições em uma área com muitos imóveis tombados.

Luta antiga A tentativa de atrair a classe média é só um capítulo a mais na antiga luta para revitalizar uma das áreas mais bonitas da cidade, que, apesar de ter equipamentos como o Mercado Modelo, o Museu de Arte Moderna e um belo conjunto arquitetônico, ainda não conseguiu se firmar como um porto para investimentos.

Depois de dez anos em negociação, por exemplo, a rede que administra os hotéis Hilton desistiu de ocupar as ruínas do famoso casarão de fachada de azulejos que durante anos abrigou um supermercado da extinta rede Paes Mendonça. No seu lugar deve ser construída a nova sede do Arquivo Municipal, segundo anunciou recentemente o secretário municipal de Cultura e Turismo, Érico Mendonça.

Casarões em ruínas abrigarão espaços culturais no Comércio

Jair Mendonça Jr.

Sex, 03/04/2015 às 09:51

(<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1671441-casaroes-em-ruinas-abrigarao-espacos-culturais-no-comercio-premium>)

Após 10 anos de indefinição, os quatro casarões que abrigariam o Hotel Hilton, no bairro do Comércio, serão desapropriados e darão lugar ao Museu da Música, ao Arquivo Público Municipal, dentre outros espaços da administração municipal. A informação é do secretário de Cultura e Turismo de Salvador, Érico Mendonça.

Em visita ao Grupo A TARDE esta semana, o chefe da pasta afirmou, com exclusividade, que após tentativa frustrada de acordo com os proprietários, a prefeitura, que entrou com processo em 2013, resolveu dar um destino aos espaços.

"Não podemos mais esperar pela decisão deles sobre o futuro desses imóveis. Os casarões são antigos e correm risco de desabar. Nossa ideia é transformar esse imóvel (onde seria o Hotel Hilton) no Museu da Música, para contar a história da música brasileira relacionada com a música baiana", adiantou Mendonça.

Segundo o secretário municipal, o conjunto passará por várias intervenções, mas a ideia é que a arquitetura seja preservada. Outra novidade anunciada pelo gestor é a transferência para uma dessas unidades do Arquivo Público Municipal, que atualmente funciona na Fundação Gregório de Mattos, na praça Castro Alves,

"Atualmente, o espaço onde está situado o Arquivo Público - que guarda todo o acervo bibliográfico do poder municipal e é muito utilizado por pesquisadores - é bastante pequeno. Queremos levá-lo para um espaço maior, que comporte, inclusive, peças raras que fazem parte da história de Salvador", revela o secretário.

Investimento

Os recursos para esse e outros projetos estão garantidos, segundo Mendonça.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dentro do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur), vai liberar US\$ 105 milhões para a prefeitura. "Desse total, sobraria ainda verba para custear intervenções em alguns pontos da cidade", afirma o secretário.

A equipe de reportagem do A TARDE foi ontem ao bairro do Comércio para acompanhar a

reação dos frequentadores à notícia. Comerciantes, taxistas e turistas ficaram surpresos com o projeto e elogiaram a iniciativa.

O taxista Plínio Mota, que trabalha na área, disse que o local está precisando de melhorias há muito tempo.

“O casarão está em ruínas. Já caíram, inclusive, azulejos no carro de um colega. As pessoas passam por aqui com medo. Se essa reforma for mesmo acontecer, vai melhorar não só a paisagem, mas a vida de todos que passam por aqui”, disse ele.

José Roberto, gerente de uma loja localizada ao lado dos casarões, torce para que a iniciativa da prefeitura agregue valores e, principalmente, traga segurança para o local.

Exploração

sexual

"O projeto vai beneficiar a todos. Seria um sonho ver esses imóveis recuperados. É uma parte importante da cidade e merece ser preservada. Há muitos anos que eles só servem para abrigo de usuários de drogas. Sou pai e é muito triste ver crianças sendo exploradas sexualmente nesses locais em troca de pedras de crack", desabafou o gerente.

Marinha esclarece sobre cessão de área no Comércio

Joyce Souza

Ter, 08/03/2016 às 22:30

(<http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1751001-marinha-esclarece-sobre-cessao-de-area-no-comercio>)

seg, 18/05/2015 às 08:16 | Atualizado em: 18/05/2015 às 08:19

Depois de o governo baiano ter divulgado acordo firmado com a Marinha para a implantação do novo centro de convenções de Salvador, onde atualmente funciona a sede dos Fuzileiros Navais, no bairro do Comércio, o 2º Distrito Naval divulgou nota ressaltando que "a retirada da instituição do bairro somente se dará após o recebimento total e definitivo da nova sede, em plenas condições operacionais".

No início da semana, o secretário de Turismo, Nelson Pelegrino, anunciou o acordo, prevendo entre as compensações em estudo a construção da base para os fuzileiros em Aratu.

Mesmo enfatizando que as negociações ainda não estão sendo tidas como concluídas para a Marinha, o 2º DN reconheceu a possibilidade de um acordo nesse sentido: "Essas instalações devem ser construídas em local que atenda aos requisitos estratégicos e que não impliquem prejuízos ao funcionamento do grupamento e ao cumprimento das respectivas tarefas, sendo possível a utilização de área da Marinha situada no interior do Complexo Naval de Aratu", diz a nota.

Comércio: muro de casarão desaba sobre casas e deixa feridos

Da Redação

Seg, 18/05/2015 às 08:16 | Atualizado em: 18/05/2015 às 08:19

(<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1681733-comercio-muro-de-casarao-desaba-sobre-casas-e-deixa-feridos>)

O muro de um casarão desabou sobre duas casas na ladeira da Preguiça, no bairro do Comércio, em Salvador, na manhã desta segunda-feira, 18. O incidente pode ter causado pela forte chuva que atinge a cidade desde a noite deste domingo, 17.

Dois moradores, que seriam irmãos, ficaram soterrados. Um foi rapidamente retirado dos escombros por vizinhos e passa bem. O outro também foi retirado, porém com ferimentos graves.

Ambos receberam os primeiros socorros da equipe do Serviço de Atendimento Móvel e Urgência (Samu).

O Corpo de Bombeiros trabalha com a hipótese de que mais dois cães estejam soterrados no local, que fica próxima à Igreja da Conceição da Praia. As buscas continuam.

Equipes da Polícia Militar e da Defesa Civil de Salvador (Codesal) também se encontram na ladeira da Preguiça.

Prédio na Praça Cayru se torna de interesse público e abrigará museu

Imóveis serão sede de equipamentos como o Museu da Música e Arquivo Público

Giulia Marquezini (giulia.marquezini@redebahia.com.br)

03/09/2015 06:17:00

(<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/predio-na-praca-cayru-se-torna-de-interesse-publico-e-abrigara-museu/?cHash=b022f48c207b962faa7027e3fd3e2719>)

Tombado em 31 de julho de 1969 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o sobrado português azulejado branco e azul, na Praça Cayru, no Comércio, chegou a ser cotado para ser um hotel de luxo da rede Hilton, mas encontrou na música uma nova finalidade.

Ontem, foi publicado no Diário Oficial do Município (DOM) o decreto que torna de utilidade pública (primeiro passo para a desapropriação) sete imóveis na região - incluindo o sobrado - que serão sede de equipamentos como o Museu da Música e o Arquivo Público da Cidade.

Segundo o Iphan, os prédios citados integram o conjunto arquitetônico do bairro do Comércio, tombado em 2008. O casarão, de 463,51 m², porém, está descaracterizado por alterações em sua parte interna e inserções de elementos arquitetônicos não condizentes, como lajes e marquises de concreto. A fachada principal é revestida de azulejos industrializados do século XIX, e exibe vãos em forma de ogiva, como em outros edifícios neogóticos. Segundo o secretário municipal de Cultura e Turismo, Érico Mendonça, o decreto permite à Secretaria da Fazenda (Sefaz) dar continuidade ao processo de desapropriação.

O casarão é alvo de uma disputa judicial entre dois proprietários, cujos nomes não foram divulgados. “O prédio está em situação precária e o hotel desistiu do projeto. Três imóveis irão abrigar o Arquivo Público e quatro vão abrir o Museu da Música”, afirmou o secretário. Ainda de acordo com o secretário, a Sefaz deve calcular quanto custa esta desapropriação e apresentar a proposta aos proprietários.

Orçamento

Em julho, a prefeitura afirmou à coluna de Telma Alvarenga, no CORREIO, que o investimento previsto seria de R\$ 40 milhões e as obras devem ficar prontas em 20 meses. De acordo com Érico Mendonça, a empresa paulista Telem, ligada à produção de audiovisual e iluminação, manifestou interesse na implantação do museu. A empresa está realizando o estudo dos imóveis e produzindo o projeto executivo, que deve ficar pronto até o dia 30 de outubro.

De acordo com a Casa Civil do município, a implantação do museu é uma Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada (MIP), uma parceria entre os setores público e privado. Após a entrega do projeto, a prefeitura deve abrir licitação para a construção efetiva do museu, mas ainda não há data definida para a abertura. “Só iremos fechar o orçamento total da obra quando acabar o estudo”, ressaltou Mendonça.

Cidade musical

A iniciativa de construir um Museu de Música faz parte de uma série de ações da prefeitura para fortalecer a cultura local e promover a cidade internacionalmente. Em julho, Salvador se tornou candidata ao título de Cidade da Música e, caso seja selecionada, a capital baiana será a primeira cidade brasileira a fazer parte da Rede de Cidades Criativas da Unesco no âmbito da música.

Na ocasião, o prefeito ACM Neto afirmou que o título dará mais projeção a Salvador. “Vamos mostrar que somos capazes de criar oportunidades para crianças e jovens através da música. Que ela é usada como um instrumento de inclusão, como um caminho de dar oportunidade para o futuro de milhares de crianças e jovens”.

Arquivo público

Sobre o Arquivo Histórico Municipal de Salvador, que atualmente funciona junto à Fundação Gregório de Mattos, na Rua Chile, no Centro, Mendonça afirma que a mudança de local garantirá mais espaço para o equipamento. “Atualmente, ele está em um local pequeno e precisa de mais espaço. É um arquivo muito rico e deveremos transformá-lo em um espaço aberto à visitação, além da área da pesquisa”, afirmou o secretário.

A Fundação Gregório de Mattos também irá deixar o imóvel alugado, e será instalada em quatro prédios que passam por processo de desapropriação, na Barroquinha. Para Fernando Guerreiro, presidente da Fundação Gregório de Mattos, a mudança traz ganhos para todos os interessados. “A mudança vai ser excelente. Vamos conseguir um prédio específico para o Arquivo Público que não está em condições ideais e poderemos avançar com o processo de recuperação das coleções”, afirmou.

Ainda segundo Guerreiro, a fundação não consegue captar investimentos na área privada através da Lei Rouanet, que busca estimular o apoio da iniciativa privada ao setor cultural, pois não possui sede própria. “Além de conseguir investimentos, com a mudança e reformas formaremos um grande corredor cultural na Barroquinha, que será revitalizada e movimentada com outro tipo de ocupação”.

Sobrado de azulejos portugueses da Praça Cayru, erguido no século XIX e tombado pelo Iphan, abrigará Museu da Música. Imóveis foram declarados de interesse público pelo município (Foto: Almiro Lopes)

ANEXO C - MONUMENTOS, LISTADOS PELA FGM NO COMÉRCIO E INSTITUIÇÕES DETECTADAS NO BAIRRO DO COMÉRCIO.

Busto

11-dez-2009

Engº Arnaldo Pimenta da Cunha - Rua da Bélgica

Efígie / Medalhão

15-dez-2009

Antônio de Lacerda - Elevador Lacerda, Praça Municipa

Esculturas

15-dez-2009

Conj. Escultórico do Unhão - Parque das Esculturas, Av. Contorno
Homenagem a AICO - Associação Ibero Americana de Câmaras de Comércio

Estátuas

16-dez-2009

Conde dos Arcos - Praça Conde dos Arcos, Comércio
Irmãos Pereira - Praça Manoel Vitorino, Comércio
J. J. Seabra - Praça da Inglaterra, Comércio
Visconde de Cairu - Praça do Mercado Modelo

Fonte Pública e Chafariz

16-dez-2009

Fonte dos Padres ou do Taboão - Rua Conde D'Eu, em um arco sob a Ladeira do Taboão
Fonte das Pedreiras ou da Preguiça - Av. Contorno, Preguiça

Monumentos

06-jan-2010

Batalha de Riachuelo - Praça Riachuelo, Comércio
Elevador Lacerda - Praça Municipal
Monumento à Cidade do Salvador - Praça Cayru

Painel de Fechamento

06-jan-2010

Painel de Fechamento do Parque das Esculturas - Solar do Unhão - MAM

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

- **Federal Desconto - Comércio**
Rua Torquato Bahia, 15, Comércio, Salvador, BA
- **Instituto Mantenedor de Ensino Superior Metropolitano S/C - Comércio**
Praça Da Inglaterra, 2, Comércio, Salvador, BA
- **Fundação Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia - Co**

Rua Lauro Muller, 115 501, Comércio, Salvador, BA

- **Faculdade Cidade do Salvador - Comércio**
Rua Pinto Martins, 26, Comércio, Salvador, BA
- **Cefet Bahia**
Rua Ermídio dos Santos, s/n, Comércio, Salvador, BA
- **Faculdade da Cidade do Salvador - Comércio**
Praça Da Inglaterra, 2, Comércio, Salvador, BA
- **Faculdade Dom Pedro II - Comércio**
Avenida Estados Unidos, 18, Comércio, Salvador, BA
- **Instituição Baiana de Ensino Superior - Comércio**
Avenida Estados Unidos, 18 an 1, Comércio, Salvador, BA
- **Faculdade São Salvador**
Rua Dos Algibebes, 06, Comércio, Salvador, BA
- **Empresa Junior da Faculdade da Cidade do Salvador**
Praça Da Inglaterra, 02, Comércio, Salvador, BA

MUSEUS

Museu do Cacau (Instituto do Cacau)

ÓRGÃOS PÚBLICOS

- Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb),
- Alfândega do Porto de Salvador,
- Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na Bahia
- Sede do Banco do Brasil na Bahia,
- Sede do Bradesco na Bahia
- Sede do Citibank na Bahia,
- Sede do 2º Distrito Naval da Marinha do Brasil,
- Sede da Polícia Federal
- Sede do Ministério da Fazenda
- Sede do SETPS
- Hospital Naval de Salvador da Marinha do Brasil